

GESTÃO INTEGRADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Humanidades
Sociedade e
Ambiente

ORGANIZADORES

Luiz Oosterbeek

Ingelore Scheunemann

Francisca Ferreira Michelin

João Fernando Igansi Nunes

Pelotas

Rio Grande do Sul

Brasil

2020.







GESTÃO INTEGRADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Humanidades
Sociedade e
Ambiente

ORGANIZADORES

Luiz Oosterbeek

Ingelore Scheunemann

Francisca Ferreira Michelin

João Fernando Igansi Nunes

Pelotas

Rio Grande do Sul

Brasil

2020



GESTÃO INTEGRADA
PATRIMÔNIO CULTURAL
MORRO REDONDO
RS | BRASIL



Programa de Pós-
Graduação
Memória Social e
Patrimônio Cultural



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

Biblioteca Setorial de Ciência & Tecnologia - UFPel

G393 Gestão integrada do patrimônio cultural : humanidades, sociedade e ambiente [recurso eletrônico] / org. Luiz Oosterbeek...[et al.] - Pelotas : Ed. da UFPEL, 2020.
268 p. : il. color. - Bibliografias.

ISBN: 978-65-86440-44-7

1. Patrimônio cultural. 2. Gestão cultural. 3. Gestão patrimonial.
4. Território. 5. Desenvolvimento sustentável. 6. Meio ambiente.
7. Turismo. 8. Memória. 9. Morro Redondo (RS). I. Oosterbeek,
Luiz. II. Scheunemann, Ingelore. III. Michelin, Francisca Ferreira.
IV. Nunes, João Fernando Igansi.

CDD: 363.69

Os autores cederam seus direitos autorais para a composição desta obra. Todos os direitos reservados pelos organizadores. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos ou eletrônicos, sem a autorização prévia dos organizadores.

Editora-Chefe
Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pré-Produção

Isabel Cochrane
Administrativo

Seção de Produção

Suelen Aires Böettge
Administrativo
Anelise Heidrich
Revisão
Guilherme Bueno Alcântara (Bolsista)
Design Editorial

Seção de Pós-Produção

Morgana Riva
Assessoria
Madelon Schimmelpfennig Lopes
Administrativo

Design Editorial

João Fernando Igansi Nunes

Fotografias

Francisca Ferreira Michelin
Ubirajara Buddin Cruz



**Editora
UFPel**

Filiada à A.B.E.U.

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto
Pelotas, RS - Brasil
Fone +55 (53)3227 8411
editora.ufpel@gmail.com

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana
da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias:
Victor Fernando Büttow Roll (TITU-
LAR) e Sandra Mara da Encarnação
Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências
Exatas e da Terra: Eder João Lenardão
(TITULAR), Daniela Hartwig de Olivei-
ra e Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves
dos Santos

Representantes da Área das Ciências
Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues
(TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias:
Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITU-
LAR), Walter Ruben Iriondo Otero e
Rafael de Avila Delucis

Representantes da Área das Ciências da
Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITU-
LAR), Tatiane Kuka Valente Gandra e
Jucimara Baldissarelli

Representantes da Área das Ciências
Sociais Aplicadas: Daniel Lena Mar-
chiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala
da Cunha e Maria das Graças Pinto de
Britto

Representantes da Área das Ciências
Humanas: Charles Pereira Pennaforte
(TITULAR) e Lucia Maria Vaz Peres

Representantes da Área das Linguagens e
Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar
(TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e
João Fernando Igansi Nunes



Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Direção de Gabinetes da Reitoria

Paula Lemoes Haertel Wieth

Assessores da Reitoria

Alexandre Fernandes Gastal

Gilberto Loguercio Collares

Pró-Reitora de Graduação

Maria de Fátima Cóssio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino





SUMÁRIO

I	
O Instituto Politécnico de Tomar e a Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território	
<i>João Paulo de Freitas Coroadó</i>	15
II	
A Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território e a UFPel	
<i>Luís Isaías Centeno do Amaral</i>	19
III	
O Polo Morro Redondo e a Universidade Católica de Pelotas	
<i>José Carlos Bachettini Junior</i>	21
IV	
Polo Morro Redondo	
<i>Anderson da Rocha Güths</i>	23
V	
Apresentação da Cátedra Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território	
<i>Fábio Soares Eon</i>	25
VI	
A Cátedra Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território: um contributo em rede para um novo paradigma de sustentabilidade	
<i>Luiz Oosterbeek</i>	32

VII

Gestão Integrada do Território na Constituição do Polo Morro Redondo.

| *Ingelore Scheunemann*

58 |

VIII

Projeto Reconhecimento, Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Morro Redondo/RS

| *Francisca Ferreira Michelin*

82 |

IX

Tesoros Humanos Vivos, patrimonio alimentario y desarrollo territorial

| *Santiago Amaya-Corchuelo*

106 |

X

Gestão do patrimonio cultural material como um meio para o desenvolvimento sustentável

| *Maurizio Quagliuolo*

130 |

XI

As transformações no patrimônio Cultural: conceitos, valores e práticas.

| *Daniele Behling Luckow*

142 |

XII

O turismo como estratégia para o desenvolvimento territorial

| *Felipe Fehlberg Herrmann e*

| *Fábio Guimarães de Castro Neves*

162 |

XIII	
Memoria histórica del territorio, cultura local y desarrollo sostenible	
<i>Alfonso Andria</i>	182
XIV	
As tradições doceiras de Pelotas e Antiga Pelotas	
<i>Maria Letícia Mazzucchi Ferreira</i>	192
XV	
Interfaces comunicacionais do Patrimônio Cultural	
<i>João Fernando Igansi Nunes</i>	212
XVI	
Cátedras UNESCO e CIPSH em rede no Brasil	
<i>André Luis Ramos Soares</i>	228
XVII	
Postface	
<i>John Crowley</i>	248
XVIII	
Sobre os autores	254
XIX	
Fotografias	
Morro Redondo Patrimônio Cultural	
<i>Francisca Ferreira Michelin</i>	
<i>Ubirajara Buddin Cruz</i>	261





62



I O Instituto Politécnico de Tomar e a Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território

| João Paulo de Freitas Coroado

Presidente do IPT



Instituto Politécnico de Tomar (IPT) é uma instituição de ensino superior politécnico situada no Médio Tejo, centro de Portugal. Tem dois campi, em Tomar e Abrantes, e oferece formação superior de diferentes níveis tais como cursos técnicos superiores profissionais, licenciaturas, mestrados e cursos de pós-graduação em diversas áreas da engenharia, da tecnologia, da gestão e das artes e humanidades. O IPT tem como visão oferecer valor confiável em benefício da sociedade, num ambiente criativo, participativo e inclusivo, sustentado em investigação aplicada, desenvolvimento e inovação, com os mais elevados padrões académicos e éticos.

O IPT insere-se num território vasto e assimétrico, mas que, no conjunto, está enquadrado numa região de baixa densidade populacional. Genericamente, nas regiões com menor densidade verifica-se o declínio acentuado da população ativa, elevados índices de envelhecimento e baixo nível de investimentos. No entanto, estas regiões com menor dinamismo têm também recursos e potencialidades, entre os quais, o ensino superior, que podem gerar e fixar riqueza e emprego indispensáveis ao desenvolvimento destes territórios, nomeadamente, quando cooperam no sentido de atrair um número suficiente de procura e elevar o nível de especialidade da intervenção que, de outra forma, dificilmente são alcançados.

Neste âmbito, a compreensão dos processos de transformação e a participação no desenvolvimento da região são inerentes à atividade do Politécnico de Tomar no que respeita ao seu

território de influência procurando também na experiência de outros enquadramentos similares, ao nível global, as melhores linhas de intervenção para o território. Neste domínio, a presença do IPT em fóruns internacionais e em redes, que promovem fluxos de estudantes e investigadores bem como a constituição de redes, consubstancia a sua atividade e a sua missão.

Por outro lado, o IPT tem a responsabilidade, no contexto da qualificação da população, de participar ativamente na sua melhoria promovendo a partilha e a transformação do conhecimento. Assim, como o dever de intervir ao nível do alinhamento da qualificação dos jovens com as novas especializações económicas, da formação ao longo da vida, do aumento do número de jovens que frequenta com sucesso o ensino superior, da formação avançada dos recursos humanos, entre outros aspetos que permitem o desenvolvimento socioeconómico dos territórios. Mas esta dimensão não deve ser olhada sem ter em consideração as questões globais que nos preocupam enquanto seres humanos que habitam um mundo finito, isto é, ter em conta as várias facetas da sua atividade em conformidade com os princípios do desenvolvimento equitativo e sustentável e da promoção de uma mudança social positiva como são objetivos da UNESCO e da ONU.

A Cátedra de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território, da UNESCO, coordenada pelo Politécnico de Tomar, é um fórum amplo e internacional, permitindo a reflexão e promoção das grandes questões que preocupam a humanidade, tais como os impactos de antropização do meio, do efeito das alterações climáticas e dos dramas humanitários gerados por conflitos, defendendo o desenvolvimento socioeconómico equilibrado e visando a partilha e a transformação do conhecimento para o bem, para a paz e para a felicidade da humanidade. Esta grande exposição permite, particularmente, à comunidade académica do IPT participar intensiva e regularmente nos diversos eventos dinamizados no seu âmbito e contribui fortemente para a formação holística dos estudantes promovendo a sua participação ativa na construção de uma sociedade mais tolerante, mais educada e que valoriza o conhecimento científico e tecnológico.





II

A Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território e a UFPel

| *Luís Isaías Centeno do Amaral*
Vice-Reitor UFPEL



Eu estava no exercício da reitoria quando recebi a visita da ex-Reitora da Universidade Federal de Pelotas, Prof.^a Inguelore Scheunemann, para tratar da possibilidade de a nossa universidade se associar ao Instituto Politécnico de Tomar e à Universidade Católica de Pelotas para subscrever projeto ligado à Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território visando o desenvolvimento sustentável. A Prof.^a Inguelore apresentou a proposta tão brilhantemente e enfatizou que a sua ligação de longa data, acadêmica e como gestora, com a UFPel a motivava a convidar a nossa universidade a participar de tão relevante ação para o desenvolvimento regional sustentável.

A Cátedra, sob coordenação do Prof. Luís Oosterbeek, tem desenvolvido uma série de eventos e projetos associados à sustentabilidade territorial no Século XXI, em sintonia com os objetivos 4 e 11 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (da ONU). O uso de tecnologias, o desenvolvimento de políticas públicas em territórios de baixa densidade, o respeito aos direitos humanos na sociedade da informação têm sido temáticas discutidas no âmbito da Cátedra em território europeu. Por aqui, as ações se desenvolverão em Morro Redondo, o polo da Cátedra nesta região, com vistas a um trabalho em rede que seja capaz de contribuir para um novo paradigma de sustentabilidade.

A participação da UFPel se dará, inicialmente, através de projeto Reconhecimento, Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Morro Redondo/RS - Cátedra UNESCO-IPT.

O Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio será o responsável por representar a UFPel junto à Catedra, através de pesquisas científicas aplicadas ao desenvolvimento da realidade social e do seu patrimônio cultural (material e imaterial), gerando qualificação dos nossos acadêmicos e dos atores locais, em sua articulação com o governo municipal.

O sucesso deste empreendimento será devido à dedicação atenta da Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UFPel, Prof.^a Francisca Ferreira Michelin e à inestimável contribuição de vários servidores de nossa universidade: João Fernando Igan-si Nunes, Silvana de Fátima Bojanoski, Felipe Fehlberg Herrmann, Diego Lemos Ribeiro e Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, entre outros.

III

O Polo Morro Redondo e a Universidade Católica de Pelotas

| *José Carlos Bachettini Junior*

Reitor UCPEL



o integrar a parceria entre instituições para implantar no município de Morro Redondo um Polo da Cátedra da UNESCO - IPT, a Universidade Católica de Pelotas reafirma seu comprometimento em prol do desenvolvimento social e humano da região sul do Rio Grande do Sul. O reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural e material de uma cidade são condições imprescindíveis à valorização das comunidades tradicionais.

Docentes, discentes, técnicos e sociedade estarão engajados nas mais diversas ações transdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão. Certamente, uma troca rica entre os saberes da universidade e da população resultará na formação de novos líderes ainda mais sensíveis e atentos às necessidades locais. A experiência também será responsável por contribuir com respostas às demandas por novas formas de aprendizado com maior rapidez e autonomia.

O projeto da UNESCO-IPT é muito bem-vindo em nossa região. Trabalharemos para que – baseados no conhecimento gerado no acordo de cooperação entre as Universidades Católica de Pelotas e Federal de Pelotas, o Instituto Politécnico de Tomar e a Prefeitura de Morro Redondo – possamos expandir essa experiência para outras cidades da região.



IV

Polo Morro Redondo

| *Anderson da Rocha Güths*

*Secretário de Educação, Cultura e Desporto do
Município de Morro Redondo*



essas breves palavras, quero externar todo o sentimento de alegria, quando recebemos a notícia da instalação do Polo Morro Redondo da Catédra Unesco /IPT de Humanidade e Gestão Cultural Integrada do Território, com certeza o município de Morro Redondo e a região foram privilegiados por essa escolha e faremos o que for possível para que os resultados sejam os melhores possíveis. Agradecemos a todas entidades que fazem parte dessa parceria , as quais se dedicaram de forma comprometida para a concretização do Polo.

Morro Redondo agradece!



V Apresentação da Cátedra Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território

| *Fabio Soares Eon*

*Coordenação de Ciências Humanas e Sociais e
Ciências Naturais da UNESCO no Brasil*



programa de cátedras da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criado em 1992 com a finalidade de apoiar a formação especializada e a troca de conhecimento entre instituições e pesquisadores envolvidos nas áreas de mandato da UNESCO como agência especializada da ONU. Desde então, no âmbito do programa UNITWIN (abreviação de University Twinning and Networking Programme), mais de oitocentas cátedras UNESCO foram criadas em mais de 110 países-membros da Organização com vistas à promoção da cooperação internacional (norte-sul e sul-sul) no campo da educação superior pelo tripé “ensino, pesquisa e extensão”.

Atualmente as cátedras UNESCO cobrem um amplo leque de temas, desde a bioética à proteção e salvaguarda do patrimônio, mas são marcadas – sempre – pela intensa colaboração entre a academia e a UNESCO na busca de uma sociedade mais justa e solidária. A própria missão das Nações Unidas, marcada pela busca da paz, da realização de direitos humanos e do desenvolvimento, seria hoje inconcebível sem as devidas pontes com a comunidade acadêmica e científica.

Assim, dada a escala e as complexidades dos desafios hoje enfrentados pela humanidade, as cátedras UNESCO têm prestado importante papel no atingimento de importantes metas comuns, bem traduzidas nos célebres Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A efetivação da chamada “Agenda

2030” é, inclusive, parte integrante do conjunto de critérios que compõem o processo seletivo de novas cátedras UNESCO, os quais procuram, de forma crescente, reforçar ainda mais a função social da universidade e os seus necessários enlances com o mundo que a cerca.

Em um cenário cada vez marcado pelo imediatismo ou questionamentos sobre a pertinência das humanidades no mundo contemporâneo, cabe registrar a importante contribuição da Cátedra Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território e do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (The International Council for Philosophy and Human Sciences – CIPSH) na defesa de uma novo paradigma de desenvolvimento onde a figura humana desempenha papel central.

Nesse sentido, a idéia de gestão integral do território – na qual as dimensões “social, ambiental e econômica” são levadas em conta – segue sendo um conceito central para a UNESCO. A valorização dos saberes locais ganha cada vez mais importância nesta nova noção de desenvolvimento no qual o processo de intervenção sobre o território acontece pela ação e interação de diversos atores sociais, como o poder público, empresas e a sociedade.

A presente publicação registra, de maneira simbólica, a implantação do Pólo Morro Redondo (Rio Grande do Sul) da Cátedra UNESCO de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território, possível graças ao acordo de cooperação firmado entre o Instituto Politécnico de Tomar (Portugal), a Universidade Federal de Pelotas, a Universidade Católica de Pelotas e a Prefeitura Municipal de Morro Redondo.

Por fim, vale dizer que o livro marca também o início do projeto “Reconhecimento, Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Morro Redondo” e lança – por meio da contribuição de importantes colaboradores reunidos na presente coletânea de artigos – relevantes e atuais reflexões sobre o reconhecimento, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural e intangível de nossos territórios.

Boa leitura!









VI



destruição de património é, de forma crescente, e por razões que importa compreender, um objetivo de muitos, num movimento que prolonga a exclusão de tantos à educação, o divórcio entre educação e cultura e a transformação da educação em aprendizagem de conteúdos.”

A Cátedra Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território: um contributo em rede para um novo paradigma de sustentabilidade

| *Luiz Oosterbeek*

O diagnóstico



s modelos de governança e sustentabilidade saídos da II Guerra Mundial, estruturados em torno do conceito de gestão estratégica (Ferreira, 2007; Roberts, 2011), apoiados no progresso científico, operacionalizados pelo planeamento de médio prazo e orientados para o bem-estar social, trouxeram a parte do mundo, sobretudo no hemisfério norte, décadas de prosperidade, com acentuada diminuição da pobreza e da desigualdade. Parte deste processo refletiu-se, também, no hemisfério sul, com a independência das colónias, sobretudo africanas, e com um ciclo desenvolvimentista que marcou as primeiras duas décadas do pós-guerra e o termo da grande depressão iniciada em 1929 e que seria superada, apenas, cerca de 1946.

Certamente que esses primeiros anos não foram isentos de problemas, desde os conflitos armados, com destaque para a guerra da Coreia, até aos estrangulamentos da liberdade, de que as ditaduras militares na América do Sul (Rezende, 2016) e a revolução cultural chinesa foram os exemplos mais marcantes.

A partir de finais da década de 1960, porém, começam a tornar-se visíveis as dificuldades desses modelos que, a despeito das divisões geoestratégicas e ideológicas, se haviam convertido em paradigma dominante a Norte e a Sul, bem como a Ocidente e a Leste. As irrupções de manifestações de jovens e trabalhadores em 1968 e 1969, foram o primeiro sinal de um desconforto global, que atravessava regimes e geografias, de Paris a Praga, de

São Paulo a Budapeste, passando por Lisboa ou Chicago (Ponge, 2009). A noção de gestão participativa surgiu, pouco depois, como uma primeira resposta para incorporar essa desacomodação.

A década de 1970 trouxe a explosão das contradições do modelo de gestão estratégica, evidenciado pela crise do petróleo e pela queda da paridade entre o ouro e o dólar, o que evidenciou a necessidade de repensar o futuro e criar um novo paradigma. Duas respostas serão estruturadas na sequência deste processo. Em primeiro lugar a financialização da economia (Stiglitz, 2017), como forma de fazer crescer a economia e as classes médias sem crescimento da produção, e por esse processo diminuir as tensões sociais, ainda que aumentando a desigualdade. Por outro lado, a construção progressiva de um objetivo comum, de realinhamento da economia com o meio ambiente, de que a Conferência de Estocolmo em 1972, o Relatório da Comissão Brundtland em 1987 e a Eco-92, no Rio de Janeiro, foram os momentos mais relevantes (Adede, 1995; Udupudi & Sakkarnaikar, 2015). A visão unicitária, mas não integrada, do futuro, orientada para o ambiente, era, a um tempo, uma resposta à crise petrolífera na economia e uma resposta às tensões da classe média criando novos empregos na esfera social. O tripé da sustentabilidade é, no essencial, esta relação.

A partir do final da década de 1990, mas sobretudo já neste século, começou uma reflexão sobre as limitações do chamado modelo, ou tripé, do desenvolvimento sustentável. O que já então se adivinhava, e se torna claro quase trinta anos depois da Cimeira da Terra, é que as suas conclusões foram assumidas como política pública nos diversos países, mas os seus ganhos foram sobretudo institucionais (ministérios do ambiente) e programáticos (de que o conceito de Antropoceno é a mais recente expressão) e as suas metas falharam (o protocolo de Kyoto e os objetivos do milénio primeiro, provavelmente os objetivos do desenvolvimento sustentável em 2030 em seguida, com a exceção da dimensão da pobreza, que estava bem encaminhada até ao início da pandemia). Globalmente, o mundo humano e o planeta enquanto ecossistema estão hoje pior do que em 1992 (Scheune-

mann & Oosterbeek, 2012; Oosterbeek, 2018). O diagnóstico, para alguns de nós, era este: ou todos os governos são uma combinação sinistra de incompetência e más intenções, ou o modelo estava errado. Neste processo de reflexão, também se tornou evidente a crescente contradição entre os interesses dos indivíduos e os das diversas instituições em que eles se agrupam, contradição essa que se tornou explosiva com a pandemia.

Essa reflexão/constatação levou à identificação das causas do erro: a separação artificial entre economia e sociedade (que deixaria perplexo qualquer historiador); a expulsão para fora do debate da diversidade cultural, em prol de uma visão positivista e, no limite, totalitária, de um futuro necessariamente comum para todos, independentemente das suas contingências contextuais, dos seus interesses de grupo e das suas opiniões pessoais; uma simplificação, em torno da lógica de engenharia social, dos processos humanos, expressa através da reificação da sociedade, da economia e do ambiente, que não existem na realidade, antes são traduções de especialidades disciplinares da academia que, na vida, estão integradas em torno de duas variáveis não consideradas: os ciclos climático-ambientais independentes da ação humana (que condicionam a tomada de decisão) e as culturas humanas (que orientam essa tomada de decisão).

Esta compreensão está na origem da proposta de um novo modelo de governança para a sustentabilidade, que toma por centro a cultura e os indivíduos. Um novo quadro de referência foi estruturado no âmbito do projeto europeu APHELEIA (Oosterbeek, Werlen et al., 2017), que por sua vez originou uma nova associação internacional neste domínio (www.apheleia-project.org), que é atualmente membro do Conselho Internacional para a Filosofia e as Ciências Humanas (www.cipsh.net), com sede na UNESCO, em Paris. Neste modelo, estruturado a partir de um paradigma que privilegia as estratégias de médio prazo, se centra na identificação e superação de dilemas e coloca o conhecimento como núcleo das transformações necessárias em tempos de incerteza, o património cultural tem uma importância nuclear (Oosterbeek, 2007).

Dilemas do patrimônio



força dos mitos está, como com os pudins, na sua experimentação. Eles renovam-se a cada dia, herdando posturas argumentativas dominantes, que podem ser mais permanentemente seguras de si (percepção que, nos outros, soa a arrogância), eivadas de rigorosos princípios morais (que outros entendem como fundamentalismo), cativadas pela espuma de sorrisos que disfarçam dores (que outros veem como irresponsabilidade) ou caldeadas por uma pulsão para as “grandes” (raras) causas que deixam sem governo o quotidiano (o que outros percebem como incompetência). Essa renovação, ainda que dinâmica e transformativa, configura distintas dinâmicas culturais, e implica, por isso, diferentes abordagens nos processos comunicacionais. O patrimônio cultural, a forma como o reconhecemos, gerimos e preservamos (ou não), é uma expressão dessa diversidade comportamental/cultural.

Quando, no campo da cultura e do patrimônio, tantos tanto falam de diversidade, não deixa de ser interessante que se busquem modelos no essencial idênticos para a sua gestão, independentemente dessa mesma diversidade. Não estará aí uma negação da própria essência do campo das Humanidades, que sublinha a unidade da espécie mas valoriza a sua declinação através de processos sempre distintos?

O Patrimônio Cultural é estruturado como objeto e relíquia nos nossos espaços, como uma acentuação que pode ser deslocalizada (como foi feito com os monumentos de Abu Simbel no Egito), e não como uma conceção do espaço público ou como uma unidade de conhecimento que pode ser desmaterializada sem prejuízo (desde que o conhecimento seja preservado e socializado), ainda que seja esta a tradição dominante na Ásia. Note-se que umas abordagens não têm por que ser melhores do que as outras: são simplesmente distintas, configuram paisagens culturais distintas e desencadeiam comportamentos culturais distintos.

Essas distinções prolongam-se para além do olhar e da vivência do patrimônio, e são reencontráveis noutros campos,

como na percepção da dialética entre indivíduos e grupos, ou entre interesses de curto e longo prazo, por exemplo, o que ajuda a explicar certos comportamentos face à atual pandemia da COVID-19 (Rittgerodt, 2020), por exemplo: deve a estratégia de combate à pandemia apoiar-se no medo do desconhecido (que pode desencadear gestas “heroicas” de “resistência”), na ignorância do mesmo (que pode precipitar a morte) ou no sentido de missão? Pode uma estratégia comunicacional desenhada para o Brasil ser igualmente eficiente no Chile, no Canadá, no Japão, na Índia ou em Portugal?

O património cultural é um organizador do território, um referente que convoca o passado, consensualizado, para sobre essa base mais ou menos estável poder tudo mudar, transformando e construindo futuros distintos. O património cultural, nesse sentido, é um processo de co-apropriação pelos diferentes grupos da sociedade atual, de vestígios do passado que, no seu tempo, simbolizaram divisões sociais, mas se reconvertem como mitos fundadores de um futuro em construção, através de um processo de co-apropriação (Dris, 2006). Uma senzala ou uma fábrica musealizadas, ou um museu com as suas coleções de obras do passado, realizam essa síntese, que ajuda a sociedade a se transformar.

O papel dos museus e dos espaços culturais, no entanto, não deve privilegiar as agendas políticas de contexto. Um importante antídoto contra as derivas de exclusão, incluindo as totalitárias, é o exercício do conhecimento crítico, o estímulo à reflexão e a capacidade em relativizar os contextos, integrando-os em processos de expressão temporal mais longa. Isso não dispensa a intervenção no quotidiano, face a situações que, cada um de nós, no exercício da sua própria capacidade reflexiva e cidadã, entenda merecerem aplauso, apoio, condenação ou repulsa. Mas o tempo do património é outro, e cumpre a função social de gerir as ansiedades do presente, convidando a sociedade a perceber que a superação dessas ansiedades está na capacidade de investir energias para além do imediato (Eilertsen & Amundsen, 2012).

Tal não significa, porém, que o exercício da gestão patrimonial se possa fazer “fora do tempo”. Pelo contrário, ele exige

uma capacidade de “recusa de modas” mas uma atenção plena às preocupações, tensões e contradições na sociedade. Se era verdade assim com as coleções de antiguidades, reunidas para deleite e formação das elites de sociedades assumidamente desiguais, é ainda mais verdade quando pensamos o património sob os paradigmas da laicidade e da participação cidadã, ou seja, da construção de espaços de formação universal para as lideranças futuras e não apenas de formação dos herdeiros das lideranças já existentes. Neste sentido, uma gestão patrimonial não orientada para a utopia, no sentido radical da reflexão sobre a possibilidade de “algo distinto nunca antes visto, mas possível”, é algo frágil, insuficiente, e pouco relevante para as sociedades democráticas.

É neste contexto que merece reflexão o divórcio que se tem cavado entre a esfera do património e a esfera da cidadania. Uma expressão mais evidente desse divórcio, que tem sido assinalada e criticada por muitos, é a progressiva captura do património pela indústria turística. Não por a relação entre turismo e património não ser muito importante (Figueira, L.M.; Oosterbeek, L., 2012), mas por duas outras ordens de razão: primeiro porque essa relação, útil e positiva, não pode eclipsar outra, mais fundamental, com a educação (Nikolić, Nurmi & Andonogui, 2020); em segundo lugar porque a própria prática da gestão turística tem sido uma desastrosa captura do turismo pelo excursionismo de consumo rápido e pouco crítico. O que resta do eucalipto excursionista, quando os seus clientes precisam de, ou preferem, ficar em casa? E para que serve um património que se “reinventou”, sobretudo, como suporte dessa bolha especulativa?

Não subjugar a gestão patrimonial às ansiedades do imediato significa estabelecer, em cada momento, uma ponte entre elas (que condicionam a vida dos cidadãos) e esse tempo mais longo, onde os problemas cedem o palco aos grandes dilemas de fundo, que os podem resolver superando as suas causas ou modificando o quadro em que eles operam.



inegável que a preocupação central das sociedades, em todo o mundo, nos dias que correm, é a pandemia. Apesar das angústias sobre o presente e o futuro da economia, e para além das angústias e hesitações dos diferentes governos, a maioria das pessoas optou por atitudes comportamentais de segurança sanitária, que visam a proteção das vidas de todos e de cada um. Este é, possivelmente, o mais interessante e importante indicador de transformação cultural das últimas décadas, pois a reação de sempre face às epidemias e pandemias foi o de “isolar o problema” (se necessário condenando os infetados) e “prosseguir a vida da sociedade” (protegendo a economia tal como funcionava antes).

Pela primeira vez, em todos os continentes e tradições culturais, a atitude é distinta, muitas vezes entrando em contradição com os governos, mas também com as mais distintas e respeitáveis instituições, cuja primeira preocupação é a sua sobrevivência (institucional) e não a das pessoas individualmente consideradas (Oosterbeek, 2020). Essa discussão está nas ruas, nas casas, e até nos jornais, e consolida uma ultrapassagem do paradigma de proteção provável do indivíduo (através do apoio ao grupo em que se insere) pela proteção possível dos grupos (a partir do apoio a cada pessoa). É uma discussão central, que derramou no espaço público, com todas as consequências, uma antiga reflexão filosófica e jurídica sobre a dignidade da pessoa humana no Estado de Direito. E é uma discussão até certo ponto surpreendente e que contraria, no plano cívico, os crescentes recuos do Estado de Direito e os atentados à dignidade individual, que se revela de forma crua e insuportavelmente inocente sempre que um boletim médico apresenta o sucesso de “só” terem morrido duas ou três pessoas.

Neste contexto, é importante o debate interno, e público, em torno do património (ICOM, 2020). A disponibilização gratuita de conteúdos digitais nos dias de maior confinamento,

generosas mas pouco reflexivas sobre a perda de contacto com a materialidade do património (incluindo o intangível), suscita preocupações sobre a globalização dos conteúdos culturais, enquanto bem de consumo e não enquanto processo de produção participada.

A pandemia obriga a refletir para além dos “clientes” passivos que se perderam (aqueles que são tratados como “público”), para entender a quem se dirige o património: como se deve reorganizar o património na articulação com o ensino; o que podem fazer os sítios, os monumentos e, sobretudo, os museus, para construir, agora (sem esperar vacinas ou vindas espontâneas de visitantes), uma relação analógica das pessoas com as materialidades patrimoniais. Será possível fazer isso sem as escolas, sem os municípios, sem as empresas? E se não é, que novos quadros institucionais estamos dispostos a discutir e a propor?

Estes são os dias em que a grande maioria “deita contas à vida”, já percebeu que o mundo não voltará a ser como era, e procura, atentamente, caminhos alternativos não apenas de sobrevivência, mas de vida e felicidade. No campo da saúde, sem abandonar nenhuma causa de dignidade profissional ou institucional, trava-se um debate, interno e público, que entende a saúde não como uma engenharia do corpo mas como um processo de cuidar da pessoa humana (Contatore, Malfitano & Barros, 2017). No ensino superior, é discutida a necessidade de assegurar a qualidade educativa sem comprometer a qualidade da vida de estudantes e funcionários, e sem perder de vista que o ensino deve dar o exemplo de solidariedade e cumprimento de normas sanitárias apoiadas na ciência e nos valores humanísticos. Estes são debates que, naturalmente, incorporam diferentes pontos de vista mas se afirmam de forma relevante para as preocupações da maioria da sociedade.

Nestes debates, o património será ou um campo de debate reflexivo que ajude a derrubar entendimentos monolíticos e ingênuos sobre a realidade (passada, presente e futura) e a construir futuros mais inclusivos, solidários e humanísticos através de uma identificação e superação pela convergência de dilemas fundamentais, ou um campo de disputas sobre falsas aparências,

reduzido ao questionamento de símbolos do passado, sem capacidade para os ressignificar (Oosterbeek, 2011).

O património como jogo de dilemas



Um exemplo nuclear deste jogo de dilemas é a tensão entre história e memória (Poole, 2008), que atravessa a dinâmica de construção do património cultural, que se tem reforçado nas últimas duas décadas, acompanhando os processos de degradação das estruturas sociais e dos mecanismos de interação e integração económica, que se aceleraram a partir de 2008. Num quadro de conflitualidade crescente, que tende a romper as linhas de demarcação ideológica prospectivista que marcaram o século XX, esses processos dão cada vez mais espaço a novas congregações de interesses, que se agrupam em torno da rejeição do passado, mais do que da concordância sobre o futuro. Vivemos tempos de diversas resistências, de radicalização e de redução do espaço do diálogo e da democracia.

A estruturação de agendas coletivas em torno de ideais sobre o passado, que em comum apenas têm a rejeição da globalização, tem um impacto enorme sobre o património cultural. As conflitualidades do século XX, construídas em torno de ideais de futuro, estruturaram sociedades que utilizaram o património como herança a preservar, designadamente sob a forma de desapropriações, reapropriações e, muitas vezes, roubos.

O espaço da história, contextualizando os vestígios materiais do passado, manteve-se na tradição iluminista, afirmando-se como raiz academicamente consensualizada e como condição para, sobre a base desse consenso sobre o passado, estruturar as dinâmicas (por vezes muito violentas) de futuro. O modernismo, por exemplo, mesmo na sua radicalidade muitas vezes destrutiva, assumia um projeto fundamentalmente de futuro, no qual a razão e as suas crias, como a História, tinham um espaço fundamental. O apreço pelas realizações artísticas do passado, mesmo quando produzidas no quadro de interesses opostos, era uma característica comum aos diversos movimentos sociais.

O ocaso progressivo dos programas sociopolíticos futuristas no último terço do século passado, acompanhado pela financialização da economia e pela globalização das “coisas” (Berger, 2017), reduzindo tudo e todos a produtos de mercado, não deixou de afetar os bens materiais e imateriais do passado, presentificando-os de forma radical e quase que os reduzindo à condição de produtos turísticos.

A deslocação progressiva dos museus do eixo da educação (com que se alinhavam até à década de 1990) para o eixo da animação cultural e da economia (em que se encontram hoje), é uma expressão deste processo. E é, também, uma expressão do recuo do terreno da racionalidade, em prol de indicadores focados nos produtos e não nos processos.

Este recuo da racionalidade, que capturou as políticas de património, e em especial as políticas de museus, é um processo que também se registou na esfera da educação, que na década de 1990 se afastou do foco no conhecimento crítico para o futuro, dando lugar a um foco na aprendizagem de competências para o mercado de trabalho existente (Pires, 2005). Nessa passagem da educação para a aprendizagem, a História, como em geral as Humanidades, mas também o raciocínio científico, deixaram de ser entendidos como fundamentais, potenciando o divórcio entre os setores da educação e do património.

Hoje, a alienação não é uma consequência dos processos produtivos e sociais (como nos Tempos Modernos de Chaplin), mas um programa de formação.

Uma expressão da conjugação destes processos, nas esferas social, económica, educacional e patrimonial, são os casos de mutilação ou destruição de estátuas e outros vestígios patrimoniais, encarados como testemunhos de um passado a apagar e impossível de ser reapropriado (Kalman, 2017). Trata-se de processos distintos das destruições que marcam processos de rutura sistémica face ao passado recente (como os ataques a igrejas durante a revolução francesa e às imagens do Czar durante a revolução russa de 1917, ou o abatimento de estátuas de dirigentes comunistas no colapso do regime soviético). O que ocorre hoje, da censura de frases em obras literárias do passado mais remoto,

por serem inaceitáveis para a nossa sociedade, às agressões a algumas estátuas, é uma rejeição da memória de um passado mais remoto, que o inscreve no presente como se ele estivesse vivo. E, é importante compreender isso: esse passado está infelizmente vivo, quando é reduzido a memória e quando se afasta a história e a sua racionalização, como parte da origem remota de desigualdades e discriminações que persistem.

Sem surpresa, as agendas futuristas preservaram melhor a história, pois o seu foco era a construção de um futuro que anteviam de forma “clara”, do que as agendas atuais, de rejeição do passado mas sem visões consensualizadas de futuro. A destruição de patrimônio ocorreu, de forma muito expressiva, nesse quadro futurista, mas raramente tal aconteceu com a intenção de apagar a memória: o objetivo era, em geral, criar espaço para a modernidade. A generalização de uma consciência patrimonial foi, também, uma resistência a processos destrutivos “não refletidos”, introduzindo essa reflexão a partir da noção de história (mesmo quando de pendor identitário e nacionalista).

Todo o eixo de disputa parece deslocar-se, hoje, para a memorialização do passado (Sodaro, 2020), o que em coerência implica pontualmente a destruição intencional de alguns dos seus vestígios (memórias a rejeitar) e, sobretudo, implica um crescente desinvestimento no patrimônio material, em prol de tudo o que é vivo e, por isso, mais próximo da memória: as tradições, as artes, a gastronomia.

Houve, no século passado, processos semelhantes (de que o maior exemplo será a revolução cultural chinesa) mas, quando ocorreram, geraram em seguida reações simétricas que se consolidaram rapidamente (mais uma vez, a China é um exemplo muito claro). Hoje, porém, o processo é mais amplo e participado, e não apenas conduzido por algumas lideranças. A destruição de patrimônio é, de forma crescente, e por razões que importa compreender, um objetivo de muitos, num movimento que prolonga a exclusão de tantos à educação, o divórcio entre educação e cultura e a transformação da educação em aprendizagem de conteúdos.

Os sítios patrimoniais, se não forem lugares de história,

serão presa fácil de memórias em disputa, e tenderão, finalmente, a ser esquecidos (quando a paz entre essas memórias as superar). A pandemia, afastando ainda mais os cidadãos do convívio com o património, tenderá a acelerar esse movimento centrípeto.

Um novo paradigma em co-construção



o confronto com a pandemia, a maioria da população mundial reagiu de uma forma inesperada. Pela primeira vez, escolheu começar por proteger a vida de todos e cada um, dando-se tempo para reorganizar o modo de viver. Não foi uma reação pensada. Aliás, grande parte dos que começaram por pensar muito, optaram rapidamente pela economia, de forma mais (Bolsonaro, Trump) ou menos (Boris Johnson, Stefan Löfven) persistente. Hoje, com a segunda ou terceira vagas da pandemia, as tensões entre governos centrados na economia (IMF, 2020) e pessoas centradas na saúde (pese embora a presença de grandes minorias negacionistas), são mais gritantes. A defesa absoluta da vida foi uma reação espontânea, e é a mais forte afirmação, na escala global, de um novo entendimento do valor da vida e da sua relação com a dignidade da pessoa humana. Registou-se a mesma reação em imensas tradições culturais distintas, o que revela como a globalização tem efeitos positivos na construção de um novo entendimento da Humanidade. Nunca fora assim no passado: isolar e deixar à sua sorte os infetados e cuidar da vida dos restantes, sempre foi a receita, mesmo quando os mortos se contaram em dezenas e centenas de milhões. Mas desta vez foi diferente, e devemos reconhecer que essa diferença é mais um passo no caminho que, antes, recusou a escravatura, condenou a pena de morte, se enfureceu com os genocídios e buscou a utopia da paz, da saúde e da liberdade.

Afirmar o primado de cada vida humana, no entanto, desafiou o modelo económico em que vínhamos sobrevivendo. É certo que ele era questionado de forma ampla há mais de duas décadas, e que nunca recuperou verdadeiramente do abalo de 2008, apesar dos discursos otimistas. E é certo que muito do que

vivia nele irá regressar. Mas será um regresso de fragmentos, à procura de um novo cimento que já não pode ser o mesmo, embora ainda não saibamos qual será.

Com a pandemia, e o grande confinamento, as sociedades não optaram pelo intangível digital: optaram pela proteção material das vidas, apostando na recuperação da tangibilidade dos afetos no médio prazo, ao mesmo tempo que deixaram à sua sorte as “fileiras produtivas tradicionais”. Fizaram o que Proust (filho de um epidemiologista, que conheceu as agruras da cólera) narrou a respeito do seu personagem Swan: deixaram a posse garantida dessas “coisas” (reuniões precedidas por longas viagens, compras com moedas, almoços no restaurante, jogos assistidos na bancada,..., mas também apertos de mão, abraços e beijos, companhia física nas horas difíceis, ...) e tentaram ver o que aconteceria se as deixassem, mas mantendo “tudo o mais no mesmo estado”, ou seja, a vida individual. Agora, pouco a pouco e ainda com o espectro da pandemia, já começou uma nova vida: o que aconteceu, o que ainda acontece, não é apenas uma “falta parcial”. Tudo mudou e começa um estado novo que não se podia prever no antigo, e que ainda não se pode prever totalmente. Mas no qual a resposta à dúvida sobre “o que mais fez falta” não coincide com a mecânica económico-social anterior.

Na nova vida que já começou, haverá obviamente economia, realinhando-se com as novas perceções das necessidades. Mas é a forma desse realinhamento que ainda não vislumbramos: muitas das atividades anteriores já morreram e ainda não sabem, e outras vão crescer muito para além do que imaginamos. O digital? Provavelmente sim, mas não tanto como alguns pensam, porque dele sentiram falta os que não tinham acesso (e é provável que o acesso à internet venha a ser listado como um direito fundamental, como o de ter água, luz ou conta bancária). Mas será no universo daquilo de que mais sentimos falta, como o espaço restrito dos afetos, que crescerão serviços de uma nova economia e de uma nova dinâmica social.

Estão as organizações (empresas, escolas, associações, museus, profissões,...) preparadas para acompanhar esta mudança de rumo incerto? Perceberão elas que não servem para

objetivos diferentes, exceto na dimensão intangível, das percepções? Compreenderão que, na hora de reorganizar a economia, não há atividades com direitos garantidos mas necessidades que carecem de ser satisfeitas? Uma escola é construída por empresas com conhecimentos acadêmicos articulados com a memória e a interpretação de uma história que gerou o presente em que essa escola, ou restaurante, ou estrada, ou... se tornou necessária. Na materialidade, tudo está integrado: é um ecossistema sustentável. São as percepções, às vezes chamadas de interesses, que distorcem essa unidade, mesmo se são também elas que podem dar forma ao novo.

A compreensão deste processo e a estruturação de mecanismos para a sua regulação e governança, é o que designamos por Gestão Integrada do Território, ou Gestão Cultural Integrada do Território (que é a mesma coisa, mas sublinhando que a integração será sempre cultural e nunca meramente instrumental ou tecnológica).

Vivemos o tsunami da mudança, e os antigos interesses institucionais e corporativos terão dificuldade em se sobrepor ao clamor para que “ninguém fique para trás”, pois essa é a grande utopia que se afirmou nos últimos meses, em termos mundiais. Tempos houve em que ser racista era aceite, e tempos há em que não cuidar das vidas dos outros ainda é aceite; mas é uma tolerância que está a acabar. Vai demorar muito tempo ainda, porque muitas lideranças ainda irão tentar conduzir destinos por estradas que já foram apagadas. Mas, como sempre na história, ficarão melhor os que perceberem os valores que esta mudança enunciou: vida, proteção, solidariedade, humanidade. As empresas que o perceberem crescerão muito, e terão grandes lucros; as escolas que o entenderem serão procuradas, porque estarão a preparar as gerações para o futuro; as associações culturais e desportivas que o compreenderem terão uma relevância social crescente. O desemprego será absorvido na produção de bens e serviços com esse alinhamento. Foi assim em todos os momentos em que se combinaram ruturas socioeconômicas, novas tecnologias e novas necessidades, que convocam novos valores, que se irão estruturar, por entre incertezas nas próximas décadas.

A metodologia de gestão cultural integrada do território prevê quatro pilares para a governança territorial (Oosterbeek 2012): educação e formação; reconstrução da matriz sociocultural; envolvimento de partes interessadas; e comunicação. Considera a gestão do patrimônio como uma componente nuclear da gestão territorial, valorizando a relevância dos resíduos materiais para a compreensão partilhada da paisagem e do patrimônio intangível para o autorreconhecimento e a dinâmica das iniciativas de base territorial.

É de primordial importância a estruturação de estratégias para combater todo tipo de alienação, mas também para valorizar a contradição e a divergência como principal estratégia de sobrevivência e inovação. Esta abordagem converge com o foco da UNESCO na mobilização para a educação, na construção da compreensão intercultural, na busca de cooperação científica e na proteção da liberdade de expressão. Em particular, está alinhada com o programa estratégico do Conselho Internacional para a Filosofia e as Ciências Humanas e com o novo programa BRIDGES da UNESCO, de desenvolvimento territorial de base local e perfil humanístico (Hartman, S., 2020).

A Cátedra UNESCO-IPT



s dilemas não podem ser resolvidos, eles só podem ser superados, enquadrando-os numa escala mais ampla, que os converta em “não-dilemas”. A reflexão e intervenção das ciências humanas deve apoiar-se nesta relevante transformação cultural dos seres humanos, no sentido do apreço pelo valor da dignidade da vida humana individual, a fim de enfatizar que as preocupações atuais não são apenas sobre sobrevivência (mas sobre dignidade individual humana) ou sobre o crescimento econômico (mas sobre as condições econômicas para a qualidade de vida).

Unir economia e cultura/valores e entender a saúde na sua relação com a qualidade de vida, é o caminho para reintegrar a saúde, a economia e os desafios sociais mais amplos à frente,

através da cultura, numa estrutura convergente. Uma economia forte, que possa efetivamente crescer, terá de responder às necessidades sentidas pelas sociedades, que mudaram radicalmente em função da pandemia: um entendimento da saúde articulado com o bem-estar, um aumento da produção descentralizada de bens de consumo básico, uma valorização dos vetores socioculturais que foram congelados pelos confinamentos em casa (a cultura) e uma relativização dos salários (sem deixar de valorizar a sua necessidade absoluta). Uma economia apoiada em casinos, alienação consumista e massificação, não responde a essas novas prioridades, e por isso agravaria a depressão económica.

A depressão atual precisará de um novo paradigma, um novo cenário cultural (ou visão de futuro), que provavelmente estará longe de muitas expectativas, mas mesmo assim mais próximo da integração entre os seres humanos. Existem muitas variáveis que determinarão o futuro, mas é possível, a partir da academia e das suas redes de relacionamentos, influenciar esse futuro a partir do conhecimento crítico racional.

Neste contexto, a noção de emergência está a separar-se da questão ambiental, porque há cada vez mais um entendimento de que nada de útil será feito sem reflexão e adaptação a longo prazo. O discurso da emergência é hoje o de “retomar rapidamente a economia”, tal como esta foi concebida no passado, empurrando para um falso dilema entre a saúde (que só pode ser assegurada com um futuro diferente) e a economia (que se pensa no seu modo passado, em vez de refletir sobre uma economia diferente, ao mesmo tempo que se forneça apoio financeiro para a transição). Uma vez que a palavra “emergência” é, naturalmente, muito forte em termos de retórica, a compreensão da forma como se move no discurso público será importante no futuro. A emergência convida-nos sempre a agir rapidamente, sem perder muito tempo a pensar, e é o contrário que precisamos agora, porque as ações decididas desta forma tenderão a “voltar ao passado”.

Por estas razões, importa olhar para as dimensões da saúde/qualidade de vida - ambiente - economia como três componentes que precisamos de integrar melhor, numa lógica que

os seres humanos entendam (não antropocêntrica, mas antro-po-orientada), tendo a saúde e a qualidade de vida dos seres humanos como núcleo de intervenções estruturantes. As comunidades, maioritariamente, estão agora muito conscientes da importância do conhecimento e valorizam mais o conhecimento científico, o que implica a comunicação científica fora da lógica da “propaganda”, que caracteriza frequentemente o debate público sobre o ambiente e a biodiversidade.

A Cátedra UNESCO em Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território, coordenada pelo Instituto Politécnico de Tomar, foi estruturada na base destes princípios, metodologia e entendimento, visando quatro objetivos fundamentais: 1) fomentar a pesquisa e sua aplicação na contribuição específica das Humanidades para a gestão quotidiana dos territórios, cumprindo assim a estratégia da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através da capacitação de futuros líderes (Oosterbeek, 2010); 2) estabelecer uma rede global de investigação, educação e inovação; 3) educar novas gerações de líderes qualificados dentro de um quadro de referência transdisciplinar e criativo (Max-Neef, 2005); 4) criar e apoiar projetos de base territorial que se revejam nesta estratégia (Samassekou, 2012), numa estratégia orientada em sete eixos de transformação nas comunidades: do foco nos problemas para a prioridade aos dilemas; da alienação para o conhecimento crítico; das redes sociais hierarquizadas para redes socioculturais colaborativas; da noção etnocêntrica de tolerância para o apreço pela diversidade cultural; da depressão (económica e psicológica) para a compreensão global, enraizada no conhecimento académico; do ativismo emergencial para compreensão do sentido das coisas e das ações transformadoras de médio prazo; do apartheid das ciências e humanidades para respostas adaptativas integradas.

Ainda que coordenada pelo IPT, a cátedra tem uma ampla parceria que inclui equipas de 16 Universidades e Centros de Pesquisa (Università degli Studi di Ferrara, Itália; Muséum National d’Histoire Naturelle, França; University of Jena, Alemanha; Instituto Catalão de Paleocologia Humana e Evolução Social, de Espanha; Universidad de Extremadura, Espanha; Uni-

versité Jean Monet de St. Etienne, França; Technical University of Brno, República Checa; Centro de Geociências, Portugal; Universidade Federal de Santa Maria, Brasil; Chinese University of Hong-Kong; Université Cheikh Anta Diop, Dakar, Sénégal; Universidade de Cabo Verde; Chinese Academy of Social Sciences; Universidade Federal de Minas Gerais; Sri Venkateswara College, Universidade de Delhi, Índia; University of Pennsylvania, EUA).

Esta parceria, que inclui algumas cátedras UNESCO, é reforçada com a participação de 18 outras entidades das esferas pública (Comissão Nacional da UNESCO em Portugal; National Library of Lithuania, Lituânia; Direção Nacional de Museus, Angola), municipal (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Portugal; Município de Mação; Estado de Goiás, Brasil; Câmara Municipal de São Miguel, Cabo Verde; Município de Ribeira Grande, Cabo Verde), educativa (Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Portugal), académica (Academia Portuguesa da História, Portugal; Instituto Terra e Memória, Portugal; Centro Universitario Europeo per I Beni Culturali, Itália), cultural (Centro de Fotografia Casa dos Cubos, Tomar, Portugal; IBIO, Brasil; Instituto do Espinhaço, Brasil; Asociación Peruana de Prospectiva y Estudios del Futuro, Lima, Perú) e empresarial (NERSANT, Associação Empresarial da Região de Santarém, Portugal; Documento, Brasil).

Partindo da metodologia definida acima, a Cátedra promove um programa de formação intensiva organizado a cada ano, no âmbito da Associação Internacional Apheleia. Em termos estratégicos, intervém no debate global sobre sustentabilidade, no meio de uma crise que enfatiza a pressão sobre as dimensões sociais e económicas, mais do que sobre as ambientais. A este respeito, o projeto contribui para promover valores humanistas há muito estabelecidos, nomeadamente, a dignidade da pessoa humana (o núcleo da Declaração da Rio + 20), a liberdade e a democracia (cruciais para uma integração eficiente de vários e distintos entendimentos culturais da paisagem), a igualdade de direitos, a equidade social, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos (nomeadamente os direitos das pessoas per-

tencentos a minorias culturais).

O projeto permite uma transferência de conhecimentos eficiente e rápida entre os parceiros, partilhando experiências e valorizando a convergência na diversidade. É neste sentido que, para além das parcerias mencionadas, a Cátedra estruturou um pólo permanente em Morro Redondo, em parceria com o município e com as Universidade Federal e Católica de Pelotas.

A missão é grande e ambiciosa, mas a rede é igualmente forte, flexível e resiliente. Da sua capacidade de interação com as comunidades nos diversos países depende, no essencial, o sucesso dessa missão.

Referências:

Adede, A.O.(1995). *The Treaty System from Stockholm (1972) to Rio de Janeiro (1992)*. *Pace Environmental Law Review*, 13: 33-48.

Berger, M.J. (2017). *The museum and the object: cultural commodities in flux at the museum of Islamic art in Cairo*. *Museum Management and Curatorship* 32(4): 395-414.

Contatore, O.A.; Malfitano, A.P.S.; Barros, N.F. (2017). Os cuidados em saúde: ontologia, hermenêutica e teleologia. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 21 (62): 553-63

Dris, N. (2006). *Patrimoine et Developpement Local: l'appropriation collective du patrimoine comme forme d'integration sociale*. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local* 8 (13): 9-18

Eilertsen, L.; Amundsen, A.B. (2012). *Museum Policies in Europe 1990–2010: Negotiating Professional and Political Utopia* (EuNaMus Report No. 3). Linköping University Electronic Press: <http://liu.diva-portal.org/smash/get/diva2:557284/FULLTEXT01.pdf> (consultado em 07.II.2020)

Ferreira, A. F. (2007). *Gestao Estrategica de Cidades e Regioes*. Lisboa: Fundacao Calouste Gulbenkian.

Figueira, L.M.; Oosterbeek, L. (2012). *Turismo Mundial, Crise Sanitária e Futuro: visões globais partilhadas*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar

Hartman, S. (2020). *Into the Fray: A Call for Policy-engaged and Actionable Environmental Humanities*. *Ecozon@ European Journal of Literature Culture and Environment*, 11 (2): 187-199

ICOM (2020). *Report: Museums, museum professionals and COVID-19*. Publicação online <https://icom.museum/wp-content/uploads/2020/05/Report-Museums-and-COVID-19.pdf> (consultada em 07.II.2020).

IMF (2020). *Policies, Politics, and Pandemics. Finance and Development. A Quarterly Publication of the International Monetary Fund*, 57 (2):4-29

Kalman, H. (2017). *Destruction, mitigation, and reconciliation of cultural heritage. International Journal of Heritage Studies* 23(6):538-555

Max-Neef, M.A. (2005). *Foundations of transdisciplinarity*. IN: *Ecological Economics*, 53, pp. 5-16

Nikolić, A.; Nurmi, K.; Andonegui, M. (2020). *Manual for Cultural heritage Education*. Hensinky: Heritagehubs online publication - <https://heritagehubs.eu/wp-content/uploads/2020/03/HH-Manual-Ingles-Web-rev2.pdf>. (consultado em 08.II.2020).

Oosterbeek, L. (2007). *Ordenamento cultural de um território*. IN: José Portugal, S. Marques (eds.), *Gestão cultural do território*. Porto : Setepés, 2007

Oosterbeek, L. (2010). *Meio ambiente, património cultural e consciencia – uma perspectiva arqueologica*. IN: PASSOS, M., *Diálogos cruzados: religião, história e construção social*, Belo Horizonte, *Argumentum*, 61-82.

Oosterbeek, L. (2012). *Recursos, Tecnologia, tradições e gestão integrada do território*. IN: Quinta-Ferreira, M., Barata M.T., et al., *Para Desenvolver a Terra, Memórias e Notícias de Geociências no espaço lusófono*, Imprensa da Universidade de Coimbra, cap. I, pp. 17-23

Oosterbeek, L. (2018). *Gestão cultural integrada do território: um programa de atuação para as ciências humanas*. REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA, 12 (3). Fortaleza: 53-61.

Oosterbeek, L. (2020). *From Humankind towards Humanity, through epidemics and sociocultural cohesion*. *Territori della Cultura*, 40: 10-19

Oosterbeek, L. (ed.2011). *Direito ao património para uma gestão integrada do território*. *Tomar, CEIPHAR, série Area Domeniu vol. 4*

Oosterbeek, L., Werlen, B., Gudauskas, R., Caron, L., Arzarelo, M., Quagliuolo, M., Garcia Arranz, J., Peretto, C., Sémah, F., Bayon, J., Zemánková, H. (2017). *Apheleia. Building an European strategic partnership for Cultural Integrated Landscape Management for sustainable development and global understanding*. In Oosterbeek, L., Werlen, B., Caron, L., eds., 2017. *Sustainability and Sociocultural Matrices. Transdisciplinary contributions for cultural integrated landscape management*. Arkeos 40, Vol. I. Tomar: Instituto Terra e Memória. 25-36.

Pires, A. (2005) *Educação e Formação ao Longo da Vida: uma análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e de competências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ponge, R. (2009). 1968, dos movimentos sociais à cultura. *Organon*, Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro: 39-55

Poole, R. (2008). *Memory, history and the claims of the past*. *Memory Studies* 1(2):149-166

Rezende, M.J. (2016). As ditaduras militares na América Latina e seus reflexos na construção do desenvolvimento humano proposto pelo PNUD/ONU. In: *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, publicação digital https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Maria_Rezende_Anais-do-II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina.pdf (consultado em 09.II.2020)

Rittgerodt, R. (ed.2020). *A De Gruyter Humanities Pamphlet. 13 Perspectives on the pandemic. Thinking in a state of exception*. Berlin: Walter de Gruyter GmbH.

Roberts, K. (2011). *Ne Origins of Business, Money, and Markets*. New York: Columbia University Press.

Samassekou, A. (2012). Ambiente global, culturas e Gestão Integrada do Território. IN: Scheunemann, I. & Oosterbeek, L., Um novo paradigma da sustentabilidade. Rio de Janeiro, IBIO, pp. 233-238.

Scheunemann, I.; Oosterbeek, L. (Eds).2012. Um novo paradigma da sustentabilidade: teoria e prática da Gestão Integrada do território. Rio de Janeiro, IBIO

Sitiglitz, J.E. (2017). A economia mais forte do mundo. Lisboa: Bertrand editora.

Sodaro, A. (2020). Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu. Revista PerCursos 20(44):207-231

Udapudi, S.; Sakkarnaikar, F.(2015). From Stockholm to Rio to Rio+20: Green Economy and the Road Ahead. American International Journal of Research in Humanities, Arts and Social Sciences 10 (1), March-May: 65-73





VII



...ssim,
identificava-se uma
lacuna, a carência
de uma linha de
pensamento e reflexão
que, ao mesmo tempo,
proporcionasse
diretrizes para a
organização dos
territórios, com
o objetivo de um
futuro equilibrado,
compartilhado pelos
seus habitantes.“



Gestão Integrada do Território na Constituição do Polo Morro Redondo

| *Ingelore Scheunemann*

Gestão Integrada do Território - GIT:

uma breve retrospectiva

1. GIT: Porquê? Para que?



preocupação sistemática sobre o presente e o futuro dos territórios foi marcado pelo relatório da comissão Brundtland, o qual se tornou referência para as questões ambientais, bem como, trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público. No rastro da repercussão positiva dessa iniciativa, a ONU leva a efeito a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, referida como Conferência de Estocolmo, e a Eco 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que, de certo modo, mudam a forma como a humanidade define sua relação com o planeta e, em maior ou menor escala, tem seus princípios seguidos pelos países que constituem a Organização das Nações Unidas. (ONU, 1987, 1972, 1992).

O documento marco, derivado do processo liderado pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, tem, também, o mérito de recolocar em pauta o princípio do *Triple Bottom Line*, de-

lineado a partir de 1981, o qual enfatiza que as populações tem interações com seus territórios, atuam nos territórios onde vivem mas, que apesar desta atuação ser multifacetada, o sucesso ou a falência do desenvolvimento é medida pelo crescimento econômico. (GALOR, 2005).

Após tais conferências da ONU, a palavra “crescimento” caiu em desuso, substituindo-se por desenvolvimento sustentável, nem sempre usada segundo seu verdadeiro significado. De qualquer forma, tornou-se indispensável a inclusão das vertentes ambiental, econômica e social nos planos de gestão e desenvolvimento territorial. Entretanto, a simples observação dos índices de desenvolvimento, nos vários países e em suas unidades territoriais, mostra que ainda prevalece o crescimento e não desenvolvimento (OOSTERBEEK, SCHEUNEMANN, 2012).

Assim, identificava-se uma lacuna, a carência de uma linha de pensamento e reflexão que, ao mesmo tempo, proporcionasse diretrizes para a organização dos territórios, com o objetivo de um futuro equilibrado, compartilhado pelos seus habitantes.

Luiz Oosterbeek resume as relações que se processam no território, e a presença da cultura nesta equação:

A diversidade de paisagens, ou seja, de olhares sobre a contemporaneidade, pode ser equilibrada por uma convergência de interesses no passado (através da valorização do patrimônio cultural, cuja diversidade permite no entanto múltiplas apropriações, diluindo a conflitualidade), elemento essencial para a mobilização coletiva em

torno de objetivos de futuro. A economia regula as relações entre indivíduos para a satisfação das suas necessidades, e a dinâmica social organiza esses mesmos indivíduos. É a relação destas com o ambiente que permite identificar e desenvolver os ativos territoriais que potenciam a competitividade territorial. Mas é o património que pode ajudar a superar as fragmentações do presente, mobilizando diferentes grupos e interesses, sobre uma base comum (fundacional) na perspectiva de um futuro também comum. (OOSTERBEEK, 2012, p. 47-48)

A esses primeiros tempos de concepção, fundamentação e desenho de metodologia, desenvolvido por uma rede de cooperação multidisciplinar, formada por cientistas e pensadores de universidades, centros de pesquisas de vários países, bem como de organismos internacionais e outros segmentos da sociedade, seguiram-se anos de intenso trabalho de maturação, aprofundamento, consolidação e permanente aprimoramento do conceito, das bases teóricas e da metodologia GIT. Uma série de programas e projetos, eventos, trabalhos acadêmicos, teses de doutoramento, artigos publicados em revistas científicas e meios de comunicação com o público, foram levados a cabo. A título de ilustração, e como um marco, cita-se o programa *Aphelleia -European Strategic Partnership for Cultural Integrated Landscape Management*, que vem se constituindo como plataforma de geração de novos conhecimentos sobre o tema da Gestão Cultural Integrada do Território, consolidados em

publicações, tais como a Série *Arkeos* mas, também, em cursos, eventos, projetos e parcerias tais como o Centro de Geociências da Universidade de Coimbra.

2. GIT nos territórios: um pouco sobre a trajetória



ação, Portugal, tornou-se o exemplo da aplicação das premissas e métodos da GIT em um território. Em 2001, o Instituto Politécnico de Tomar e o Município de Mação lançaram um projeto para promover o Museu Municipal - Museu de Arte Pré-histórica e do Sagrado no Vale do Tejo, (existente desde 1946 como um museu de arqueologia), incluindo a dimensão internacional, o ensino superior e a internacionalização, com componentes como a experimentação ampliando a lógica de pesquisa e envolvimento social, aos programas já existentes. O envolvimento da população, do poder público, das empresas, do sistema educacional e de parcerias nacionais e internacionais é o eixo deste programa, que completará 20 anos, consolidando-se como elemento fulcral do desenvolvimento da região (CÂMARA MUNICIPAL DE MAÇÃO, 2020).

O Instituto Terra e Memória – ITM, cuja missão é definida como: desenvolver respostas culturais para problemas e dilemas sociais, culturais e ambientais, através da valorização da memória e das ciências, numa lógica sistêmica, centra, juntamente com o Museu, o programa de Gestão Cultural Integrada do Território.

No Brasil, a primeira experiência ligada à GIT, deu-se no ano de 2005, quando o Instituto Politécnico de Tomar assi-

nou um acordo de cooperação com a Universidade Vale do Rio Doce (Univale), para desenvolver o Programa de Especialização em Gestão Integrada do Território, hoje um curso de Mestrado.

Gestão Integrada do Território, como intervenção territorial, teve seu início no ano de 2009, através da parceria estabelecida entre o Instituto BioAtlantica – IBIO, com sede no Rio de Janeiro e o Instituto Politécnico de Tomar, localizado em Portugal. O acordo IBIO / IPT visou o desenvolvimento do Programa de Fortalecimento do Capital Social e Qualificação em Gestão Integrada de Território para o Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Rio Doce, o qual se desenvolveu durante o ano de 2010, como uma ação piloto em Gestão Integrada do Território (GIT).

O programa partiu da ótica de formação, através do curso de Especialização e teve como foco o reforço do capital humano da região da Bacia do Rio Doce e outras bacias, em uma perspectiva de compatibilidade ambiental e sustentabilidade social, econômica e cultural, e de constituição de uma rede de construção de conhecimento aberta e participativa, que envolvesse entidades e profissionais de outras regiões para além da bacia do Rio Doce. Interessante notar que a entidade que buscou o desenvolvimento do programa foi uma empresa, a USIMINAS, preocupada com as questões ambientais e sociais na Bacia do Rio Doce. (SCHEUNEMANN, 2012).

Em 2010, inicia-se projeto preliminar para a implantação do Programa de Gestão Integrada do Território no Complexo do Açú e suas regiões de influência. O Complexo Logístico e Industrial do Açú, no litoral Norte do Rio de Janeiro, à época liderado pelo grupo empresarial EBX, ocupa uma área de cerca de 100 quilômetros quadrados, é um dos maiores projetos de

industrialização e urbanização existentes no mundo, caracterizado, também, por uma intervenção profunda no território (BATISTA, 2012).

O Grupo EBX entendia que competitividade e a cooperação entre territórios dominam o mundo atual e condicionam todos os empreendimentos, pelo que é fundamental a integração dos territórios, nas suas dinâmicas sociais, nos seus empreendimentos econômicos, nos seus ativos ambientais e nas suas características culturais e contrata a implantação de um Programa de Gestão Integrada do Território visando agir de forma integrada com a sociedade e o poder público, como um investimento no crescimento articulado e organizado de seus empreendimentos e das comunidades a sua volta (SCHEUNEMANN; OOSTERBEEK; TRISTÃO, 2012).

A esses, seguiram-se outros projetos, tais como, “Território do Ribeirão do Boi: Um projeto para catalisar e integrar ações sociais, ambientais e econômicas para o desenvolvimento sustentável”, Valorizar a vida em todas suas dimensões: Serra da Piedade, Gestão Integrada do Território para a região de influência da Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra), todos no estado de Minas Gerais

Inúmeras conversas, dos líderes das equipes atuantes nos projetos em questão, com gestores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – levaram esse organismo a elaborar um documento técnico que se tornou balizador para projetos de desenvolvimento regional. Tais diretrizes do BNDES, “Política para Atuação do BNDES no Entorno de Projetos”, representa um elemento facilitador para os projetos de Gestão Integrada do Território no território brasileiro (COUTINHO, 2011).

3. Ações e parcerias de alcance global



o ano de 2012, O Instituto BioAtlantica e o Instituto Politécnico de Tomar, com o apoio da Empresa EBX e da Confederação Nacional da Indústria – CNI, por ocasião Conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento Sustentável - Rio+20, levam a efeito o seminário Sustentabilidade: desafio das empresas do século XXI - Um olhar sobre Gestão Integrada do Território, no qual participaram como conferencistas e debatedores, expoentes de mais de 10 países, de quatro continentes, para uma abordagem multidisciplinar do tema e para uma contribuição aos debates que originaram o documento *The Future We Want* (ONU, 2012).

As contribuições ao Seminário, bem como artigos escritos por expoentes de quatro continentes, em uma lógica multidisciplinar, deram origem a dois livros, que se constituem como referência em Gestão Integrada do Território (SCHEUNEMANN; OOSTERBEEK, 2012).

Já em 2012, Benno Werlen, propunha uma ação global que investisse em aprofundar o paradigma “Pensar Globalmente, Agir Localmente”, e propõe a realização do Ano Internacional do Entendimento Global “em uma ótica que pretende uma nova visão do mundo geográfico, que leve as especificidades espaciais de condições de vida atuais em conta e busque desenvolver uma consciência generalizada sobre as consequências globais de ações locais do dia a dia” (WERLEN, 2012).

O Ano Internacional do Entendimento Global – IYGU - teve sua concretização em de 2016, com a participação de cientistas, artistas, professores, estudantes, comunicadores,

políticos, jovens, sociedade civil provenientes de um sem número de países (IYGU, 2016).

A partir do sucesso do programa do IYGU, foi proposta à UNESCO a criação da Cátedra Entendimento Global para a Sustentabilidade, que se encontra sediada na Universidade de Jena, Alemanha.

A concepção de Humanidades como ciência, e seu necessário protagonismo no mundo contemporâneo, de muitos anos vinha sendo discutida por grupos de excelência no tema e tantas outras áreas do conhecimento, incluindo professores, cientistas e sociedade civil (OOSTERBEEK, 2016).

Tal propósito foi atingido em 2017, quando a UNESCO, através do Conselho de Filosofia e Ciências Humanas, realiza a Conferência Mundial das Humanidades – Desafios e Responsabilidades para um Planeta em Transição, em Liège, Bélgica. A expressão das contribuições e discussões encontra-se condensada nos anais do evento, onde também se inclui o documento conclusivo da conferência (WORLD HUMANITIES CONFERENCE, 2017).

A realização da Conferência Mundial das Humanidades trouxe o momento justo para concretizar a proposta da Cátedra Humanidades e Gestão Integrada do Território - HUM. CILM, tendo em conta a relevância e operacionalização das humanidades no contexto da gestão dos territórios, tomando como fundamento a diversidade cultural. A Cátedra está sediada no Instituto Politécnico de Tomar – IPT, tendo sua inauguração ocorrido no ano de 2018 .

I. Uma breve caracterização do município



jovem Município de Morro Redondo, emancipado do município de Pelotas em 1988, tem sua origem no loteamento de sesmarias pertencentes a portugueses e iniciou sua colonização com a chegada de imigrantes germânicos – alemães e pomeranos, bem como italianos. A imigração italiana teve início em 1875, e o primeiro núcleo de colonizadores alemães e pomeranos estabeleceu-se na atual colônia São Domingos, no ano de 1886. O fluxo de colonização alemã progrediu até 1892, conforme dados constantes do site da Prefeitura Municipal. A população atual, estimada, é de pouco mais de 6500 habitantes (IBGE, 2020).

A constituição étnica de Morro Redondo, ainda guarda correspondência com o período de sua colonização e, em acordo com o divulgado pelo site da Câmara de Vereadores do Município, está formada por alemães (65%), italianos (15%) e mestiços (20%). Da conformação da população, fazem parte, igualmente, indígenas e afro-brasileiros (RIBEIRO et al, 2020).

Segundo o Censo de 2010, 58% compoem a população rural e 42% a população urbana. Desta população, 3.137 são homens e 3.094 são mulheres. O município conta com uma área total de 16.979 hectares. Conforme dados mostrados pelo IBGE, a densidade demográfica é de 25,45 habitantes / km². Dados do censo de 2010 mostram a pirâmide etária adensada na faixa do 40 aos 70 anos. No ano de 2000, o percentual da população na

faixa de 65 a 69 anos era de 11,2% para os homens e de 13,3% para as mulheres. Em 2019, o percentual de homens na mesma faixa de idade cresceu para 18,1%, no caso das mulheres passou a 21,7%, um dado que indica o envelhecimento da população.

Segundo os dados do SEBRAE, em 2018 existiam 458 propriedades rurais. A evolução da população rural apresentou, entre as décadas de 1990 e 2000, uma queda de 4%. Nesse mesmo período, a população urbana registrou um aumento de 5%.

Costa (2011), em sua tese de doutoramento a respeito dos juventude rural no município de Morro Redondo constata a realidade sobre a queda da taxa de natalidade: não encontrou famílias com mais de 3 filhos sendo que a média de filhos das famílias dos entrevistados está em 2,0 por família. Adicionalmente, corrobora a situação que encontrou em 2005, no trabalho de campo realizado para sua Dissertação de Mestrado (COSTA, 2018), em que praticamente todos os jovens tinham intenção em dar continuidade aos estudos como forma de ascensão social e, abandonar a atividade rural, encarando a educação formal como modo de obter uma renda fixa mensal e desvincular-se da vida de agricultor familiar, que exige muito esforço físico e concede remuneração incerta.

Estes dois aspectos associados contribuem para o aceleramento do envelhecimento da população com aceleração da baixa densidade populacional, aspecto que, não só interfere economicamente, mas leva a mudanças culturais importantes. No entanto, a depender das políticas territoriais adotadas, pode se constituir em elemento fortalecedor da identidade cultural e mesmo ser o indutor de programas de desenvolvimento. (OOSTERBEEK, 2019).

A economia, baseia-se principalmente na produção

agrícola, e setor de serviços/comércio. A agricultura caracteriza-se pela predominância da cultura do pêssego, além de outras frutíferas, mas com uma diversificação que vem se acentuando nos últimos anos, onde desponta a produção de soja e de fumo. A predominância da produção de frutas está especialmente ligada à presença das cinco agroindústrias de conserva, que no ano de 2016 envolvia 111 produtores (Plano Municipal de Morro Redondo, 2016).

Nos últimos anos, buscando agregar outras atividades produtivas, Morro Redondo, através da administração pública e da iniciativa de cidadãos, endereçou esforços para as atividades de turismo, ocorrendo em 2020 a promulgação da lei municipal LEI Nº 2.291/ 2020 que “Institui no Município o Plano Municipal de Turismo”.

No que guarda à educação, dados do SEBRAE 2020, mostram que o município tem de 98,5% de taxa de escolarização na faixa de 6 a 14 anos, o que o coloca em uma posição muito positiva entre os municípios brasileiros.

A preocupação com a educação fica demonstrada por iniciativas da administração municipal, que a partir do ano de 2017, insere a educação infantil nas escolas da zona rural, com o intuito de firmar a permanência das famílias nestas localidades, que representam cerca de 60% da população. Os programas escolares no ensino fundamental incluem três dias semanais em que os alunos permanecem os dois turnos na escola com ensino de inglês, informática, atividades voltadas à compreensão da questão ambiental, em que são utilizadas a música, o teatro e passeios como meios. A Mostra Literária, realizada anualmente em todas as escolas do município, trabalha a cultura com foco especial na cidade, bem como a literatura. Referência deve ser

feita ao projeto Caixa de Memória em que os alunos exercitam o resgate das histórias familiares e de constituição de Morro Redondo¹.

O município, seja através da administração pública, seja através das associações civis, possui forte vínculo com as universidades Federal de Pelotas (UFPEL) e Católica de Pelotas (UCPEL), situadas no município de Pelotas, a 33 km de distância, e têm uma história consolidada de programas e projetos desenvolvidos e em desenvolvimento. A Universidade Católica de Pelotas desenvolve suas ações através de seu Escritório de Desenvolvimento Regional e a UFPEL, marcadamente, através da Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

2. O resgate da história e da cultura



forte presença de descendentes de germânicos no município, confere uma intensa identidade cultural, centrada nas memórias que as famílias conservam de seus antepassados, traduzindo muito da cultura alemã e pomerana à época da imigração e da colonização das terras que hoje constituem Morro Redondo. Esse, é um fato promissor para instituição de programas em que a cultura se constitua em indutor do desenvolvimento, ao modelo de outras cidades, em tantos territórios ao redor do planeta (Territorio della Cultura, 2019).

¹ Informações fornecidas pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em 09/11/2020.

A partir da preocupação dos mais idosos com a perda das memórias do município e por iniciativa de três cidadãos morro-rendondenses, cria-se o Museu de Morro Redondo e a Associação Amigos da Cultura de Morro Redondo, no ano de 2007:

Os primeiros passos do Museu, (...) tem como protagonistas, sobretudo, três moradores da cidade: Osmar Franchini, Ervino Büttow e Antônio Reinhardt. De forma pioneira, sensibilizados com as questões patrimoniais, estes senhores iniciaram um processo de sensibilização da população local no sentido de ressaltar a necessidade de representar a história de Morro Redondo, por intermédio de um Museu, tendo como referência objetos de uso cotidiano presentes no lar, no trabalho e no lazer. Por meio de uma solicitação na rádio local, o Sr. Osmar, na época radialista, convidou a todos os moradores do município a doarem objetos para compor o acervo do Museu. Um desses moradores foi Ervino Büttow, o qual possuía um pequeno museu em sua residência, resultando na doação de muitos objetos. A relação entre os Srs. Ervino e Osmar motivou a inserção de um terceiro integrante, Antônio Reinhardt, que culminou na composição da Associação de Amigos da Cultura, criada no dia 30 de novembro de 2007... (LAUTNSHLAGER et al., 2012, s/p)

O professor Diego Lemos Ribeiro discorre que o:
museu teve sua criação concretizada em 2009, a partir de doações da co-

munidade, com o propósito de salvaguardar, tanto coleções materiais (acervos tridimensionais), quanto memórias que orbitam e dão sentido à cidade. Alocado em uma dependência relativamente pequena, o Museu extrapola suas estruturas sólidas, vazando para a cidade e para a paisagem cultural, ao ser reconhecido por seu intenso nexos com a comunidade, em especial por suas ações intergeracionais que o torna protagonista na formação das identidades sociais”. (RIBEIRO et al., 2020, p.97)

A parceria entre o poder público do município, a Universidade Federal de Pelotas e a comunidade local gerou, como um dos principais frutos, o Projeto de Extensão “Museu Morrorredondense: Espaços de Memórias e Identidades”, vinculado ao curso de Bacharelado em Museologia da UFPel. Esse projeto desenvolve ações com a Comunidade sendo, duas delas, o Morro em Cena e o Café com Memórias.

Como em Mação, o Museu Histórico de Morro Redondo desempenha papel centrípeda no município, ao catalizar ações não só voltadas à memória e ao patrimônio, mas igualmente educacionais e estimuladoras da economia local. (OOSTERBEEK, et al., 2017).

Além da Associação Amigos da Cultura, outras associações da comunidade foram criadas e se juntaram na promoção de atividades que tem como base a cultura, quais sejam, a Associação de Artesãs de Morro Redondo e a Associação de Turismo Morro de Amores. A tradição e cultura gaúcha tem a liderança do CTG - Centro de Tradições Gaúchas Cancela Grande, que,

também, desenvolve atividades junto às escolas e à comunidade e em parceria com o poder público.

O Museu agrega, igualmente, iniciativas de resgate do patrimônio cultural imaterial que partem de iniciativas dos cidadãos, a exemplo do projeto de resgate do *Osterstiepien*, costume trazido pelos pomeranos, brincadeira de fundo musical que ocorria na véspera da Páscoa (DIÁRIO POPULAR, 2020; Vídeo TV Brasil).

Iniciativas da Prefeitura Municipal em associação com a comunidade, as quais buscam a valorização da cultura alemã, têm sido organizadas. A título de exemplo, em 2015, ocorreu a 1ª Festa da Cultura e Colonização Alemã, com recursos da Lei de Incentivo à Cultura do Rio Grande do Sul (Pró-Cultura RS, 2015).

3. A Escolha de Morro Redondo



Município de Morro Redondo apresenta uma série de pré-condições que o qualificam para a instalação do polo da Cátedra UNESCO Humanidades e Gestão Integrada do Território e podem ser resumidas em três eixos fundamentais:

- 1- Características do Município, tais como, o resgate das memórias culturais, a intensa participação da comunidade neste processo, a interatividade entre comunidade e poder público, o modelo de educação fundamental que valoriza as memórias e a história do município, mas também a baixa densidade populacional e o envelhecimento

- da população que são importantes motivos de preocupação com o futuro do município,
- 2- A história de sólida cooperação das Universidades Católica de Pelotas e Federal de Pelotas com o município de Morro Redondo, que envolve tanto o poder público quanto a comunidade,
 - 3- A longa e profícua história de parceria entre a Universidade Federal de Pelotas e o Instituto Politécnico de Tomar, iniciada nos anos finais da década de 1990.

Os projetos já desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, pelas duas universidades, no âmbito da memória, do patrimônio, do processo de desenvolvimento permitem um rápido arranque das ações da Cátedra UNESCO HUM.ICTM Polo Morro Redondo, que conta com a condução dos professores da UFPEL e da UCPEL. Igualmente, são parte integrante dos projetos, estudantes de graduação e pós-graduação das duas universidades, o Museu Histórico de Morro Redondo, escolas de Morro Redondo, as associações da sociedade civil do município voltadas à cultura e ao turismo, o poder público municipal, com o apoio do Instituto Politécnico de Tomar, sede da Cátedra UNESCO HUM.CILM, assim como do Instituto Terra e Memória.

Referências

BATISTA, E.. A gestão integrada do território hoje e amanhã. In: SCHNEUMANN, I,; OOSTERBEEK, L. (orgs.). **Um novo paradigma da Sustentabilidade: teoria e práxis da gestão integrada do território** Rio de Janeiro: IBIO, 2012. p. 243-249.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAÇÃO. Disponível em: < <http://www.cm-macao.pt/index.php/pt/turismo/museu>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO REDONDO. Disponível em: <<https://www.camamorroredondo.com.br/historia.html>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO REDONDO. Lei nº 2.291/2020, de 26 de agosto de 2020. **Institui no Município o Plano Municipal de Turismo**. Sistema de Leis Municipais, Morro Redondo, p. 1-2, 1 set. 2020. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/m/morro-redondo/lei-ordinaria/2020/230/2291/lei-ordinaria-n-2291-2020-institui-no-municipio-o-plano-municipal-de-turismo?r=p>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO REDONDO; Universidade Federal de pelotas - Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão em Saneamento. Plano municipal de saneamento básico (PMSB) do Município de Morro Redondo - RS. Caracterização Geral do Município. 2016, p. 59. Disponível em: <<https://camamorroredondo.com.br/projetos/2016/201624-a1.pdf>>. Acesso em: 01 novembro 2020

CÁTEDRA UNESCO Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território. Tomar/Pt: Instituto Politécnico de Tomar, 2018. Disponível em: <http://portal2.ipt.pt/pt/i_di/catedra_de_humanidades_e_gestao_cultural_integrada_do_territorio/programa/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

CÁTEDRA UNESCO Entendimento Global para a Sustentabilidade. Disponível em: <<https://www.unesco.unijena.de/team>>. Acesso em 03 nov. 2020.

COSTA, M. R. C. . Agricultura familiar e sucessão hereditária. Reflexões interdisciplinares a partir da realidade do Município de Morro Redondo-RS. Pelotas: Delfos, 2008.

COSTA, M. R. C. . O futuro entre o rural e o urbano. Um estudo de caso sobre a juventude rural no município de Morro Redondo-RS. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. UFPEL, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/123456789/2428/1/Tese_Maria_Regina_Caetano_Costa.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CTG Cancela Grande. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Chasqueiro26RT/photos/história-do-ctg-cancela-grande-morro-redondo>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

COUTINHO, L.. Política para atuação do BNDES no entorno de projetos. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2011. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/6607/1/Luciano%20Coutinho_O%20papel%20do%20BNDES%20na%20promoção%20do%20desenvolvimento%20econômico.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.

DIÁRIO POPULAR. Reportagem publicada em 26 setembro 2020. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/cultura-entretenimento/juntos-e-reunidos-virtualmente-pela-cultura-local-154806/>>. Acesso em: 10 novembro 2020.

GALOR, O. From stagnation to growth: Unified growth theory. Elsevier: Handbook of Economic Growth, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades do Brasil. Brasil: IBGE, 2017. Disponível

em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/morro-redondo/panorama>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ITM - Instituto Terra e Memória. Série **ARKEOS**. Disponível em: <<http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/arkeos>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

ITM - Instituto Terra e Memória. **Sobre**. 2020. Disponível em: <<http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/features/sobre-o-itm>>. Acesso em: 03 nov.

IYGU. **International Year for Global Understanding**, 2016. Disponível em: <<http://www.global-understanding.info/what-is-iygu/iygu-program/>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

LAUTENSCHLAGER, E. L. S.; *et al.* Relatos sobre a concepção da exposição no Museu Histórico de Morro Redondo. In: **Congresso de Iniciação Científica**, 21, 2012, Pelotas. Anais eletrônico... Pelotas: UFPel, 2012. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/cic/2012/anais/pdf/CH/CH_01266.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MHMR. **Museu Histórico de Morro Redondo**. Disponível em: <<http://museuhistoricomorroredondors.blogspot.com>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. **The Future We Want**, 2012. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/733FutureWeWant.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, 1992. Disponível em: <<https://brasil.un.org>>. Acesso em 30 out. 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano**, 1972. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente-h>>.

<https://apambiente.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. Report of the World Commission on Environment and Development. **Resolução 42/187**, Assembleia Geral. New York: ONU, dez. 1987.

OOSTERBEEK, L. Revisiting Low Density Areas: from past opportunities to contemporary disruptions. In: OOSTERBEEK, L.; CARON, L. (Eds.). **Resilience and transformation in the territories of low demographic density**. Serie Arkeos, nº 48, 2019, p. 231-240.

OOSTERBEEK, L. Koios and Phoibe: Knowledge through socio-cultural matrices, in the framework of cultural integrated landscape management and sustainability science. In: OOSTERBEEK, L.; WERLEN, B.; CARON, L. (Eds.). **Sustainability and Sociocultural matrices. Transdisciplinary Contributions for Cultural integrated Landscape Management**. *Mação: Instituto Terra e Memória*, série ARKEOS, vol. 40, 2017, p. 45-63.

OOSTERBEEK, L. ET AL.. Apheleia. Building an European Strategic Partnership for Cultural Integrated Management for Sustainable Development and Global understanding. In: OOSTERBEEK, L.; WERLEN, B.; CARON, L. (Eds.). **Sustainability and Sociocultural matrices. Transdisciplinary Contributions for Cultural Integrated Landscape Management**. *Mação: Instituto Terra e Memória*, série ARKEOS, vol. 40, 2017, p. 25-36.

OOSTERBEEK, L.; QUAGLIUOLO, M.; CARON, L. (eds.) **Sustainability Dilemmas. Transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management**. *Mação: Instituto Terra e Memória*, série Arkeos, vol. 38-39, 2016.

OOSTERBEEK, L. Princípios de gestão integrada do território. SCHNEUMANN, I.; OOSTERBEEK, L. (orgs.). **Gestão integrada do território: economia, ambiente, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: IBIO, 2012, p. 35-62.

OOSTERBEEK, L.; SCHEUNEMANN, I.. Falsas contradições entre crescimento e desenvolvimento. **Custo Brasil. Soluções para o Desenvolvimento**, ano 5, n. 25, 2010, p. 28-31.

PRO-CULTURA RS. **Lei de Incentivo e Fundo**. Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.procultura.rs.gov.br/ver_projeto.php?cod=13588>. Acesso em: 05 nov. 2020.

RIBEIRO, D.L. et al. (2020). Morro em cena: a vida em arte no museu histórico de Morro Redondo/RS. **Expressa Extensão**, v. 25, nº3, set-dez. 2020, p. 96-109.

SCHEUNEMANN, I. Gestão Integrada do Território e o Brasil. In: Scheunemann, I; Oosterbeek, L. **Gestão integrada do território: economia, sociedade, ambiente e cultura**. Rio de Janeiro: IBIO, 2012, p. 19-32.

SCHEUNEMANN, I.; OOSTERBEEK, L. (Eds). **A new paradigm of sustainability: theory and praxis of integrated landscape management**. Rio de Janeiro: IBIO, 2012.

SCHEUNEMANN, I.; OOSTERBEEK, L. (EDS). **Integrated Landscape Management: Economy, society, environment and culture**. Rio de Janeiro: IBIO, 2012.

SCHEUNEMANN, I.; OOSTERBEEK, L.; TRISTÃO, A. *The Program of Integrated Landscape Management at the territory of the Açu Super Port*. In: SCHEUNEMANN, I.; OOSTERBEEK, L. (Eds). **A New Paradigm of Sustainability: theory and Praxis of Integrated Landscape Management**. Rio de Janeiro: IBIO, 2012, p. 249-262.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Morro_Redondo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

TERRITORI DELLA CULTURA. Numero speciale. Atti XIV Edizione Ravello Lab. La cultura come risorsa dello sviluppo locale. Una nuova alleanza pubblico-privato. **Rivista online del Centro Universitario Europeo per i Beni Culturali**. Ravello, Italia, 2019. Disponível em: < <https://www.univeur.org/cuebc/index.php/it/pubblicazioni>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

UNESCO. World Humanities Conference – Challenges and Responsibilities for a Planet in Transition. **Proceedings** of the World Humanities Conference, Liège, Belgium, 6-11 aug. 2017.

UNESCO. **Chair of on Global Understanding for sustainability**. Disponível em: < <https://www.unesco.uni-jena.de/global+understanding>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Centro Geociências**. Disponível em:

< <https://www.uc.pt/fctuc/ID/Geo>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VIDEO TV Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5gG-KiNhG1w&t=801s>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

WERLEN, B. True global understanding and pertinent sustainability policies. In: SCHEUNEMANN, I.; OOSTERBEEK, L. **A new paradigm of sustainability: theory and praxis of integrated landscape management**. Rio de Janeiro: IBIO, 2012, p. 163-162.

.



VIII



maior esperança
não é uma estrada
de extensão finita,
balizada pelas
margens que a
definem e, sim, uma
expectativa que anima
a vontade de andar
[...]"

Projeto Reconhecimento, Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Morro Redondo/RS

| *Francisca Ferreira Michelin*



em termos operacionais, de acordo com as resoluções que formalizam as propostas de trabalhos acadêmicos na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o projeto “Reconhecimento, Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Morro Redondo/RS”, cadastrado com ênfase em extensão no Sistema de Gestão Acadêmica, caracteriza-se como um programa, ou seja, como uma estrutura que vincula projetos com diferentes ênfases a um objetivo comum. Nesse caso, o objetivo comum é a implantação do Polo Morro Redondo da Cátedra UNESCO Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território do Instituto Politécnico de Tomar - IPT. Este projeto, portanto, cumpre a função de ser o vetor que articula novos e antigos trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos pelas universidades nessa cidade, para em um prazo de 12 meses, cumprir o plano de trabalho que estabeleceu o Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Prefeitura de Morro Redondo e o IPT. Evidente que vencida a primeira fase, de implantação do Polo, outros projetos darão continuidade e expansão à proposta.

O que se registra neste capítulo é a caracterização do espaço do Polo Morro Redondo em atenção aos aspec-

tos que justificam o foco no patrimônio cultural da cidade e as expectativas de atendimento aos pressupostos teóricos da Cátedra. E, enfim, não faltou empenho em apresentar, de forma concisa, como se pretende cumprir com tais expectativas.

A cidade de Morro Redondo



inicia-se descrevendo a cidade de Morro Redondo, cujo sugestivo nome já a apresenta pela sua condição geográfica. Alguns elementos essenciais estão citados no capítulo da Professora Inguelore Scheunemann, nesta mesma obra. Dizem respeito, sobretudo, à conformação dos grupos de imigrantes que inicialmente ocuparam a região. Também no referido capítulo, há menção ao significativo aspecto de envelhecimento da população e evasão de jovens, que foi bem observado para o desenvolvimento desta proposta. Assim, o que se apresenta a seguir são dados gerais que buscam contextualizar a cidade.

O Município de Morro Redondo pertence à Região Sul do Rio Grande do Sul, que agrega 22 municípios¹, dentre eles, alguns de grande extensão territorial². Segundo o Plano Estratégico do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul

1 Sendo esses: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

2 Segundo o site IBGE Cidades, Canguçu se estende por 3,526,253 km², o que equivale a quase 15 vezes a extensão de Morro Redondo. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cangucu/panorama>>.

(MASSAUÍ; DA SILVA, 2017), para o período de 2015 a 2030, a caracterização da região é favorável sob diferentes aspectos, tendo destaque em educação e saúde. Ainda, tem posição geográfica estratégica e um porto regional de grande porte (Rio Grande). No entanto, mesmo apresentando esses e outros elementos positivos, há um indicador social que deve ser destacado para especial atenção da proposta que se apresenta. Tal item será retomado na próxima seção, cuja justificativa do projeto no campo do patrimônio cultural é contextualizada.

Fato a destacar é que, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Morro Redondo é 0,702, situando-se em faixa considerada alta, próximo ao índice do Rio Grande do Sul, que é de 0,757. No entanto, no que diz respeito à educação, o índice do IDHM é 0,557, considerado baixo. E, ao se analisar a renda gerada e apropriada, que implicam nos temas de saúde e educação, a região está entre as quatro de posição mais inferior na pesquisa do IDESE (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, 2014). O IDHM da média dos municípios do Corede Sul³ fica em último lugar no Estado. Esses dois índices refletem relações entre as taxas de emprego e escolaridade, a qualidade da saúde e as taxas de mortalidade. As relações estabelecidas entre os fatores estão de algum modo relacionadas com a baixa densidade demográfica da região. No entanto, não se pode atribuir à Morro Redondo um resultado negativo, ainda

3 O Corede Sul é um dos conselhos regionais de desenvolvimento que formam o fórum para estudo, análise e proposição de políticas voltadas ao desenvolvimento regional do estado do Rio Grande do Sul. Na atualidade, são 22 conselhos criados por decretos que atendem a Lei no 10.283 de 1994 da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

que inserido em uma região que desfavorece pelos seus índices gerais.

No que tange à geografia, Morro Redondo situa-se na Microrregião homogênea de Pelotas (IBGE, 2017a), na Serra dos Tapes e faz limite com Pelotas à leste, com Canguçu, ao norte, com Cerrito, à oeste e com Capão do Leão ao Sul. Tal como esses, também emancipou-se de Pelotas.



Fig. 1: Vista da região de Morro Redondo, característica da geografia do local, com elevações suaves que se estendem em uma paisagem ondulante e verde. A vista percorre todo o trecho da estrada asfaltada que comunica o trevo da rodovia federal pavimentada com a área urbana da cidade.

Fonte: Fotografia da autora, 2020.

A maior parte dos 244,00 km² de área do município eleva-se por volta de 245 metros acima do nível do mar e era, originalmente, coberta por bosques nativos, hoje já rarefeitos e substituídos por espécies exóticas, em especial, eucaliptos, ciprestes, acácias e plátanos. Ainda assim, a cobertura vegetal nativa está mantida em 84,63% do que era originalmente sem a participação do mu-

nício no total de queimadas no Brasil (ATLASBR, 2007).

O clima é outro aspecto favorável porque, tanto nos meses quentes como nos frios, a paisagem do local é característica, com chuvas bem distribuídas em estações marcadas pela vegetação bem como por temperaturas próprias. Trata-se, portanto, de um local aprazível: paisagem que varia conforme a estação, coloridos naturais ao longo dos meses, aromas próprios de uma vegetação diversificada sobre uma terra generosa e fértil.

Breve histórico e diagnóstico das condições gerais



Morro Redondo tornou-se cidade na data de 12 de maio de 1988, na época contando com uma população inferior a 4000 habitantes, na sua maioria, descendentes de imigrantes alemães, italianos e pomeranos. No entanto, a origem da localidade primeiramente ocupada e hoje conhecida como Passo do Valdez, deveu-se à ocupação de sesmarias por famílias portuguesas, que as foram loteando já no período da primeira imigração alemã no Estado e, depois, no da italiana. É, portanto, neste tempo remoto dos anos de 1880 que se inicia a história da cidade, em especial, com a formação de colônias geradas pelo fluxo de imigrantes alemães, que se estendeu até 1892. No capítulo da Professora Inguelore, já citado, há detalhamento sobre este aspecto histórico.

Hoje, Morro Redondo possui uma população de menos de 6.566 habitantes (ATLASBR, 2017), distribuídos em 15 colônias⁴ além da área urbana, articuladas pela cultura associativa de

4 Colônias: Açoita Cavallo; Afonso Pena; Cachoeira; Campestre; Capela da Buena; Cerro da Buena; Colorado; Santo Amor; São Domingos; Palha Branca; Re-

produção baseada em uma estrutura fundiária com capacidade de abastecimento regional e com potencial incipiente para implantar um distrito industrial. Esse potencial decorre do conjunto de fatores favoráveis: topografia e clima serranos, acesso asfaltado ao eixo Pelotas-Rio Grande, à Porto Alegre e demais cidades vizinhas, proximidade tanto física quanto de atuação no território das instituições de ensino superior⁵ e de pesquisa, o Roteiro Turístico Rural Morro de Amores e o potencial do seu patrimônio cultural, material e imaterial; por outro, vem demandando, por meio de pelo menos duas instâncias, apoio para entabular estratégias pelas quais consiga agir sobre as questões do meio ambiente e da sustentabilidade (econômica, ecológica, social, cultural). As duas instâncias são o poder público municipal, sobretudo através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e o setor privado de empreendedores, sobretudo da Associação dos Empreendedores Turísticos de Morro Redondo que coordena o Roteiro Morro de Amores (Figura 2), nos quais há, hoje, 16 empreendimentos listados (AETMORE, 2017) .

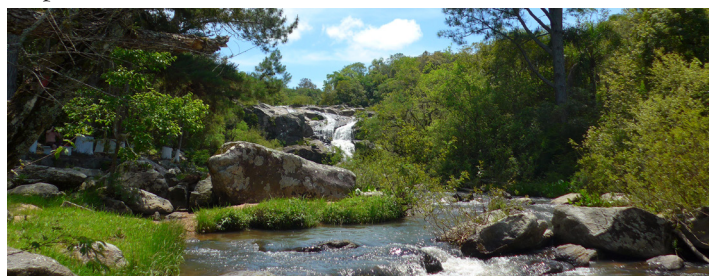


Fig. 2: Cachoeira que se situa no empreendimento Pousada da Cachoeira, um dos 16 serviços listados no site do Roteiro Turístico Rural Morro de Amores.

Fonte: Fotografia da autora, 2020.

serva; Rincão da Caneleira; Santa Bernardina; São Pedro e Passo do Valdez.

5 Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul (IFRS) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Para tanto, destacam-se dois vetores que podem ser articulados no intuito de obter soluções a curto prazo: a pluriatividade da produção rural — desenvolvida pelos grupos familiares — e o patrimônio material e imaterial. Recentemente, o imaterial foi reconhecido pelo IPHAN (2018a) pela denominação de Região Doceira de Pelotas e antiga Pelotas. Morro Redondo, assim como os demais municípios emancipados de Pelotas que fazem fronteira com esta (Turuçu, Arroio do Padre e Capão do Leão), define a porção da antiga Pelotas e é, caracteristicamente, município de produção agrícola familiar. Além da agricultura, famílias desenvolvem atividades não agrícolas (CORTEZ; DOS ANJOS; CALDAS, 2005) nas suas propriedades, dentre elas, a produção de doces em pasta, cristalizados e em conserva. Há cinco fábricas de conservas na cidade e o alimento preferencial desta produção é o pêssego.

Outro ponto a ser citado neste levantamento preliminar diz respeito ao número de estudos realizados sobre diferentes aspectos do município. Foram encontrados 283 itens com o valor de busca “Morro Redondo” na base de dados do repositório institucional Guaiaca da UFPel⁶, sendo 214 dissertações de mestrado e 63 teses de doutorado, predominantemente na área de Ciências Agrárias. Uma busca por artigos no *Google Scholar*, com o mesmo valor, identificou 3560 itens⁷. Acrescentando o valor “agricultura familiar”, o número desce para 1240, ainda assim, perfazendo mais de 30% do que foi produzido com o termo de busca⁸. Portanto, há pelo menos duas décadas, o município vem

6 Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/simple-search?location=%2F&query=Morro+Redondo&rpp=10&sort_by=score&order=desc>.

7 Sem refinamento de busca.

8 Localizado tanto no título como no resumo.

sendo objeto de estudo, ao menos para as ciências agrárias. E de fato, os estudos em humanidades sobre o município são bem mais recentes.

Fato também vigente, ocorrido em 2019, foi o convênio com o Sebrae assinado pela Prefeitura com vistas à elaboração do Plano Municipal de Turismo (DIONES, 2019) do qual participaram várias representações, dentre elas: Emater, Associação dos Produtores Orgânicos, Quilombo Urbano, Associação dos Empreendedores Morro de Amores, CRAS, Associação das Artesãs, Conselho de Turismo, diretores do Museu Histórico além de produtores, agricultores, secretário de agricultura (onde está o setor de turismo a ser criado), ex-prefeito, prefeito, secretários e pessoas da comunidade. O convênio expressou o movimento contínuo, motivado pela vontade da comunidade, que vem identificando o patrimônio como um caminho para vencer a perda dos laços identitários que as novas gerações vivem em relação à cidade. Desse fato, resultou a publicação da Lei nº 2.291/2020, de 26 de agosto de 2020 (CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO REDONDO, 2020).

Há uma relação entre o turismo e o esvaziamento de jovens nos meios rurais e urbanos. A saída dessas pessoas enfraquece o esteio da cidade: a produção que ocorre nas pequenas propriedades mantidas por núcleos familiares. Esse é um dos fatores que está levando as famílias a abandonarem a produção do pêssego e a arrendar suas terras para os monocultivos. O Roteiro Morro de Amores tem oferecido uma perspectiva de reação a tal realidade, ao gerar expectativa de tornar a cidade um destino turístico com possibilidades de aproveitar e fomentar novos empreendimentos. No entanto, o Roteiro demanda o retorno da comunidade para que se fortaleça como um interesse comum.

Percebe-se a existência de uma confluência entre a patrimonialização da tradição doceira, que invoca uma potência identitária, e a natureza rural dos empreendimentos do Roteiro. No entanto, o vínculo carece de fundamento material para encontrar lugares de compartilhamento de memórias. O Museu é expressão desta vontade e suas ações, que envolvem a população de idade mais avançada, conseguem motivar as escolas, estudantes, professores e famílias para o compartilhamento de memórias. De imediato, percebe-se como o Museu é um local, físico e subjetivo, que promove a convivência de diferentes gerações no compartilhamento consciente do seu pertencimento a um mesmo tempo histórico. E, pela convivência, é possível substituir o conflito pela integração, o distanciamento pela proximidade, o estranhamento pelo reconhecimento, a ruptura pela ideia de continuidade. Portanto, é possível, assim, cultivar um ambiente mais solidário onde todos, de todas as gerações, podem estar assegurados pelo respeito mútuo. Com isso, talvez se possa constituir um modelo de comportamento que vença as fragmentações etárias que determina um postulado de geração fundado nos marcos de idade física.

Por outro lado, o já mencionado reconhecimento da Tradição Doceira de Pelotas e antiga Pelotas pelo IPHAN, em 15 de maio de 2018, foi importante. Com este selo, pelo qual foi concedido ao modo de fazer os doces tradicionais desta região o título de patrimônio imaterial do país, as cidades citadas estão em destaque sob o entendimento da sua historicidade. No entanto, a cidade de Pelotas recebeu, também, o reconhecimento do seu patrimônio material no mesmo dia. Foi uma dupla certificação, que acabou a favorecendo. Para que a certificação da tradição doceira dos demais municípios que se emanciparam de Pelotas venha a cumprir com a expectativa de desenvolvimento social

para todos, a valorização do seu patrimônio material deveria ser, igualmente, incentivada. E é em busca deste caminho que se justifica a presente proposta.

A caracterização do projeto



quadro de indicadores (Figura 5), organizado a partir do diagnóstico, foi utilizado para verificar a viabilidade do Patrimônio Cultural ser o núcleo temático do projeto. Assim, foi importante para substanciar e responder as duas primeiras questões, consideradas preliminares: 1) a relação entre aspectos positivos e negativos e 2) se os aspectos podem ser atendidos pelos pressupostos técnicos e teóricos da Cátedra.

Um aspecto negativo pode ser causa ou consequência de um positivo. O inverso também é verdadeiro. No entanto, nem sempre a relação é direta, tampouco, única. Um mesmo indicador pode estar implicado em vários outros, como causa ou consequência.

Nos itens 1, 2 e 3, a relação é direta. O aumento das monoculturas pode ser freado ou minimizado pelo incentivo à produção familiar.

A estrutura urbana é essencial para que se intensifique um projeto de turismo que sustente e valorize os valores locais, humanos, históricos e ambientais. Um turismo que esteja alinhado ao desenvolvimento das potencialidades da região, mas que não seja causa de transformações e, sim, consequência. O Roteiro Morro de Amores, que se desenvolveu a partir de 2014, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Peque-

nas Empresas (Sebrae), Executivo, Legislativo, Emater-RS/ Ascar, Embrapa, produtores e colaboradores, foi proposto com essa direção. Com ele, surgiu o grupo que depois receberia o nome de Associação de Empreendedores Turísticos de Morro Redondo (AETMOR, 2017).

E, para aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano do Município em Educação, é necessário estar atento à profunda relação entre a educação formal e informal.

Os itens negativos de 3 a 8 estão relacionados, mais ou menos, intensamente. Uma das razões para a evasão de jovens, que contribui para baixar a densidade demográfica, tem a ver com a inexistência de escolas de ensino médio na cidade. O Plano de Desenvolvimento Local não observa a relação entre opções de entretenimento e fixação de jovens. Seria desejável que houvesse escola de ensino médio na cidade. O jovem nessa faixa etária tem impacto direto sobre aspectos essenciais para o desenvolvimento social. É um pressuposto que se na sua formação básica os elementos identitários forem reforçados, aumenta-se a chance de mantê-lo no local. Sob tal análise, os itens positivos 5 e 8 estão intrinsecamente ligados e podem, conseqüentemente, aportar soluções favoráveis.

A condição geográfica do local favorece muito o empreendedorismo que, se orientado pela produção técnica-científica a desenvolver possibilidades atentas para o bem da comunidade, será um vetor de construção de futuro promissor. Desse modo, as relações entre os aspectos localizados é um quadro de tramas possíveis e favoráveis, tanto quanto o contrário. Trata-se de operar o modo como as articulações entre os aspectos poderá ser feito.

De que forma, portanto, os fundamentos teóricos da

Cátedra Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território podem ativar a trama de relações entre os aspectos a fim de potencializar os positivos e reduzir os negativos?

A resposta está no programa da Cátedra (CÁTEDRA, 2018) que apresenta a metodologia definidora da gestão do território sobre quatro estruturas enunciadas pelo Professor Luiz Oosterbeek (2012): educação e formação, reconstrução da matriz sociocultural, envolvimento dos *stakeholders* e comunicação. Tais estruturas estão articuladas por um núcleo identificado no patrimônio, pelo qual a valorização da materialidade residual de um tempo passado, que também está contido no presente, outorga à paisagem uma visão de conjunto partilhada, um “ser com os demais” e, nesses demais, inclui-se a natureza, a descendência, a herança cultural e a existência movente dos fluxos e influxos que fazem parte da contemporaneidade. Trata-se, portanto, de cultivar e exercer a consciência de si com os outros e não por si e contra os outros. Por isso, Oosterbeek observa que “a gestão territorial tem de ser mais gestão e menos ordenamento, mais prospectiva e menos planeamento” (2012, p. 39).

Indicadores de aspectos

NEGATIVOS		POSITIVOS	
INDICADOR	ASPECTO	INDICADOR	ASPECTO
Aumento da monocultura	Perda das culturas originárias	Produção familiar	Renda e qualidade
Estrutura urbana	Insuficiente para o turismo e cultura criativa	Roteiro Turístico	Empreendedorismo
Índice IDHM educação	Baixo	Índice IDHM	Alto
Escolas de ensino médio	Inexistentes	Produção técnico-científica	Elevada (sobre a cidade)
Evasão de jovens	Para estudar e sem retorno	Tradição doceira	Reconhecida

Baixa densidade demográfica	Baixa produção	Baixa densidade demográfica	Maior possibilidade de articulações internas
Plano de desenvolvimento local	Não atende às demandas	Condição geográfica	Favorável
Entretenimento	Pouca interação lúdica	Fundação do Museu	Reconhecimento da memória local

Figura 5: Quadro de indicadores de aspectos positivos e negativos verificados no diagnóstico.

Fonte: Elaborado pela autora.

Após ter-se respondido as preliminares, outras duas questões foram colocadas para observar a possibilidade de definir o tema e os métodos a serem empregados com o objetivo central de implantar o Polo Morro Redondo. Foram estas: 1) se o patrimônio cultural é um vetor de convergência para a comunidade do município e 2) se há aspectos positivos que possam sustentar o interesse da comunidade pelo projeto.

Para responder a primeira questão, reporta-se ao que diz o Prof. Luiz Oosterbeeck⁹ em capítulo que constitui este livro: “O patrimônio cultural é um organizador do território, um referente que convoca o passado, consensualizado, para sobre essa base mais ou menos estável poder tudo mudar, transformando e construindo futuros distintos.”

Sobre a segunda questão, observou-se que os aspectos positivos sustentam o tema do Patrimônio Cultural, seja porque a produção familiar tende a se identificar com elementos de tradição que, por sua vez, contribuem com a apresentação de aspectos singulares do local, sempre valorizáveis à visitação e ao

⁹ Trata-se do primeiro capítulo desta obra, intitulado: A Cátedra Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território: um contributo em rede para um novo paradigma de sustentabilidade.

turismo, seja porque a tradição doceira e o museu operam como equipamentos conceituais e culturais para a afirmação de um patrimônio local, identitário e único. Se por um lado a elevada produção técnico científica caracteriza-se na área de conhecimento das ciências agrárias, por outro, trabalhos em andamento no campo da memória social e patrimônio cultural já apontam resultados que valorizam o conhecimento gerado nas humanidades. Se a baixa densidade demográfica favorece a evasão de jovens, também é intensificada por isso, o que vem a ser um aspecto negativo para a cidade, inclusive para a produção familiar. Por outro lado, favorece a compreensão de valores compartilhados, do sentido de comunidade e de um campo de observação nos quais é possível aferir com maior acuidade os resultados em um grupo menor.

Ainda, os equipamentos culturais permitem, naturalmente, a aplicação de recursos e estratégias lúdicas, que fomentam possibilidades de movimentação cultural. As ações com o Museu Morroredondense apontam para esse caminho. Se voltadas para um público estudantil, muitas possibilidades se apresentam para contribuir com as escolas do município. E, em um futuro breve, podem gerar possibilidades para um plano de desenvolvimento humano fundado em uma proposta educativa fundamentalmente humanística.

A proposta deste projeto também levou em conta a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), instituída em Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018. Esta, regra as ações de todos os processos relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural e funda-se sobre o princípio da indissociabilidade entre os bens culturais e as comunidades, que devem compartilhar a ação com o Poder Público. A premissa dominante nesta

política é a melhoria na qualidade de vida e o estímulo a que os grupos sociais sejam os agentes da preservação de seu Patrimônio Cultural, articulando-se com instituições e com o governo municipal para desenvolver as ações.

Portanto, o conjunto de ações e metas que conforma tal proposta está em consonância com a PPCM na medida em que parte dos movimentos já realizados e em andamento da própria comunidade de Morro Redondo. Como já observado, tanto a fundação do Museu Histórico de Morro Redondo como o Roteiro de Turismo Rural Morro de Amores, suportam esse fato.

Assim, observa-se que há um elemento transversal que se destaca como um interesse latente da comunidade pela cidade: a memória do local. Contar essas memórias, já era ato que vinha ocorrendo nas ações promovidas pelo Museu, mas demandam-se suportes que afirmassem a cidade memorial. Contudo, estão lá, mas carece do inventário que os identifiquem para que possam interessar para além dos que ali habitam.

Entende-se que os exemplares do patrimônio cultural material da cidade de Morro Redondo cumprem com a função de motivar tais memórias, potencializando-as e intensificando-as, por ações relacionadas à tradição doceira da antiga Pelotas, as possibilidades de geração de renda, diminuição da evasão de jovens, promoção da cidade como destino cultural, incremento do roteiro turístico rural e da pluriatividade relacionada à agricultura familiar.

Para tanto, será necessário desenvolver o levantamento e inventário do acervo edificado com valor histórico e memorial no município, partindo das memórias dessa comunidade. O próprio processo do inventário indicará as possibilidades e os pressupostos de uma política de preservação do patrimônio

cultural de Morro Redondo. E, entendendo esse patrimônio em todas as dimensões, a tradição doceira estará implicada. Será necessário capacitar agentes para a gestão do patrimônio cultural com vistas à instituição de um setor vinculado ao poder público que atue permanentemente com o conteúdo, anelado de muitos modos, à educação escolar. Entretanto, para que as ações contemplem as expectativas diagnosticadas, a comunidade precisará estar atenta às possibilidades de geração de renda, por meio de empreendimentos e atividades integradoras dos meios rural e urbano, buscando, sobretudo, sinergia com o ambiente.

Se houver êxito na confluência desses vetores, espera-se que o projeto venha a propor expectativas de diminuição da evasão de jovens por meio da sua identificação com o lugar, melhor integração entre gerações e aumento das oportunidades de trabalho na cidade.

Por outro lado, não há como ignorar as possibilidades de que esse movimento memorial gere um destino turístico cultural, que possa se relacionar com o roteiro turístico rural já existente. Quiçá, surjam novas atividades vinculadas ao meio familiar rural no âmbito da produção tradicional do doce.

Expectativas



o entanto, o que busca, primeiramente, esta proposta é o desenvolvimento de uma metodologia capaz de operar a memória e o patrimônio como vetores intrínsecos para gerenciar o território em Morro Redondo. Nisto, está a valorização do meio ambiente desta localidade, que ainda mantém as características originais

da Serra dos Tapes. Igualmente, entende-se que o patrimônio pode intensificar e, sob alguns aspectos, promover o processo intergeracional, calcado em um progressivo reconhecimento do papel do idoso na sociedade. Assim, a expectativa da integração geracional, fundada na atribuição do exercício memorial à população idosa, fortalecerá, espera-se, o reconhecimento dos patrimônios culturais da cidade. Consequentemente, também poder-se-á agir para a manutenção da sucessão familiar no meio rural, para a diminuição do êxodo dos jovens e, assim, para a esperançosa expectativa de um futuro melhor, de uma cidade animada e animadora, tão jovem quanto antiga, tão rural quanto urbana, tão cultura como natureza, tão equilibrada quanto feliz.

Objetiva-se, portanto, relacionar as memórias locais com os fluxos de lazer e história da cidade, por meio de uma gestão integrada capaz de articular as expectativas de trabalho com uma vontade de memória expressada em seu patrimônio.

O levantamento e inventário do acervo edificado com valor histórico e memorial no município deve continuar em ações que contribuam para a constituição da política de preservação do patrimônio cultural de Morro Redondo. Espera-se que este projeto seja o nascedouro de outros tantos que busquem recuperar e qualificar este patrimônio.

Ao salvaguardar o patrimônio cultural edificado da cidade, conquistando o seu pleno reconhecimento pela população local, o projeto deverá ter continuidade na escrita da história da cidade, buscando suas origens próprias na trajetória das comunidades que constituíram o local. Consequentemente, deve continuar para que se produzam conteúdos escolares que preparem as novas gerações para agir com memória e consciência do lugar.

Por outro lado, constituindo agentes para a gestão do

patrimônio cultural, o projeto deverá continuar em ações que possam captar recursos continuados para manter os equipamentos culturais, inclusive, aqueles prevendo novos empreendimentos voltados a receber públicos externos.

A proposta prevê ações envolvendo professores e alunos das escolas locais que já vêm sendo desenvolvidas com temas relacionados aos patrimônios da cidade. Como o projeto ensina a promoção da cidade como destino turístico cultural, relacionado ao roteiro turístico rural já existente, dar-se-á continuidade às atividades de visitação mediada e proposição de novos roteiros.

O incentivo ao surgimento de novas atividades vinculadas ao meio familiar rural, no âmbito da produção tradicional do doce, deve continuar prevendo novas estratégias para a divulgação, inclusive, da produção local. A deliciosa gastronomia de uma região ora colorizada pelas flores dos pessegueiros, ora perfumada pelas frutas que delas nascem, firma-se no cultivo das árvores pelas famílias. A melhoria das condições de vida dos idosos, uma vez continuado o trabalho de memória, também deverá continuar, haja vista que o suporte memorial efetivado pelo patrimônio demanda continuidade para sua consolidação. Assim, devem permanecer as ações de inclusão cultural e integração com as novas gerações.

Todavia, a maior expectativa reside na possibilidade de ver o futuro como ação do presente. A maior esperança não é apenas as portas que se abrem, as oportunidades que surgem, as confluências que se estabelecem. É a crença de que o trajeto não é uma estrada de extensão finita, balizada pelas margens que a definem e, sim, uma expectativa que anima a vontade de andar e de ampliar o percurso, porque nele reside o motivo da caminhada.

Referências

AETMORE – Associação de empreendedores turísticos de Morro Redondo. **ROTEIRO Morro de Amores**: Roteiro Turístico da cidade de Morro Redondo/RS. Morro Redondo: 2017. Disponível em: <<https://morrodeamores.com.br/sobre/>>. Acesso em: 30 out. 2020.

ATLASBR. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasil: PNDU, FJP, IPEA, 2017. Disponível em: <<http://www.atlas-brasil.org.br/>>. Acesso em: 30 out. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO REDONDO. Lei nº 2.291/2020, de 26 de agosto de 2020. **Institui no Município o Plano Municipal de Turismo**. Sistema de Leis Municipais, Morro Redondo, p. 1-2, 1 set. 2020. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/m/morro-redondo/lei-ordinaria/2020/230/2291/lei-ordinaria-n-2291-2020-institui-no-municipio-o-plano-municipal-de-turismo?r=p>>. Acesso em: 30 out. 2020.

CÁTEDRA de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território. Tomar/Pt: Instituto Politécnico de Tomar, 2018. Disponível em: <http://portal2.ipt.pt/pt/i_di/catedra_de_humanidades_e_gestao_cultural_integrada_do_territorio/programa/>. Acesso em: 30 out. 2020.

CORTEZ, F. P.; DOS ANJOS, F. S.; CALDAS, N.V. Agricultura familiar e pluriatividade em Morro Redondo-RS. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 13, n. 25, p. 135-153, 25 nov. 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228466754_AGRICULTURA_FAMILIAR_E_PLURIATIVIDADE_EM_MORRO_REDONDO-RS/link/548ado26ocf225bfbf669cdobd/download>. Acesso em: 30 out. 2020.

DIONES, F. Morro Redondo: Plano Municipal de Turismo é discutido com diversos segmentos da comunidade. **Jornal**

Tradição Regional, Morro Redondo, 9 ago. 2019. Cultura, p. 1-2. Disponível em: <<https://www.jornaltradicao.com.br/morro-redondo/cultura/morro-redondo-plano-municipal-de-turismo-e-discutido-com-diversos-segmentos-da-comunidade/>>. Acesso em: 30 out. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades do Brasil**. Brasil: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cangucu/panorama>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades do Brasil**. Brasil: IBGE, 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/morro-redondo/panorama>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: Resultados Idese – 2014. 1. ed. Rio Grande do Sul: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), 2014. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/idese/resultados-idese-2014/>>. Acesso em: 30 out. 2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Política do Patrimônio Cultural Material**. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (RS)**. 2018a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1767/>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

MASSAÚ, Erli Soares; DA SILVA, Roselani Maria Sodré (coord.). **Plano estratégico de desenvolvimento da Região Sul: 2015-2030**. Lajeado: Ed. da Univates, 2017.

OOSTERBEEK, L. **Princípios de gestão integrada do território**.

SCHNEUMANN, I.; OOSTERBEEK, L. (orgs.). **Gestão integrada do território**: economia, ambiente, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: IBIO, 2012, p. 35-62.

PREFEITURA de Morro Redondo: **História de Morro Redondo**. Morro Redondo: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: <<http://www.pmmorroredondo.com.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2020.





IX



“  ntre
las dinámicas
contemporáneas
conservacionistas del
patrimonio cultural
caracterizadas por
resignificar el futuro
del pasado, han
irrumpido desde hace
más de una década los
sistemas alimentarios
[...]

Tesoros Humanos Vivos, patrimonio alimentario y desarrollo territorial

| Santiago Amaya-Corchuelo

Introducción



vanzado ya el siglo XXI asistimos a un generalizado movimiento de conservación y salvaguarda¹ del patrimonio cultural que lo podríamos catalogar como de larga duración. Esta afirmación sobre la generalización del proteccionismo patrimonialista se asienta, entre otras cuestiones, en la clara implantación de un ordenamiento jurídico patrimonialista, en la progresiva inclusión de múltiples agentes e instituciones que intervienen y deciden al respecto o en la creciente concienciación ciudadana sobre la importancia de lo patrimonial. De ese modo, la sociedad cada vez invierte más en “el futuro del pasado” (Ariño, 2001). Es un sistema proteccionista y conservacionista con multitud de deficiencias, pero, como decimos, a día de hoy ya puede denominarse como de larga duración².

1 Aquí entendemos por salvaguarda las medidas encaminadas a garantizar la viabilidad del patrimonio cultural inmaterial, comprendidas la identificación, documentación, investigación, preservación, protección, promoción, valorización y transmisión.

2 Para llegar a esta situación hay que dejar claro que antes hemos asistido a una sucesión histórica sobre lo patrimonial que básicamente resumimos así: XIX de la conservación al establecimiento de programas nacionales; XX cada estado asegura su herencia contra el expolio; a partir de la segunda mitad del XX definición de conceptos clave como bien cultural y patrimonio cultural con las correspondientes leyes estatales de patrimonio.

El patrimonio cultural, o conjunto de bienes que forman el acervo de cultural de cada sociedad, básicamente constituye un conjunto de bienes seleccionados entre otros muchos excluidos de acuerdo a la aplicación de los convencionales cánones de valor del momento. Se trata pues, de una construcción social hija de la modernidad, donde lo tradicional se mezcla con lo patrimonial en una fluida sinergia que combina semejanzas y diferencias entre tradición y patrimonio casi imposibles de delimitar (García y Jiménez, 2017; Amaya, 2004). Aquí se dan la mano lo más valioso (o valorado) de la herencia cultural y, en base a ello, la consideración de bien público, lo que conlleva una conciencia de la distancia entre pasado y presente. La intención última sería conservar el pasado en el presente, al menos lo pasado que dotamos de significados que usualmente producen definiciones distintas de lo que fue la realidad del bien en cuestión, bien se trate de objetos, de inmuebles o de actividades (Amaya y Aguilar, 2014; Ariño, 2001). Este es un aspecto muy relevante de análisis en la medida que constituye un auténtico debate (cuando no combate) por los significados que enfrenta a agentes con desiguales intereses como comentaremos en el caso de la alimentación.

De este modo, el nuevo concepto de patrimonio cultural, mucho más “antropológico” que el concepto que dominó décadas atrás (patrimonio histórico) incluye los sistemas de signos según el concepto de cultura de Geertz. Así, en esta conceptualización del patrimonio cultural (abierto, cambiante, holístico) se refuerza la inseparable vinculación entre lo material e inmaterial de cualquier manifestación patrimonial, posición firmemente apoyada desde algunos de los agentes que participan en este contexto. Destaca entre ellos la UNESCO y sus

múltiples programas entre los actores que instauran referentes en torno a la salvaguarda del patrimonio cultural (Amaya, 2004; Ariño, 2002). Uno de los hitos en torno a la idea que venimos afirmando, lo encontramos cuando la UNESCO en 1996 incluyó entre los bienes culturales elegibles para su patrimonialización a los Tesoros Humanos Vivos³. Esencialmente se definían como individuos que poseen en sumo grado los conocimientos y técnicas necesarias para interpretar o recrear determinados elementos del patrimonio cultural inmaterial. Este hecho, a su vez, tiene unos precedentes muy claros en Japón, donde desde 1950 disponen del programa Tesoros Nacionales Vivientes. Japón incluyó en esta tipología de bienes culturales algunas de las artesanías antiguas, alfarería, música, espadas tradicionales, canto, danza y, por supuesto, manifestaciones culinarias como referentes culturales de primer orden.

Se entiende así que el hecho alimentario es un componente medular (no solo cultural) para analizar y explicar las sociedades contemporáneas. Entre otras posibilidades, nos permite indagar en un ámbito como el de la construcción contemporánea del patrimonio cultural inmaterial alimentario. La relación entre alimentación y UNESCO se articula en torno a la Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad⁴. De ese modo, durante las dos últimas décadas se han considerado como patrimonializables un creciente

3 Otros hitos relevantes desde UNESCO son: 1989 Recomendación para la salvaguarda de la Cultura Tradicional y el Folclore o en 1997 la declaración sobre Patrimonio Oral de la Humanidad.

4 Para dar una mayor visibilidad al patrimonio cultural inmaterial, la UNESCO establece un sistema de dos listas: Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad y la Lista del Patrimonio Cultural Inmaterial que requiere Medidas Urgentes de Salvaguardia.

número de prácticas alimentarias. Este hecho se engloba en el enfoque sobre patrimonio cultural del que hemos hablado antes, entendido como constructo social amplio; de modo que ahora se amplía el foco de las manifestaciones culturales relevantes y susceptibles de ser patrimonializadas (Arizpe, 2006; Amaya, 2004). En palabras de López, Mariano y Medina (2016:335) “aspectos tan cotidianos como aquellos que refieren a la alimentación, y que antes formaban parte intrínseca del día a día, de lo popular, pero no de la Cultura (con mayúsculas), se han convertido en dignos de formar parte de ésta última y, por lo tanto, de oficializar su pertenencia y su importancia en relación con nuestras identidades”. Se trata de la selección de prácticas pertenecientes a sistemas alimentarios con fuerte arraigo territorial e identitario que son elevados a la máxima categoría patrimonial desde distintas instituciones.

Nos encontramos así ante una tendencia caracterizada por un paulatino reconocimiento del patrimonio cultural inmaterial alimentario desde UNESCO⁵. El registro de prácticas culinarias en las listas de esta organización, proporciona a éstas la legitimidad de la que carecía cuando el concepto de patrimonio cultural y de patrimonio inmaterial no existían. Como señalara Bartolotto (2017:146) las primeras, las que abren el camino a muchas otras, fueron la comida gastronómica de los franceses, la cocina tradicional mexicana y la dieta mediterránea. El reconocimiento de cualquiera de estas prácticas sociales por UNESCO comporta, entre otras muchas cuestiones, proporcionar una marca y una garantía de autenticidad. De ello se derivan importantes repercusiones internacionales y

⁵ La salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial en la Convención de la UNESCO de 2003.

explícitamente una considerable capacidad comercial asociada a la inscripción (Petronela, 2016).

Pero si nos detenemos en los casos ya reconocidos por parte de UNESCO, debemos señalar que hasta ahora se vienen seleccionando siguiendo un amplio abanico de justificaciones⁶. Mucho más relevante que la enumeración de las manifestaciones culinarias ya reconocidas, resulta el hecho de que los informes elaborados para el registro insisten en la componente cultural que tienen cada una de estas prácticas como un hecho social total en línea con argumentos de Mauss⁷. Y ello, previene y llama la atención sobre considerar el contexto y la cultura en la que estas prácticas alimentarias se enmarcan, más allá del plato o la comida en sí, como podremos comprobar luego en casos como el de la dieta mediterránea o la comida tradicional de México.

Ahora bien, elevar una manifestación cultural (culinaria o de otro tipo) a la categoría de bien cultural, conlleva una serie de efectos. Entre otros las repercusiones sobre la propiedad intelectual y colectiva, en tanto en cuanto las poblaciones locales son las legítimas creadoras y detentadoras de los patrimonios alimentarios. Sin embargo, su reconocimiento como bien cultural implica compartir y universalizar el bien con la consecuente pérdida de legitimidad sobre la manifestación

6 Desde rituales de hospitalidad y símbolos de generosidad del café árabe en los Emiratos Árabes Unidos, Arabia Saudita, Omán y Qatar, que fue inscrito en 2015; hasta las funciones sociales relacionadas con ocasiones festivas correspondientes al plato tradicional de Tajikistan y Ouzbékistan (Oshi Palav y Palov respectivamente) registrados en 2016, por citar algunos ejemplos.

7 Mauss (1950), un *hecho social total*, entendiendo que todas las áreas de la cultura y tipos de instituciones (económicas, legales, políticas, religiosas, etcétera) encuentran en él expresión simultánea y le influyen de algún modo. Consecuentemente, el análisis del hecho alimentario puede revelarnos, a su vez, la naturaleza y la estructura de un orden social dado.

cultural. Pensemos en repercusiones como el turismo (añadido al existente) que un reconocimiento de UNESCO conlleva (Ruiz, 2015). Nueva imagen de marca unido a patrimonio alimentario y turismo, el turismo como derecho de la ciudadanía en contraste con la sostenibilidad del medio y con el derecho de las poblaciones locales a adaptarse, innovar y suscitar estímulos dinamizadores incluso mediante UNESCO.

Pero retomando la alimentación como hecho social propio de cada cultura, como emblema identitario de los pueblos, ésta constituye así no sólo un potente referente cultural y un bien cultural que salvaguardar, sino también un activo socioeconómico de primer orden (Aguilar y Amaya, 2007). Hablamos de los usos del patrimonio (Amaya et al, 2010), de los que, en buena medida dependerá su salvaguarda y, sobre todo, que cada manifestación cultural continúe representando a las sociedades que lo crearon más allá de su manejo crematístico, como mera mercancía cultural. Algunos datos sobre la declaración de la dieta mediterránea o el caso del reconocimiento de la cocina michoacana de México, nos podrán ilustrar sobre todo ello como veremos luego.

Todos estos planteamientos nos permitirán abordar el patrimonio cultural a través de una reflexión crítica con la intención última de madurar si los formatos de protección actuales del patrimonio alimentario son extrapolables a otros territorios; si las experiencias acumuladas nos muestran métodos y caminos aplicables a comunidades como Morro Redondo o cualquier otra. Morro Redondo en la medida que bajo el paraguas del proyecto “Reconhecimento, Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Morro Redondo”, abrirá nuevas posibilidades; Morro Redondo, por tanto, se

toma aquí como excusa para este análisis crítico y las especiales connotaciones que entraña reconocer y salvaguardar los valores patrimoniales cuando se trata de personas que atesoran valores culturales ¿Cómo se protegen o conservan dichos valores cuando los encarnan personas vivas? No son inmuebles, no son objetos, sino personas con determinados saberes cuyo principal atributo consiste en recrear una actividad y en la medida que se están realizando por la persona determinada en un tiempo concreto, en ese acto estriba gran parte del valor cultural.

Análisis de la situación: casos y posibilidades en torno a la patrimonialización de sistemas alimentarios

A. Tesoros Humanos Vivos



emos dibujado antes el contexto general en el que se encuentra el patrimonio cultural, contexto inserto en relaciones a escala mundial dominadas por la imparable globalización homogeneizante ante la que proliferan los movimientos conservacionistas del patrimonio. Dicha mecánica puede entenderse como prácticas políticas (Pérez y Salinas, 2017) orientadas al refuerzo de identidades territoriales, donde según Ariño (2001) la identidad es “...refugio y maquinaria para la producción de raíces”. Esta tendencia pretende, en la mayor parte de las ocasiones (aunque no solo), asegurar la continuidad intemporal de las identidades locales en cuestión.

Pieza clave para ello son los estados modernos y la inclusión del patrimonio cultural en sus políticas culturales. Sus programas y acciones de salvaguarda son determinantes en

tanto que los bienes culturales se gestionan tal como el derecho moderno establece: con carácter público y con independencia de su titularidad. Ello presupone la identificación del patrimonio cultural como un bien superior de carácter intemporal, implicando prácticas sociales o cultos modernos sobre bienes culturales valorados, visitados, consumidos en muchas ocasiones bajo lógicas consumistas antagónicas no solo con la preservación de los bienes, sino sobre todo, con los significados y valores culturales (contexto cultural) originales. Por tanto, asistimos a una constante e imparable resignificación performativa de los bienes culturales auspiciada por políticas públicas y perpetrada desde lógicas fagocitadoras que definen al turismo masivo (Ruiz, 2015). Destrucción de bienes culturales por ignorancia, codicia, ideas de progreso; algunos de los peligros inherentes a la modernidad y progreso mal entendidos. Los grupos de agentes que intervienen en estos procesos parten de intereses muy diferentes y a veces antagónicos, en ocasiones desde una perspectiva conservacionista, en otras puramente mercantilistas (Montenegro, 2010), pero miradas que pueden parecer tan distantes, están invariablemente ancladas en la percepción dominante, hegemónica y esencialista del patrimonio, impuesta por grupos dominantes.

Como señalamos también antes, una de las agencias inmersas en este contexto, UNESCO, quizás la más influyente, no solo participa en la salvaguarda, sino que podemos aseverar que determina en muchas ocasiones el devenir de los bienes culturales. En lo que respecta a los valores inmateriales resulta paradigmática una de sus afirmaciones cuando menciona que “Los bienes materiales creados por el hombre pueden continuar produciéndose mientras las características culturales

de los respectivos grupos puedan protegerse y mantenerse, basándose en que lo realmente útil, valorable y trascendente es la conservación de los conocimientos, de las actividades tradicionales y de las personas que encierran estos saberes”⁸. Desde hace más de dos décadas se presta especial atención a lo inmaterial, consecuencia entre otras cuestiones de la tremenda influencia desde el ámbito patrimonial oriental, donde en su cosmovisión lo intangible se valora especialmente.

Mediante distintas convenciones, UNESCO proporciona una base argumental escolástica para los estados afines a la hora de implementar medidas de salvaguarda del patrimonio. Afirmamos así, que no es UNESCO la que actúa directamente en la salvaguarda; se trata de una agencia transnacional sin capacidad normativa aunque vinculante, deslegitimada y sin soberanía para actuar sobre los territorios. Pero eso sí, exhorta a los estados a que adopten las medidas para garantizar la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial presente en su territorio mediante la identificación y el conocimiento de estos elementos propios de su territorio (Pérez y Fernández, 2017). Además, recomienda que se lleve a cabo con la mayor participación de las comunidades, los grupos y las organizaciones civiles⁹. Ardua tarea pues están preconizando principios de la democracia participativa, cuando en su propio seno se incurre en la selección de bienes culturales para integrarlos en los correspondientes listados, donde, a decir de los analistas de los casos, priman intereses de alta política y de

8 Convención para la Salvaguarda del Patrimonio Cultural Inmaterial. París, 2003.

9 Ibid.

envergadura mercantil (Pérez y Fernández, 2017; Iturriaga, 2010).

En este contexto se inserta el reconocimiento de la figura de los Tesoros Humanos Vivos, que en resumidas cuentas son personas o colectivos que encarnan, en grado máximo, las destrezas y técnicas necesarias para la recreación de actividades especialmente representativas de la vida cultural e identidad de un pueblo, así como de cara a la perdurabilidad de su patrimonio cultural inmaterial. La UNESCO tiene un programa de protección de este tipo de tesoros, pero son los estados los encargados de velar y preservar a las personas que detentan los saberes, tal como hemos dicho antes.

Si bien fue Japón a mediados del siglo pasado el referente del reconocimiento y cuidado de sus mayores en la preservación del patrimonio intangible, existen otros países¹⁰ cuya legislación se orienta a las mismas funciones (Arias, 2001; Said, 2002). Por tanto, estamos afirmando que la filosofía de la salvaguarda de valores culturales a través de medidas especiales sobre personas concretas, existía antes de que UNESCO elaborara el concepto y la figura de “Tesoros Humanos Vivos”. De aquí se deriva una enseñanza sumamente importante: no es necesaria la participación de UNESCO para llevar a cabo políticas de salvaguarda del patrimonio inmaterial a través

¹⁰ En 1964, el Gobierno de la República de Corea creó su propio sistema para garantizar la preservación y transmisión de los bienes culturales intangibles; Filipinas reconoció una categoría específica de “Artistas Nacionales”, mediante un Decreto Presidencial de 1973 que les confiere ciertos honores y privilegios; Tailandia procedió de manera similar en 1985, cuando inició el Proyecto de “Artistas Nacionales”. En fecha más reciente, se implantó en Rumanía un sistema regional de “Tesoros humanos vivientes”. Si nos acercamos a nuestra órbita cultural occidental, en Francia, el Ministro de Cultura confirió en 1994 a unos veinte creadores el rango de “Maestro del Arte”.

de acciones destinadas a las personas que encarnan saberes especialmente relevantes para una comunidad.

Ahora bien, UNESCO acumula hoy en día una importante trayectoria no solo en el reconocimiento de Tesoros Humanos Vivos, sino también en el apoyo a personas, saberes y actividades para su transmisión. Pone en marcha distintas acciones y programas para ello, entre otros el “Programa de Recuperación de la Memoria a través de métodos de Historia Oral”, o los “Programas Grandes Maestros”. Ambos asumen como objetivo final reforzar los valores propios de cada sociedad, en base a que la conciencia de identidad cultural permitirá enriquecer el proceso de universalización a partir de la diversidad cultural. La base, como decimos, se encuentra en la transmisión, transmisión de saberes para recrear actividades. Sin ello no existe salvaguarda. Por poner un ejemplo pensemos que, en Francia, en 1994 se concedió a unos 20 creadores el rango de *Maîtres d’art* (Maestro del Arte). Nueva distinción y reconocimiento que honra a los artesanos; ahora bien, la distinción exigía que transmitiesen dichos saberes a las nuevas generaciones.

Aunque sin ánimos de ser exhaustivos (no hay espacio para ello) sí conviene detenernos en la metodología (García y Jiménez, 2017) emanada de programas y guías (sobre todo, pero no solo de UNESCO) que se viene aplicando y recomendando para el reconocimiento de tesoros de la humanidad o lo que UNESCO denominó Tesoros Humanos Vivos. Tampoco se trata de enumerar en forma de manual toda norma aplicable para el desarrollo de un programa sobre este tipo de salvaguarda, sino en señalar aspectos claves de cara a su aplicación en cualquier territorio (Petronela, 2016). Aspectos básicos que

fundamenten un sistema de Tesoros Humanos Vivos tiene que ver con la dimensión territorial de la sociedad en cuestión, la identificación de personas, grupos u organizaciones y de los valores patrimoniales a preservar, el tipo de premio/reconocimiento, el encaje del reconocimiento en el sistema legislativo patrimonial del territorio en cuestión, deberes de los galardonados, directrices para cancelar el nombramiento, sistema de transmisión y programa de formación asociado. Al frente de todo ello estará una comisión encargada de la elaboración y aplicación de estos factores básicos al contexto dado, aunque es deseable que se establezca un sistema mediante el cual las personas elegibles sean postuladas por sus homólogos y que la opinión pública participe en el grado que sea pertinente. Medidas pues, que garantizarían la verdadera representatividad de los valores culturales elegidos y a las personas distinguidas ante la población que comparte la cultura en cuestión.

B. Discusión mediante algunos casos sobre patrimonio alimentario y UNESCO



i bien la protección del patrimonio inmaterial goza de amplio consenso tal como hemos expresado antes, su salvaguarda entraña serías dificultades directamente proporcionales a las fórmulas que se están implementando para ello (García y Jiménez, 2017). En el caso de los tesoros de la humanidad o personas o grupos que poseen especiales saberes culturales, dichas personas pueden reducir a fórmulas los procesos para obtener piezas artesanales o comidas mediante las recetas de cocina. Sin embargo, el acto

mismo de la creación que encierra una parte importantísima del valor cultural, ese no tiene forma física. La interpretación y el acto creador, elementos intangibles por excelencia, se encarnan en la destreza y la técnica de las personas que lo realizan. Por ende, la salvaguarda de estas manifestaciones culturales incluye fórmulas, saberes, procesos... y particularmente las personas que mediante sus saberes técnicos llevan a cabo en tiempo y forma los actos donde se recrean las manifestaciones culturales, como por ejemplo las de carácter alimentario.

1. *Dieta Mediterránea*¹¹



a candidatura de la Dieta Mediterránea como Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad obtuvo su reconocimiento en 2013¹². Como cualquier candidatura a UNESCO, una propuesta conlleva negociaciones y dinámicas burocráticas inherentes a la construcción de un bien cultural alimentario en tanto que patrimonio cultural a nivel supranacional¹³. En palabras de Medina (2018:6): “El valor de esta

11 Algunas ideas de este apartado sobre dieta mediterránea, se incluyen en un capítulo de una obra que se publicará próximamente. El capítulo se titula: *La dieta mediterránea desde el ámbito alimentario: salvaguarda y retos actuales*.

12 La inscripción de la Dieta Mediterránea en la Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad refiere a Chipre, Croacia, España, Grecia, Italia, Marruecos y Portugal. Puede verse más información en <https://ich.unesco.org/es/RL/la-dieta-mediterranea-00884>.

13 Anteriormente había habido distintos acercamientos, intentos o precedentes de acuerdos de protección, tal como seguramente se desarrolla en otros trabajos de esta obra. Algunos hitos fueron estos: en septiembre de 2006 se iniciaron desde el Departamento de Salud y el Ministerio de Sanidad y Consumo de los gobiernos catalán y español, respectivamente, junto con la Fundación para el Desarrollo de la Dieta Mediterránea, los pasos previos para la presentación de la candidatura al estatus de patrimonio de la humanidad.

declaración no reside únicamente, por otro lado, en el hecho – ya de por sí histórico– de que por primera vez determinados bienes culturales inmateriales relacionados con la alimentación hayan sido declarados como Patrimonio de la Humanidad por una institución supranacional. Esa declaración es, también y sobre todo, un reconocimiento de la necesidad y de la urgencia de preservar las técnicas, prácticas, hábitos, ideas, valores y espacios de las culturas alimentarias aprobadas.”

El Mediterráneo como construcción histórica, sociocultural y política, se caracteriza por un sistema alimentario vinculado a parámetros geográficos e históricos apoyados en estereotipos pertenecientes al mundo agrícola, al cultivo de cereales, de viñas y de olivos combinado con prácticas ganaderas centradas en el ganado ovino y caprino (de Garine, 1998). La trilogía clásica (trigo, vid y olivo) como base de la alimentación y las prácticas agrícolas mediterráneas es una parte (simplificada) de un corpus alimentario muy complejo, extenso y vivo. Los ingredientes provienen de cualquier parte del mundo. Pero no podemos quedarnos en los ingredientes¹⁴, debemos añadir condimentos¹⁵ y procedimientos¹⁶. Todo ello integrado mediante

14 Los cereales, trigo y también cebada, avena, centeno, mijo, etc.; legumbres como habas, garbanzos, alubias y lentejas; varios tipos de carnes, de caprino y ovino, o de cerdo dependiendo de las zonas; pescados (más en zonas de costa) y una amplísima gama de hortalizas y frutas.

15 Grasas, aceites (no solo de oliva) y mantecas; una enorme representación de hierbas aromáticas y especias propias de la diversidad medioambiental mediterránea como de territorios alejados: tomillo, orégano, romero, comino, cilantro, ruda, albahaca, perejil, hierbabuena, nuez moscada, pimienta, azafrán, clavoy canela.

16 Los más habituales pueden ser estos: adobar, aliñar, asar, amasar, batir, cernir, cocer, condimentar, dorar, empanar, estirar, estofar, freír, gratinar, hojaldrar, hornear, macerar, majar, mechar, picar, rallar, rebozar, rehogar, rellenar, triturar, trocear, untar y vaporizar.

la elevada capacidad de mezclas y sincretismos en base a los usos culinarios habituales o prototipos (González, 2010:199).

Entonces, ¿qué se eligió, se reconoció y salvaguardó como patrimonio en este diversificado contexto alimentario? Concretamente bajo la fórmula de Dieta Mediterránea se incluyeron conocimientos y prácticas (rituales, agroganaderas, pesqueras); valores vinculados al sistema alimentario (forma de conservar, transportar, transformar, cocinar, compartir y consumir los alimentos) donde destacan los actos de comensalidad compartida como fundamentos de la identidad de las sociedades mediterráneas (Amaya, 2004; Bortolotto, 2017; Medina, 2018). Como elemento medular de este sistema alimentario, se mencionan valores como la hospitalidad, buena vecindad, diálogo intercultural, creatividad y respeto de la diversidad. Y sí, realmente se trata de una forma de vida, de cosmovisión, de entender y estar en el mundo. Eso es lo que incluyó el reconocimiento de la Dieta Mediterránea y de ahí su virtud, unido a las múltiples dificultades que ello supone para su salvaguarda.

Sin embargo, las principales amenazas en torno a las prácticas culinarias de este como de la mayoría de sistemas alimentarios, proceden, entre otras, de la agroindustria alimentaria contemporánea. Ante la omnipresente agroindustria alimentaria ultraprocesada, salvaguardar la cocina tradicional mediterránea de este modo no tiene sentido alguno. Ahora bien, entre las fortalezas del caso encontramos que el patrimonio gastronómico y alimentario se encuentran en auge y que, la nueva marca generada desde UNESCO abre nuevos caminos, mercados y territorios a platos, procedimientos y modos de entender y practicar la cocina del contexto en cuestión. Esta

coyuntura abre nuevos canales de difusión y de reconocimiento que contribuyen a su salvaguarda.

2. La cocina tradicional mexicana



En 2010, también como muestra de la tendencia UNESCO que venimos tratando donde el patrimonio inmaterial y en concreto las manifestaciones culinarias, reciben especial atención para ser consideradas como manifestaciones relevantes de patrimonio de la humanidad, se reconoció la denominada como “La cocina tradicional mexicana: cultura comunitaria, ancestral, popular, vigente: el paradigma de Michoacán”.

En este caso se puso el foco de atención en un territorio concreto de México, en el estado de Michoacán y se sustancia dicho reconocimiento en torno a las cocineras, su papel como reproductoras de una cocina concreta y la transmisión de sus saberes. Por tanto, mucho más que el caso anterior mediterráneo, este es un claro referente de cómo encarnar el patrimonio inmaterial en personas concretas. Cosa distinta, constituyen las acciones para su salvaguarda, las cuáles, a criterio de los especialistas, no tomaron el camino más adecuado. Uno de estos especialistas que intervino desde el origen del propio expediente, no nos deja lugar a dudas con sus aseveraciones: “...nunca pensé que estaba abriendo una fuente de especulación comercial para algunos profesionales de la alimentación” (Iturriaga, 2010). De este modo se resumen las acciones tomadas sobre el bien cultural, encaminadas a (1) su comercialización excesiva cuya gestión y consecuentes beneficios recae en empresas

privadas, no en las comunidades de las cocineras;(2) a desvirtuar la cocina tradicional para adaptarla a las normas turísticas mediante cursos de higiene, de tecnología o de administración de empresas para las cocineras; (3) a crear microempresas asociadas a las rutas turísticas; (4) a participar en encuentros que responden a escuelas de gastronomía y simposios del sector de restaurantes..., en definitiva, medidas que de acuerdo a la autora desafían frontalmente a las disposiciones para reforzar a dichas personas como tesoros humanos vivos en el contexto de sus comunidades donde reside la base de su riqueza asociada a su sistema de cultivos mediante milpas (pequeñas parcelas familiares destinadas a autoconsumo y caracterizadas por la diversidad hortofrutícola), rompiendo el espíritu y filosofía de UNESCO para estos casos.

De aquí, entre otras cuestiones, podemos extraer la reflexión en torno a la marca que proporciona UNESCO a un bien cultural al incluirlo en sus listados y, de este modo, cómo avalan el tremendo valor comercial que se desprende de ello. Ahora bien, dependiendo de cómo se sustancie este incalculable valor mercantil, se reforzará a las comunidades y/o territorios donde reside el bien cultural, o se desproveerá de contexto e identidad a un bien que terminará consistiendo en reproducir industrialmente en circuitos turísticos unas recetas para obtener determinados platos.

Conclusiones



Entre las dinámicas contemporáneas conservacionistas del patrimonio cultural caracterizadas por resignificar el futuro del pasado, han irrumpido desde hace más de una década los sistemas alimentarios, mostrando un elevado grado de maleabilidad no solo en la salvaguarda del patrimonio, sino en la búsqueda de nuevos valores añadidos y el desarrollo para los territorios. El reconocimiento de un bien cultural puede llevarse a cabo a través de encarnar en personas concretas de una cultura los valores de ese bien. Las fórmulas pueden ser varias, acorde a los sistemas legales de protección del patrimonio, a la escala del territorio o dependiendo de la naturaleza del bien en cuestión. Aquí hemos explorado particularmente los valores inmateriales encarnados en tesoros de la humanidad y concretamente cómo, mediante UNESCO, se viene poniendo en marcha este reconocimiento y la salvaguarda del patrimonio reconocido. Eso sí, existen enormes dificultades para comprender en la debida dimensión, que la salvaguarda del patrimonio inmaterial encarnado en personas especialmente relevantes en sus comunidades y culturas, aquellos que dominan técnicas y saberes, no puede responder a las fórmulas clásicas de salvaguarda aplicadas a inmuebles u objetos.

Los métodos para preservar las técnicas, prácticas, hábitos, ideas, valores y espacios de las culturas alimentarias, exigen a las administraciones públicas planificar y actuar redimensionando el significado de lo patrimonial en tanto que pertenencia a identidades y comunidades. Bien mediante formatos similares al de los Tesoros Humanos Vivos (con el amparo de UNESCO o sin él), bien con mecanismos parecidos

al de las cocineras del estado mexicano de Michoacán (salvando las debilidades expuestas en este caso), o a través de programas de ejecución elaborados y adaptados a cada territorio y circunstancia, la salvaguarda del patrimonio inmaterial y de los sistemas alimentarios localizados resultan tanto un enorme oportunidad de desarrollo como un hándicap.

Por su parte, a los consumidores en el ejercicio de la identidad común se nos exige la adopción consciente de la propia riqueza de nuestro sistema alimentario localizado. Hablamos así de soberanía alimentaria, capacidad de elegir dónde y qué productos adquirir y consumir. No se trata únicamente de preservar ingredientes, condimentos o procedimientos de elaboración; sino mantener la diversidad de especies cultivables, las variedades de razas ganaderas y sistemas de aprovechamiento y gestión de los recursos locales; de la armoniosa relación entre espacios rurales y urbanos en pos del respecto medioambiental a través del hecho alimentario.

Bibliografía

Aguilar Criado, E. y Amaya Corchuelo, S., 2007: “El patrimonio cultural como activo de desarrollo rural”, en Sanz Cañada, J. (Ed.), *El futuro del mundo rural*, Editorial Síntesis, Madrid, pp. 103-124.

Amaya Corchuelo, S. (Coord), García Vico, J., Moreno Doménech, P., Santiago Pérez, I. y Velasco García, L. 2010: *Catálogo del Patrimonio Oleícola. Nuevos recursos para el desarrollo del mundo olivarero en las comarcas oleícolas participantes en la ACC “Patrimonio oleícola y puesta en valor de aceites típicos en circuitos comerciales de radio corto: labelización de agrotiendas*. Ed. Gráficas Francisco del Moral, Jaén.

Amaya Corchuelo, S. 2004 “Los usos de los bienes culturales según los criterios actuales sobre el patrimonio cultural. Evolución histórica. El caso de Extremadura”. *Piedras con Raíces*, 6: 4-9.

Amaya Corchuelo, S. y Aguilar Criado, E., 2014: “Actores sociales en conflicto. Procesos de patrimonialización del jamón ibérico”. En *Periferias, fronteras y diálogos. Actas del XIII Congreso de Antropología de la Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español*. Tarragona, Ed. Universitat Rovira i Virgili, pp. 5366-5393.

Arias Eibe, M J., 2001: *El Patrimonio cultural*. Ed. Comares S.L.
Ariño, A., 2002: “La expansión del patrimonio cultural”. *Revista*

de Occidente, N° 250, pp. 129-150.

Ariño, A., 2001: “Construcción del Patrimonio Cultural e identidad en la sociedad del riesgo y de la información” en Actas de Congreso sobre la Sociedad de la Información. Universidad de Valencia.

Arizpe, L., 2006 “Los debates internacionales en torno al patrimonio cultural inmaterial”, Cuicuilco, N° 13; pp 13-27.

Bortolotto, Ch., 2017: “Como “comerse” un patrimonio: construir bienes inmateriales agroalimentarios entre directivas técnicas y empresariado patrimonial”. En Revista Andaluza de Antropología, N° 12, pp 144-146.

De Garine, I., 1998: “Antropología de la alimentación: entre naturaleza y cultura”, en La Val de Onsera (ed.), Alimentación y cultura: actas del congreso internacional, Museo Nacional de Antropología, Madrid, 1998, pp 13-34.

García del Hoyo, J.J. y Jiménez de Madariaga, C., 2017: Revisión de propuestas y aplicabilidad de las metodologías de valoración al patrimonio inmaterial de la Unesco. En I. Mendes, M.R. Borges, M. Coelho y Z. Mendes (eds.), Annals of Applied Economics. Lisboa: SOCIUS, pp. 240-254

González Turmo, I., 2010: “La dieta mediterránea como objeto patrimonial”. En Quaderns de la Mediterrània, núm. 13, pp. 197-201.

Mauss, M., 1994: Le fait social total. PUF, París.

Iturriaga, Y., 2010: Reflexiones sobre la cocina tradicional mexicana y la UNESCO. En K, UNAM, Vol 18, N° 70, pp. 56-59

Medina, F. X., 2018: “La construcción del patrimonio cultural inmaterial de carácter alimentario y sus retos en el área mediterránea: el caso de la Dieta Mediterránea”. En RIVAR, Vol. 5, N° 14, pp. 6-23.

Montenegro, M., 2010: “La patrimonialización como protección contra la mercantilización: paradojas de las sanciones culturales de lo igual y lo diferente”, En K, N° 46, pp 115-131.

Silva Pérez, R. y Fernández Salinas, V., 2017: “El nuevo paradigma del patrimonio y su consideración con los paisajes: Conceptos, métodos y prospectivas”. En K 2017a, Vol. 63, N° 1, pp. 129-151. https://ddd.uab.cat/pub/dag/dag_a2017m1-4v63n1/dag_a2017v63n1p129.pdf

Petronela, T., 2016: “The Importance of the Intangible Cultural Heritage in the Economy”. In Procedia Economics and Finance, N° 39, pp. 731 – 736.

Ruiz Lanuza, A., 2015: “Diferenciación de la Marca Unesco en el desarrollo de la oferta turística. El caso de tres destinos culturales andaluces”. En International Journal of Scientific Management and Tourism, N° 3, pp. 179–190.

Said, E., 2002: Cultura e imperialismo. Barcelona. Ed. Anagrama S.A.



X



“

Patrimônio Cultural
Material é a prova
tangível do nosso
passado. Podemos
negar o passado,
podemos aprender
com ele, podemos
melhorá-lo, mas não
podemos ignorá-lo.”

Gestão do patrimônio cultural material como um meio para o desenvolvimento sustentável

| Maurizio Quagliuolo

O Patrimônio Cultural representa a Memória Coletiva da Humanidade

O Patrimônio cultural é um recurso não renovável

A Gestão de Qualidade do Patrimônio Cultural deve ser orientada para

a sua Conservação, no contexto do Desenvolvimento Sustentável

(HERITY International Declaration, 1998)



Patrimônio Cultural Material é a prova tangível do nosso passado. Podemos negar o passado, podemos aprender com ele, podemos melhorá-lo, mas não podemos ignorá-lo.

Todavia, sempre podemos destruí-lo, reconhecendo no entanto - se o ato for voluntário - um valor, ainda que ‘negativo’, ao que estamos destruindo. Na verdade, é um valor para outrem, que queremos privar de referências históricas. Assim foi na época romana, com as conquistas de territórios como a Grécia (mas *Graecia capta ferum victorem cepit ...*), nos iconoclastas ou na queima de livros medievais, até aos nazistas ou a destruição de sítios arqueológicos e museus pelo ISIS.

Portanto, o Patrimônio Cultural só pode ser um recurso para a construção de um futuro adequado na salvaguarda do meio ambiente, das coisas, dos animais e das pessoas e da relativa qualidade de vida, se lhe atribuirmos um valor.

A partir dessa consideração, a construção do modelo HERITY iniciou-se no início dos anos 90 do século passado (QUAGLIUOLO, 2001).

O modelo HERITY (HERITY Global Evaluation System - HGES, fig. 1) prevê, de fato que, apenas se um bem tem Valor para nós (ou, melhor dizendo, é o resultado da atribuição, por diferentes pessoas ou grupos socioculturais, de diferente grandezas e qualidades de valor percebido), então é melhor mantê-lo.

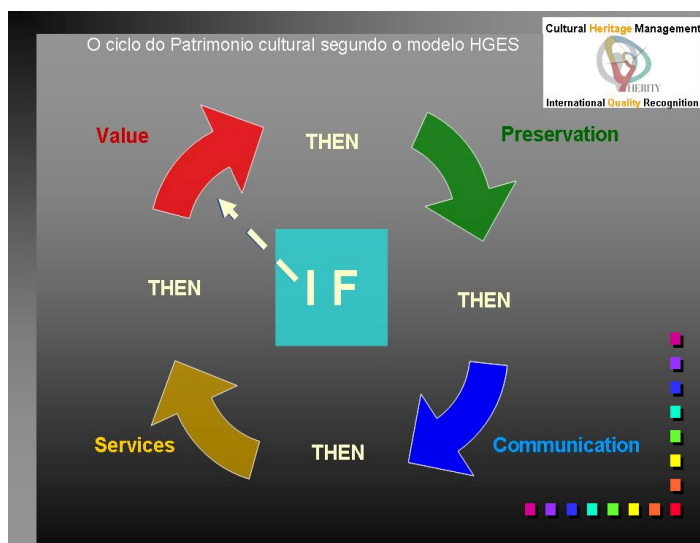


Figura 1 - O modelo HGES (O ciclo 'Valor, Conservação, Comunicação, Serviços')
Fonte: Herity

A Conservação de um bem é, de fato, também o resultado de uma atitude sociocultural, mais, ainda, do que de uma capacidade técnica. Prova disso é o exemplo italiano do início dos anos 1900, quando em busca da ‘pureza’ do românico grande parte do barroco foi destruído em igrejas (GIANNOCCARO, 2018), considerado um excesso de exuberância e esplendor. Conservar é também um ato de ‘egoísmo’: de fato, se quisermos tirar vantagens socioeconômicas de nosso capital cultural, teremos que garantir que sejam utilizados os interesses que esse capital pode produzir, e não consumir o próprio capital; caso contrário, no final das contas, o que sobraria para investir? O turismo, com seus fenômenos de overtourism (AA.VV., 2016), parece não ter entendido isso, em muitos casos.

Neste ponto, se temos um valor que se preserva ao longo do tempo, tudo isso ainda não faria sentido se não tivéssemos o cuidado de comunicar sua mensagem e suas mensagens. Esta também é uma fase muito delicada: nós (principalmente se somos especialistas) somos os responsáveis por esse ato de interpretação. Uma mensagem (voluntária ou involuntária) nunca é ‘asséptica’, nunca é imparcial. Além disso, esta mensagem pode chegar até nós perturbada. Pense-se numa escavação arqueológica que preserva apenas as partes não orgânicas das ferramentas devido à acidez do solo: veremos apenas parte do ‘puzzle’ e teremos de o integralizar. Bem integrado? Mal? Em que base?” Exemplos conhecidos como o Laocoonte dos Museus do Vaticano (REBAUDO, 2007) nos ensinam sobre nossa responsabilidade. Essa responsabilidade se torna mais leve, hoje, pois temos técnicas e tecnologias de informação disponíveis para reconstruir objetos virtualmente, sem necessariamente interferir no original. Mas permanece a responsabilidade de comunicar uma mensagem com clareza, para o maior número de pessoas possível, mesmo para aqueles que não possuem todas as habilidades físicas ou cognitivas para apreciá-la plenamente, com ferramentas simples de usar (mas não simplistas), adequadas ao local e à época, atualizado com os resultados das pesquisas científicas em andamento. Essa é a complexidade da museologia, da museografia e da museotécnica.

E, finalmente, a promoção, o aprimoramento. Não é um crime obter receitas usando nosso patrimônio cultural. Nem é crime desfrutar de um museu pela sua riqueza cultural, mas também pelo prazer de sentar-se, tomar um café, comprar um guia ou uma lembrança. Tudo isto são Serviços, incluindo os pacotes turísticos que podemos construir com um património reconhecido, bem preservado e bem comunicado. Criando economia e empregos.

Todas essas atividades são mensuráveis, e com elas os resultados obtidos e o desempenho de um local de visita.

Por esse motivo, nasceu em 1994 a certificação internacional HERITY, que serve para dar uma fotografia da situação aos gestores, por meio da síntese do seu ponto de vista aliada a dos avaliadores externos enviados pela instituição; bem como para envolver o público (residentes e visitantes) na avaliação, mas também ajudar a melhor preservar e gerir o património cultural. Além disso, outras partes interessadas são envolvidas no processo, através de uma abordagem holística e multifuncional, adaptada a cada local individualmente, polivalente.

As performances obtidas fazem a diferença entre os locais individuais. Mas é preciso ter cuidado! Negligenciar um desses aspectos ou algumas fontes produz graves distorções, como aconteceu numa tentativa bem intencionada mas mal implementada, com o Museu Leopoldo Gotuzzo. Por isso:

1. HERITY é um procedimento registrado, que só pode ser implementado pela própria estrutura internacional e pelas suas parcerias institucionais em cada País, após uma formação de avaliadores que garante o rigor e a equidade. Desta forma, a aplicação da metodologia HERITY não é possível fora do seu quadro institucional;
2. As avaliações feitas por HERITY são em primeiro lugar solicitadas pelos responsáveis de um bem

cultural (Direcção de um Museu, por exemplo) à HERITY, ao que se segue uma primeira avaliação externa por especialistas internacionais devidamente formados, e uma indispensável auto-avaliação. Segue-se um processo em que intervêm os diversos agentes interessados e, em especial, o público. A avaliação nunca é apenas feita pelos avaliadores, sendo sim um valor ponderado entre estes, os gestores e o público. E, naturalmente, só aos gestores compete a difusão dos resultados da avaliação.

3. O objectivo de HERITY é apoiar a conservação e valorização dos bens culturais, ajudando a introduzir mecanismos e procedimentos que aumentem a sua qualidade e valor social. Dessa forma, não é nunca um processo “castigador” e negativista.

No Brasil, a certificação foi solicitada e aplicada no Patrimônio Mundial da Serra da Capivara (PI), na Fortaleza da Barra em Santos (SP), no Sítio Arqueológico de São Francisco em São Sebastião (SP), no Museu Municipal de São José (SC) no âmbito do projeto Porto Seguro, financiado pela Comissão Europeia no âmbito do programa “Cultura-Brasil”; e no Museu das Minas e do Metal em Belo Horizonte (MG), no circuito cultural de São João da Barra (RJ), no Centro Cultural Usiminas em Ipatinga (MG) por iniciativa de empresas privadas.

Por certo que a gestão do Patrimônio Cultural é um atividade complexa, mas não complicada se usarmos abordagens e ferramentas adequadas ao nosso propósito e ao local onde as aplicamos.

Para isso, precisamos de gerenciamento de qualidade.

Da qual a sustentabilidade é apenas um lado da moeda.

A gestão da qualidade deste património deve, de facto, orientar-se para a sua conservação no quadro de um desenvolvimento compatível (ou seja, respeitador do contexto) e sustentável (ou seja, capaz de “caminhar sobre os próprios pés”, mesmo financeiramente). É importante notar que as duas coisas são inversamente proporcionais: quanto mais você tenta organizar um local para que ele possa proceder de forma independente, mais você corre o risco de consumir seus ativos. Uma gestão da qualidade, portanto, consiste em um complexo de intervenções voltadas ao conhecimento, conservação, disseminação e fruição do património em favor de toda a comunidade.

Mas essas intervenções no Património Cultural requerem atenção especial porque:

- a) são realizadas com recursos não renováveis;
- b) são realizadas em um setor de desenvolvimento ainda não totalmente compartilhado e consolidado.

Além disso, eles costumam ter diferenças significativas:

- a) nos conteúdos em que opera;
- b) nas estratégias utilizadas.

Finalmente, se realizados em cooperação, eles colocam problemas de:

- a) normalização de processos;
- b) satisfação de todas as partes interessadas.

Por essas razões, as intervenções no Património Cultural requerem competências, desde a sua concepção, para aprofundar, sistematizar, organizar, planejar a médio e longo prazo, e promover. Essas competências são plenamente expressas por meio do trabalho em equipe, onde os saberes e expectativas das pessoas, instituições e empresas envolvidas desempenham um papel significativo.

Para desenvolvê-los de forma adequada, é necessária a coexistência de profissionalismo, interdisciplinaridade e forte convicção local.

Uma gestão de qualidade do Patrimônio Cultural também deve se basear no respeito aos valores materiais e imateriais e em todas as regras comuns para a sua melhor cultivação. Uma cultivação adequada (e não, como não nos cansaremos de repetir, exploração) permite a manutenção do recurso, o verdadeiro capital investido, e uma correta produtividade econômica dos desembolsos efetuados.

O objetivo prioritário (fig. 2) será intervir no momento certo no setor certo, em tempos normais, mas também em tempos extraordinários (como o período que vivemos em 2020), sem necessariamente grandes investimentos e podendo contar principalmente (ou apenas) com os recursos que temos no local.



Figura 2 - Eisenhower matrix & HGES
Fonte: Herity

Tudo isso pode ser aprendido; por isso, o HERITY criou em 2017 quatro módulos de ensino presencial e online, abertos a todos, onde é possível lidar com o complexo panorama da gestão de forma simples e prática.

Porque, não há alunos e professores, apenas alunos, que aprendem uns com os outros. Na verdade, se aluno é quem estuda, e discente (do latim *discere*) é quem aprende, todos sabemos que se pode estudar sem aprender, e que o contrário também é verdadeiro ...

Bibliografia

AA.VV., 2016

M. Quagliuolo, M. Manente (eds.), *Hypertrophic Tourism*, Roma, Fondazione ENOTRIA, pp. 64

GIANNOCCARO, 2018

A. Giannoccaro, <https://www.barinedita.it/reportage/n3235-la-sobrieta-del-romanico-pugliese--%C2%ABe-un-falso-d-autore--fu-inventata-nel-novecento%C2%BB> 24/5/2018

HERITY 1998

International Declaration, Calamosca

QUAGLIUOLO, 2001

M. Quagliuolo, "Quality in the Management of a Cultural Asset: the HERITY recognition", in M. Quagliuolo (ed.), *Cultural Heritage Management, Quality and Cultural Heritage*, DRI, Rome, pp. 250-263

REBAUDO, 2007

L. Rebaudo, *Il Braccio Mancante. I restauri del Laocoonte (1506-1957)*, Nuova edizione aggiornata, Editreg s.r.l., Trieste, pp. 160





XI



“ Como resultado de um conceito antropológico de cultura, inicia-se um questionamento dos critérios de valoração empregados para a definição do patrimônio cultural brasileiro.”

As transformações no patrimônio Cultural: conceitos, valores e práticas.

| *Daniele Behling Luckow*



possível dizer que a evolução do campo do patrimônio cultural gira em torno de dois aspectos: a abrangência do seu conceito e os valores atribuídos. O primeiro aspecto reflete-se no universo a ser preservado, onde a gama de bens considerados passíveis de preservação vem tendo significativos acréscimos ao longo do tempo, considerando uma tripla extensão: a tipológica, a cronológica e a geográfica, como destaca a historiadora francesa Françoise Choay (2001). O segundo aspecto refere-se aos valores atribuídos ao patrimônio, bem como quem os atribui. Para a socióloga brasileira Maria Cecília Londres Fonseca (2005), os valores atribuídos são uma forma de possibilitar certa referência ao passado, prazer aos sentidos, produção e veiculação do conhecimento. A evolução se dá a partir das transformações dos valores, pelo caráter que lhes é conferido, seja excepcional ou exemplar, e por quem atribui, passando de uma escolha de uma classe dominante para o reconhecimento da comunidade detentora dos bens.

As origens da valoração de bens



atribuição de valores a bens é anterior a existência de um conceito de patrimônio. Foram os valores que, posteriormente, junto a outros fatores, possibilitaram a construção e a delimitação do que viria a ser patrimônio. De certa forma o primeiro valor a ser considerado foi o “artístico”, assim, as denominadas “obras de arte” foram as primeiras a serem estimadas, ainda que apenas pelas classes dominantes. Remontam possivelmente ao século III A.C. as primeiras coleções de arte, sob a forma de seleção e conservação de objetos. Estas coleções não partem de uma medida reflexiva, e sim de um processo de apropriação (GONZALES-VARAS, 2000, p. 24-25).

Dos primeiros séculos da era cristã até o século XVI, ou seja, da antiguidade à Idade Média, o valor atribuído ao objeto esteve no fato de pertencer à civilização grega ou, posteriormente, à greco-romana, admirada como “cânone superior” e não pelo seu pertencimento à história, pois não existe uma tomada de distância histórica frente aos vestígios do passado antigo (CHOAY, 2001; GONZALES-VARAS, 2000). Os bens são assimilados e apropriados como necessários para o desenvolvimento do novo momento, sem que a ruptura histórica interfira no processo de forma reflexiva, levando as práticas de restauração em voga a significarem, de certa forma, atualizações das obras de arte sem uma avaliação crítica do passado. Contudo, a criação de algumas medidas de preservação e conservação neste período, no império Romano, e as Bulas papais, indicam uma preocupação para com o patrimônio, ainda que voltado apenas ao representativo de uma civilização, no caso, a grega ou a greco-romana.

É a partir do Renascimento que começam a ser formuladas e aplicadas as categorias que vão fundamentar a construção do denominado patrimônio histórico e artístico. O que identifica a era renascentista como desencadeadora do processo é, justamente, o fator faltante no período anterior: a distância histórica. Segundo Fonseca (2005), pela primeira vez uma cultura distante mais de mil anos é considerada ancestral da presente. A visão do monumento, inicialmente, era ainda bastante limitada, tanto pela abrangência do seu campo histórico, como do seu alcance dentro das esferas sociais, com o arco temporal ainda restrito às antiguidades greco-romanas, identificadas como clássicas, as transformações de pensamento limitadas a uma minoria de eruditos, artistas e humanistas e as algumas medidas protetivas com o clero e a aristocracia. No decorrer do século XVIII, é que se difunde o sentimento e a compreensão do patrimônio histórico-artístico como uma riqueza pertencente à coletividade e começa a tomar forma a elaboração crítica do conceito de monumento histórico-artístico. Principia-se a expansão do arco temporal para as artes medievais, com reconhecimento do seu valor histórico-documental e uma maior projeção nas camadas sociais (FONSECA, 2005; GONZALES-VARAS, 2000).

Assim, são as noções de história e de arte que vão conformar os primórdios da preservação. Articuladas sobre as categorias de tempo e espaço, formam e regulamentam os principais valores atribuídos aos bens, o valor artístico e o valor histórico. No entanto, são outros dois valores que vão abarcar os anteriores dentro de seu campo de atuação e configurar a postura central frente ao conceito e a prática de preservação: o valor nacional e o valor cultural. O primeiro legitima a noção de patrimônio e o segundo ampara sua ampliação.

A legitimação do patrimônio pelo valor de nacionalidade.



o ocidente, a noção de patrimônio é produzida juntamente com o conceito de nação. A utilização do termo “patrimônio” para nomear o conjunto de bens de valor cultural que passam a ser propriedade da nação é inspirada na ideia da posse coletiva como parte da cidadania de um povo. Assim, em função dos já citados valores de arte e história, enquanto referências a uma identidade nacional, é que se constitui de maneira efetiva o chamado patrimônio como um corpo de bens passíveis de culto, de preservação e de constituição de um legado à coletividade (FONSECA, 2005).

Esse processo se inicia com a Revolução Francesa no final do século XVIII. O governo revolucionário francês, em meio às destruições ideológicas, tenta regulamentar a proteção dos bens confiscados da aristocracia e do clero com a justificativa da instrução pública através desses bens, influenciado pelas ideias iluministas de acumulação e difusão de saber. Portanto, a construção do termo, sob a forma de “histórico e artístico nacional”, tem duas motivações: uma prática e outra ideológica. A primeira, em função da nova propriedade dos bens confiscados, e a segunda, da necessidade de dar um novo significado a esses bens. É na junção do interesse cultural com o político, aliado a uma justificativa ideológica, que a preservação se torna uma atividade sistemática, e a noção de patrimônio dá suporte ao processo de consolidação dos Estados-Nações modernos. É em meio ao contexto da revolução que começa a elaborar-se o conceito de monumento histórico, os instrumentos de preservação (museus, inventários, tombamento, reutilização) a ele associados e a distinção entre bens móveis e imóveis. As três grandes categorias

de monumentos históricos, até então, são compostas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos (CHOAY, 2001; FONSECA, 2005).

Os conceitos formados neste contexto continuam vigentes no século XIX, porém adquirem novos significados em função das transformações ao longo do tempo. O distanciamento histórico assume uma posição mais drástica em função da Revolução Industrial, que gera uma ruptura no modo de produzir e de viver artesanal. O passado passa a ser revivido apenas na memória e na sensibilidade estética e não mais como fonte de conhecimento e referência (FONSECA, 2005).

Ainda no século XIX, consolidam-se dois modelos de política de preservação: o anglo-saxônico e o francês. O primeiro com apoio de associações civis, voltado ao culto do passado e à valoração ético-estética dos monumentos. O segundo, estatal e centralizador, desenvolvido em torno da noção de patrimônio planejado e regulamentado, voltado ao atendimento de interesses políticos do Estado. É este último que predomina na Europa e é exportado, após a Segunda Guerra Mundial, para as ex-colônias francesas e, ainda na primeira metade do século XX, para países da América Latina, como o Brasil. (FONSECA, 2005, p.61-62)

No início século XX, é realizada a primeira conferência internacional relativa aos monumentos históricos, na cidade de Atenas, dando origem à denominada Carta de Atenas de 1931, que ensaia as primeiras mudanças, como a questão dos centros históricos e das práticas de conservação e restauração. Todavia, as primeiras discussões levantadas a partir deste documento, que vêm se formando desde o final do século XIX, são interrompidas pelas duas grandes guerras mundiais. As mudanças mais signifi-

cativas nessa área se evidenciam apenas na década de 1960, com a formulação do conceito de bens culturais e a adoção de uma visão universal e representativa do patrimônio.

A ampliação do conceito de patrimônio pelo valor cultural



As transformações na compreensão e composição do patrimônio se tornam mais efetivas após a Segunda Guerra, quando são criados os organismos internacionais especificamente voltados para a cultura. A Organização das Nações Unidas (ONU) incorpora a figura dos direitos culturais e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a figura de Patrimônio Cultural da Humanidade. O termo “bem cultural” é nomeado como tal pela primeira vez em um documento oficial na Convenção de Haia de 1954, patrocinada pela UNESCO. Assim, na segunda metade do século XX, o centro da política cultural é a atenção aos vestígios da presença e atividade humana, independentemente de sua qualidade histórica ou estética, frente aos cânones oficiais. Com os novos Estados-nações e, posteriormente, com a luta de grupos étnicos discriminados nos Estados nacionais por seus direitos como cidadãos, surge a busca pela definição de uma identidade cultural própria. Entretanto, os signos que caracterizam grande parte desses povos não podem ser o mesmo das então predominantes culturas ocidentais, nascendo a necessidade de ampliar o conceito a objetos e a comportamentos até o momento identificados como irrelevantes, como por exemplo, os produzidos pelos operários, camponeses, imigrantes e minorias étnicas. (AZEVEDO, 1987; GONZALES-VARAS, 2000)

A década de 1960 pode ser entendida como o início de uma nova etapa na preservação do patrimônio cultural no mundo. As diversas iniciativas que surgem nesse momento passam a interpretar o patrimônio através de uma visão mais universal e representativa evidenciando a noção da cidadania, com base na diversificação dos direitos como forma de legitimar a atividade de preservação. Em 1960, a Carta de Gubbio enfrenta, pela primeira vez, o problema da conservação e da restauração em escala urbana. Em 1962, o escritor André Malraux, então ministro francês da cultura, modifica a política voltada aos centros históricos. A lei que recebe seu nome passa a tratar os centros como um problema urbano e não apenas cultural. Em 1964, realiza-se o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Restauração, que resultou na Carta de Veneza (1964) e na criação do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), considerada o principal instrumento doutrinal para a conservação e restauração de monumentos e sítios históricos (AZEVEDO, 1987; AZEVEDO, 1998; GONZALES-VARAS, 2000).

A partir da década de 1970, os textos de caráter internacional vão se sucedendo, cada vez com mais frequência, frente aos problemas do patrimônio cultural e à destruição de culturas regionais e locais. Inicialmente voltados para a cultura ocidental, passam a olhar para continentes como a África, a Ásia e a América Latina. Em 1972, a Recomendação de Paris divide o patrimônio em três tipos – o natural, o cultural e o misto – com as definições voltadas para categorizar os bens a serem considerados patrimônios mundiais, ressaltando o caráter de excepcionalidade como o critério para a sua valorização. No final da década de 1980, pode-se dizer que a arquitetura moderna entra oficialmente no corpo dos bens passíveis de preservação, com a criação, em 1988, da

Comissão Internacional para Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno (DOCOMOMO). (GONZALES-VARAS, 2000).

A ampliação do conceito de patrimônio é caracterizada pelo predomínio do valor cultural, com uma abrangência maior no corpo de bens e na diversidade de culturas representadas, caracterizando assim uma evolução dos bens passíveis de proteção de apenas materiais para também os imateriais. Contudo, no ocidente, a prática da preservação esteve sempre muito relacionada à conservação do testemunho material na sua autenticidade, considerado como pertencente a um passado “morto”, possível de ser revivido apenas na memória. Visão diferente do mundo oriental, onde a tradição é vivida no presente, sendo mais importante do que preservar o objeto como testemunho, preservar o saber que o produz. Isso fica mais evidente ao se considerar o Guia Operacional da UNESCO, de 1978, para a caracterização de um bem como Patrimônio Material, que indica como atributos tangíveis para autenticidade como o desenho, o material, as técnicas construtivas e o entorno. Na Carta de Nara (1994), frente a realidade do oriente e de civilizações não europeias, o processo passa a incorporar itens de natureza intangível como o uso, a função, o espírito, o sentimento e outros fatores internos e externos. Estes valores são incorporados ao Guia da UNESCO apenas em 2005. Assim, ainda que germinada desde a mudança da concepção do patrimônio de nacional para cultural, a dimensão imaterial tem um desenvolvimento mais lento. Somente nos anos 2000, com a aprovação da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), se torna efetiva.

Ainda nos anos de 1990, a UNESCO cria a categoria de paisagem cultural, no âmbito do Comitê do Patrimônio Mundial

se valendo de um conceito advindo da geografia tradicional alemã do final do século XIX e início do XX, na tentativa de superar a dualidade natural e cultural das categorias até então existentes. A Paisagem cultural pode ser entendida como “[...] conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente”. (SCIFONI, 2016, p.). Este enfoque permite superar além da compartimentação entre natural e cultural, a do material e imaterial, entendendo-as como um todo dinâmico e como dimensões de um mesmo conjunto. Encaminha-se, assim, uma nova percepção e compreensão do que vem a ser patrimônio cultural, na sua abrangência, nos processos capazes de salvaguarda e na descentralização do reconhecimento para além do discurso ocidental predominante.

E evolução dos conceitos e processos de patrimônio no Brasil



Brasil trata oficialmente da proteção do patrimônio nos primeiros anos do século XX. A partir deste ponto, ainda que, em alguns momentos, com certo descompasso, e dentro de particularidades, acompanha a evolução pela qual passa a noção de patrimônio, ao longo do tempo, na Europa. Guardadas as proporções e especificidades, a postura central frente ao conceito e à prática de preservação são configuradas pelos valores já mencionados anteriormente: o valor nacional e o valor cultural. Esses valores são perceptíveis nos diferentes períodos identificados a partir do início do século XX, fortemente marcados pela atuação do Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A periodização consagrada pelo próprio Instituto identifica duas fases: a fase heroica e a fase moderna. Fonseca (2005) identifica outros dois: o momento fundador e o momento renovador. Partindo dessa periodização, e com os valores como referenciais, é possível identificar dois grandes momentos da política patrimonial no país: o de formação dos conceitos do patrimônio brasileiro, desencadeado pelo momento fundador e representado pela fase heroica, e o de luta pela ampliação, iniciado na fase moderna e seguido pelo momento renovador.

Do período colonial até o início do século XX as diversas tentativas de listar e preservar, até esse momento, parecem configurar-se como interesses ou ações isoladas, voltadas para diferentes tipos de bens, com o objetivo de preservá-los pelo seu valor histórico ou artístico. Mas ainda não os configuram como representantes do passado, possivelmente devido à recente e ainda frágil organização do território. Medidas concretas de proteção de bens imóveis não são mencionadas, os bens móveis já contam com museus como o Museu Nacional e o Museu Histórico Nacional, e alguns institutos histórico-geográficos.

A proteção do patrimônio, como vestígios do passado da nação, começa a ser considerada politicamente relevante, com envolvimento do Estado, a partir da década de 1920. A primeira medida realmente efetiva de proteção do patrimônio, levada a cabo pelo governo federal, é o Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, que eleva a cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional. O contexto cultural em que se insere é marcado pelo surgimento e desenvolvimento do modernismo. São os intelectuais desse movimento que implementam a proteção do patrimônio histórico e artístico como política nacional. Em 1936,

o ministro da educação, Gustavo Capanema, encarrega o escritor e crítico de arte Mário de Andrade de realizar os estudos para a organização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Este lança as bases teóricas e legais da preservação, com uma concepção de cultura bastante à frente de seu tempo, não restrita às categorias tradicionais de arte, incluindo também manifestações não tangíveis, como cantos, lendas, superstições, medicina popular, dança etc. Como forma de proteção propõe, nos moldes europeus o tombamento, complementar à classificação como forma de proteção, com uma metodologia de cadastro também bastante à frente de seu tempo. Entretanto, o estudo é aproveitado apenas em parte pelo Decreto-Lei nº25 de 1937, que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e oficializa a proteção do patrimônio pelo Estado no país. Esta fica restrita aos artefatos móveis (mobiliário, obras de arte), imóveis (acervo arquitetônico, urbanístico e natural) e às paisagens naturais ou humanizadas (FONSECA, 2005).

O Brasil, como outros países, tem a construção da ideia de patrimônio atrelada à afirmação da nacionalidade. A arte colonial, neste momento, é identificada como a referência tanto para a construção da identidade nacional quanto como fonte de inspiração para uma arquitetura moderna, ainda que internacional, como uma marca brasileira. Assim, tem início a fase heroica, que compreende desde a criação da SPHAN, neste ano, até 1967, quando se encerra a gestão de Rodrigo de Mello Franco. O sistema de proteção elaborado então é inspirado no modelo francês, caracterizado por ser estatal e centralizador, com um conceito que ressalta a identidade nacional e o poder dominante, em face das manifestações populares, regionais e das minorias. Neste período, a atuação é orientada por uma maioria de profissionais

ligados ao movimento modernista, de perfil tradicional, como arquitetos e urbanistas, artistas e escritores, tendo como um dos técnicos o arquiteto e urbanista Lúcio Costa que assume, em 1949, a Divisão de Estudos e Tombamentos da instituição. (AZEVEDO, 1998; FONSECA, 2005; IPHAN, 1998).

Dentre os valores artísticos e históricos, o primeiro, com a noção de excepcionalidade, prevalece como justificativa para a preservação. O valor histórico é secundário, atribuído com base na interpretação literal do Decreto-lei nº25, pela sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Nesta configuração, a atribuição requer um julgamento especializado validada pela autoridade de quem os atribuía – no caso, os agentes do então DPHAN. A prevalência do valor artístico faz com que o universo dos bens passíveis de preservação configure uma situação bem peculiar, sendo então constituído pelos bens imóveis dos séculos XVI ao XVIII, primordialmente de arquitetura religiosa e de estilo colonial, por um lado, e exemplares modernistas recém construídos do outro, como a Igreja de São Francisco, na Pampulha, e o prédio do Ministério da Educação e Saúde, tombados respectivamente em 1947 e 1948. Por não ser tão valorizado o estilo eclético, quando protegido, é pelo valor histórico, ou seja, apenas se tiver alguma relação com a história oficial do país (FONSECA, 2005).

Na década de 1960, dá-se início a discussão de novas concepções de patrimônio, acompanhando tendência internacional, principalmente no pós-guerra, de valorização da cultura de todos os povos. Procurando entrar em consonância com as diretrizes da UNESCO, se recorre a ele, para que o órgão de proteção seja uma figura defensora do interesse público relativo ao patrimônio de caráter negociador para demonstrar a compatibi-

lidade entre os interesses da preservação e os do desenvolvimento (FONSECA, 2005). Neste contexto, inicia-se a denominada fase moderna, com a ascensão de Aloísio Magalhães na política cultural. Mas, as mudanças mais efetivas começam na década de 1970, quando se forma o momento renovador.

Em 1970, o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os intelectuais atuantes, assumem um novo perfil (especialista em ciências físico-matemáticas e sociais, administradores, pessoas ligadas ao mundo industrial). Nos anos seguintes desta década, a crise de legitimidade do regime militar abre espaço, no governo federal, para a reformulação da política cultural e para a elaboração de uma nova ideia de patrimônio, levando em conta as novas concepções. Como resultado de um conceito antropológico de cultura, inicia-se um questionamento dos critérios de valoração empregados para a definição do patrimônio cultural brasileiro. Também de iniciativa do governo federal, foi a promoção dos Encontros dos Governadores em Salvador (que resulta no Compromisso de Salvador) em 1970, e em Brasília (que resulta no Compromisso de Brasília), em 1971. Disso resulta a descentralização das ações de preservação, com a criação de inúmeros órgãos estaduais de preservação e novas coordenadorias regionais do próprio IPHAN (AZEVEDO, 1998; IPHAN, 1998).

A partir de então, e ao longo dos anos de 1980, passam a coexistir duas linhas de atuação dentro da instituição, que não conseguem conviver em um mínimo de definições comuns, a da Pedra e Cal, da antiga SPHAN, e a da Referência, com base no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O grupo de referência possui uma hegemonia limitada ao plano discursivo, e o da Pedra e Cal é o que, na prática, através dos tombamentos,

continua a construir o corpo do patrimônio histórico e artístico nacional (FONSECA, 2005).

Em relação aos valores atribuídos aos bens patrimoniais, estes sofrem significativa mudança. No valor artístico, dá-se em dois sentidos: através da inclusão de estilos recentes, considerados até então não artísticos, e da ampliação do que é considerado artístico. Na realidade, desde o final da década de 1970, o valor artístico já apresenta uma percepção com base em uma visão não canônica da história da arte. O valor histórico centrado no evento político e nos feitos das classes dirigentes, é também ampliado, para abranger bens que, mesmo não relacionados a fatos memoráveis da história do Brasil e sem um valor artístico excepcional, tornam-se passíveis de proteção. Nos anos de 1980 e 1990, são as noções de representatividade e de exemplaridade, e não mais a de excepcionalidade, que servem de justificativa para vários tombamentos. São incluídas produções referentes às diferentes origens, aos grupos de imigrantes e às zonas de ocupação recente do território nacional, bem como exemplares da cultura popular e do mundo industrial, ainda que não completamente representativo da pluralidade brasileira (FONSECA, 2005). No entanto, a ampliação da conceituação de patrimônio a partir de seu valor cultural não é acompanhada pelos instrumentos de preservação. Em nível federal, não se recorre a formas alternativas ao tombamento para a proteção. E a sistemática de valoração é bastante complexa, quando da necessidade de avaliar bens produzidos e voltados para os grupos sociais populares, ligados a outras tradições culturais que não a luso-brasileira.

A questão do patrimônio cultural tem se beneficiado, no Brasil e no contexto internacional, da difusão da noção de diver-

sidade cultural, com a expressão “direitos culturais” constando na Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 215. O tema do patrimônio imaterial, que já tinha sido abordado no texto de Mário Andrade em 1937, é retomado no final dos 1990, com o seminário internacional realizado pelo IPHAN em Fortaleza, denominado “Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção”, a partir de propostas e estudos desenvolvidos nos anos de 1970 e 1980 (FONSECA, 2005). Em 2000, três anos antes da Recomendação de Paris sobre o tema, o Brasil cria o Decreto-lei nº 3.551, que institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Em consonância com a discussão sobre a Paisagem Cultural, iniciada no contexto internacional nos anos de 1990, o Brasil, nos anos 2000, começa a trazer esse novo olhar integrador sobre o patrimônio cultural. Diversos estudos realizados entre 2007 e 2008, constituíram a base da Portaria 127, do IPHAN, em 2009 (BRASIL, 2009). Ela institui a paisagem cultural com um novo instrumento de proteção, a chancela de valor cultural (SCIFONI, 2016). Amplia-se, também, a discussão sobre um conceito integrador de patrimônio, onde o material e o imaterial representam diferentes dimensões do mesmo patrimônio em uma visão mais relacionada à realidade e particularidade nacionais.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- _____. Decreto nº 3.551, de 2 de outubro de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- _____. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. Disponível em: < https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html> Acesso: 20 nov. 2020.
- CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS. Carta de Veneza. 1964. Veneza. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso: 20 nov. 2020.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 22, 1987.
- _____. Inventário como instrumento de proteção: A experiência pioneira do IPAC-Bahia. In: MOTTA, L.; SILVA, M. B. de R. (Orgs). Inventários de identificação: um programa de experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas. Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações. 1931. Disponível em: < Carta de Atenas >. Acesso: 20 nov. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

GONZÁLEZ-VARAS, I.. Conservación de bienes culturales: teoría, história, principios y normas. Madrid: Cátedra, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Diagnóstico dos inventários de identificação do IPHAN. In: MOTTA, L.; SILVA, M. B. de R. (Orgs). Inventários de identificação: Um programa de experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

SANT'ANNA, Márcia. A face Imaterial do Patrimônio Cultural: Os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SCIFONI, S. Paisagem cultural. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso: 20 nov. 2020.

UNESCO/ ICOMOS/ ICCROM. Carta de Nara. Conferência sobre autenticidade em relação a Convenção do Patrimônio Mundial. 1994. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>>. Acesso: 20 nov. 2020.

UNESCO. Recomendação de Paris. Proteção do patrimônio mundial, natural e cultural. Paris, 1972. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso: 20 nov. 2020.

UNESCO. Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention. Paris: World Heritage Centre, 1978.

UNESCO. Recomendação de Paris. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. 2003. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>>. Acesso: 20 nov. 2020.



XII



atividade turística
pode ser tanto
enquadrada como
uma estratégia do
desenvolvimento
territorial quanto
entendida como vetor
para encerrar o ciclo
recorrente da pobreza
e da desigualdade
socioeconômica.“

O turismo como estratégia para o desenvolvimento territorial

| *Felipe Fehlberg Herrmann e*

| *Fábio Guimarães de Castro Neves*

Preâmbulo



fim de colaborar com o desenvolvimento do território, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em conjunto com a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), o Instituto Politécnico de Tomar (IPT) e a Prefeitura Municipal de Morro Redondo uniram esforços para a instalação de um Pólo da Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território, com o objetivo de desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito dos princípios orientadores da cátedra. Como marco inicial desta ação, foi integrado o Projeto “Reconhecimento, Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Morro Redondo/RS”, o qual prevê a promoção de ações de reconhecimento, a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural material da cidade de Morro Redondo/RS, potencializando e intensificando, por ações relacionadas à tradição doceira da antiga Pelotas, as possibilidades de geração de renda, diminuição da evasão de jovens, promoção da cidade como destino turístico cultural e incremento do roteiro turístico.

Dessa forma, o presente capítulo busca investigar o desenvolvimento territorial por meio de uma análise teórica e do histórico da sua implementação no sul do RS, fazendo um olhar especial ao município de Morro Redondo, escolhido para abrigar as primeiras ações do Pólo da Cátedra UNESCO-IPT, e sua aptidão para a implementação e fortalecimento da atividade turística como vetor de desenvolvimento sustentável.

1. A estratégia do desenvolvimento territorial



om a noção de território, o planejamento do desenvolvimento ganhou força mundial a partir dos anos de 1970, com a constatação de diversas experiências internacionais de sucesso no âmbito da organização e produção organizada em territórios. Esse modelo despertou o interesse de organizações internacionais, como o Banco Mundial repensando modelos de investimentos. Já no Brasil, surgiu na década de 1980, no mesmo período da redemocratização do País (ORTEGA E MENDONÇA, 2007).

Havia uma forte demanda da sociedade civil por uma descentralização do poder, devido ao período anterior ter sido marcado por políticas centralizadas. Condizente com este processo de descentralização, se preconizava a redução da participação do Estado na economia. Sob essa ótica de controle dos gastos públicos, influenciar o desenvolvimento local a partir da constituição de arranjos socioprodutivos locais era um meio de promover o desenvolvimento autônomo e endógeno dos territórios, sem a necessidade de grande intervenção do Estado (ORTEGA E MENDONÇA, 2007).

Nessa linha, em 2004 é oficialmente criada a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) no Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA. Na ocasião, considerado pelo IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) um passo importante para o fortalecimento de uma estratégia de claro enfoque territorial para as políticas públicas do meio rural. Fica sob a responsabilidade da nova secretaria do MDA pensar e executar a estratégia de desenvolvimento dos territórios rural do Brasil. De acordo com o IICA (2010):

Esta decisão de passar de um foco centrado nos temas fundiários e de agricultura familiar para uma concepção integral territorial, parte do reconhecimento de que os objetivos do desenvolvimento sustentável ultrapassam a dimensão econômico produtiva da agricultura familiar e envolvem outras esferas da vida social. (IICA, 2010, p. 87)

A criação da Secretaria está em linha com o trabalho de Da Veiga (2002) intitulado “Cidades Imaginárias”, o qual destaca que apesar de 80% da população brasileira ser urbana, na realidade, muitas das cidades do Brasil têm características de meio rural e, portanto, meios de vidas rurais. A partir desta constatação, verifica-se a importância de se fomentar políticas de promoção das regiões rurais, de modo que essa grande fração da população do País, marcada por desigualdades de renda e exclusão social, tenha voz e importância na constituição de políticas públicas.

A partir do início dos trabalhos da SDT, cria-se o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) com o objetivo de “promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável nos níveis de qualidade de vida da população rural” (SDT/MDA, 2004, p. 2). A partir desta constatação, o programa busca fomentar e promover o fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação nos territórios rurais, tendo como critério o planejamento da gestão social de forma autônoma, sustentável e participativa. Além disso, buscam-se iniciativas locais com o intuito de dinamizar os territórios no sentido econômico e a articulação de políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades socioeconômicas (SDT/MDA, 2004).

A definição de território para a SDT/MDA (2004) é de:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições –, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”. (SDT/MDA, 2004, p. 2-3)

Logo, expressa-se o fato de que os territórios se estendem a mais do que o âmbito municipal, de modo que é incentivada pelo programa a criação de consórcios intermunicipais para organizar as estratégias territoriais de desenvolvimento sustentável.

2. O território da cidadania Zona Sul do Rio Grande do Sul



Programa Territórios da Cidadania surge a partir do Decreto 25 de fevereiro de 2008, e é consequência do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). A nova proposta tem o objetivo de “promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2014). De acordo com o Decreto, são os objetivos específicos do programa: (1) a integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; (2) ampliação dos mecanismos de participação social da gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios; (3) ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; (4) inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais e (5) valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

Para se constituir como território participante do programa os Territórios da Cidadania é necessário apresentar densidade populacional média abaixo de 80 hab/km² e, concomitantemente, população média municipal de até 50 mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes. Esses agrupamentos são feitos pela Comitê Gestor Nacional, levando em consideração questões culturais, sociais, geográficos e econômicos reconhecidos pelas próprias comunidades locais em uma visão histórica.

O Território da Cidadania Zona Sul do Estado do RS possui uma população de 863.956 habitantes, onde 151.765 vivem em áreas rurais, correspondente a 17,57% e uma população urbana de 712.191, o que corresponde a 82,43% do total. Abrange uma área de 39.960 Km², limita-se à leste pelo Oceano Atlântico e, ao Sul, faz fronteira com o Uruguai e é composto por 25 municípios:

Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. A Figura 1 ilustra abrangência do Território da Cidadania da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

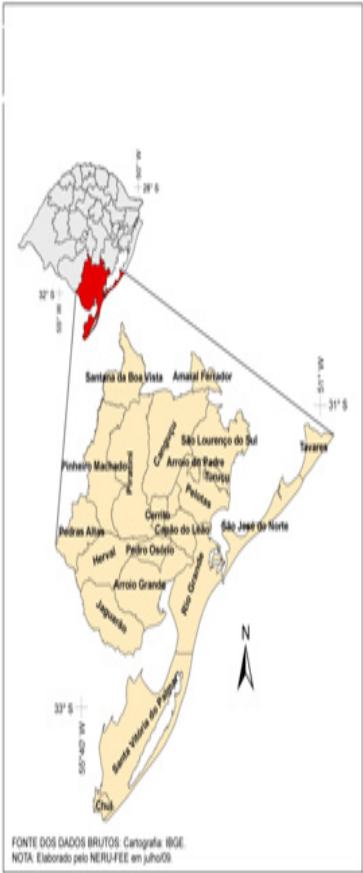


Figura 1 – Mapa do Território da Cidadania da Zona Sul do Estado do RS.
 Fonte: Adaptado de PTDRS, 2009.

Destacam-se nesta região, os municípios de Pelotas, reconhecido como polo universitário e Rio Grande, pelo polo naval. Tais cidades concentram cerca de 60% da população total e possuem os melhores índices socioeconômicos da região, diferentemente dos demais municípios de menor porte e com características rurais, os quais em sua maioria possuem indicadores abaixo da média nacional. No extremo sul do território, mais precisamente nos municípios de Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Chuí, tornam-se realidade a geração de energia eólica, com a instalação de parques que mudam a paisagem daquelas áreas.

Além de suas especificidades geográficas, na área rural se constitui como marca latente a diversidade étnica, onde a presença da agricultura familiar é expressiva e representada pelas colonizações de açorianos, alemães, italianos, franceses, entre outros, com suas diferentes culturas, tradições, habilidades e conhecimentos. Existem 32.160 agricultores familiares, 3.615 famílias assentadas de reforma agrária, 36 comunidades quilombolas e cerca de 6.000 famílias de pescadores artesanais, onde as mulheres representam 46,70 % dessas populações, além de populações indígenas (Guaranis) que acampam ocasionalmente à beira de rodovias. A Tabela 1 representa esta composição social.

Agricultores Familiares	Assentados de reforma agrária	Quilombolas	Pescadores Artesanais	Indígenas
(Famílias)	(Famílias)	(Comunidades)	(Famílias)	(Comunidades)
32.160	3.615	36	8.000	00

Tabela 1 – Demanda Social / Composição do meio rural do Território Zona Sul do Estado/RS.

Fonte: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>) ago/2013.

Corroborando, a Tabela 2 apresenta uma visão geral da população e situação do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios que compõem Território da Cidadania da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Nota-se que no território possui uma significativa população na área rural.

Municípios	Popu- lação Total	Rural	Partici- pação (%)	Urbana	Partici- pação (%)	IDHM
Aceguá	4.394	3.335	76	1.059	24	0,68
Amaral Fer- rador	6.353	4.487	71	1.866	29	0,62
Arroio do Padre	2.730	2.276	83	454	17	0,66
Arroio Grande	18.470	2.385	13	16.085	87	0,65
Candiota	8.771	6.173	70	2.598	30	0,69
Canguçu	53.259	33.565	63	19.694	37	0,65
Capão do Leão	24.298	1.916	8	22.382	92	0,63
Cerrito	6.402	2.655	41	3.747	59	0,64
Chuí	5.917	220	4	5.697	96	0,70
Cristal	7.280	3.203	44	4.077	56	0,64
Herval	6.753	2.234	33	4.519	67	0,68
Hulha Negra	6.043	3.134	52	2.909	48	0,64
Jaguarão	27.931	1.826	7	26.105	93	0,70
Morro Redondo	6.227	3.579	57	2.648	43	0,70
Pedras Altas	2.212	1.444	65	768	35	0,64
Pedro Osório	7.811	510	7	7.301	93	0,67
Pelotas	328.275	22.082	7	306.193	93	0,73
Pinheiro Ma- chado	12.780	2.996	23	9.784	77	0,66
Piratini	19.841	8.271	42	11.570	58	0,65
Rio Grande	197.228	7.799	4	189.429	96	0,74
Santa Vitória do Palmar	30.990	4.100	13	26.890	87	0,71
Santana da Boa Vista	8.242	4.519	55	3.723	45	0,63
São José do Norte	25.503	8.120	32	17.383	68	0,62

Municípios	Popu- lação Total	Rural	Partici- pação (%)	Urbana	Partici- pação (%)	IDHM
São Lourenço do Sul	43.111	18.874	44	24.237	56	0,68
Turuçu	3.522	2.035	58	1.487	42	0,62
Observação: 46,7 % da po- pulação rural é composta por mulheres						

Tabela 2 - População, situação de domicílio e IDH dos municípios que compõem o Território Zona Sul do Estado do/RS.

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010 (adaptado).

Ademais, na Tabela 3 se apresenta os índices de desenvolvimento humano da região, contextualizando os valores com outras partes do mundo. Nesse sentido, percebe-se que o IDH no estado do Rio Grande do Sul está acima da média do país, fato que em alguma medida reflete os avanços que o estado vem tendo na combinação de fatores sociais e econômicos. No entanto, observa-se que o IDH do território em análise está abaixo da média nacional e estadual, o qual foi obtido a partir da fórmula $(\sum Xi)/n$, onde Xi =IDH dos municípios e n =número de municípios.

Localidade – IDH	Índice	Fonte
IDH Europa e Ásia Central	0,750	<i>United Nations Development Programme, 2014</i>
IDH Portugal	0,817	<i>United Nations Development Programme, 2014</i>
IDH América Latina e Caribe	0,770	<i>United Nations Development Programme, 2014</i>
IDH Brasil	0,726	<i>United Nations Development Programme, 2014</i>
IDH Rio Grande do Sul	0,746	IpeaData, FEE, 2014
IDH Zona Sul*	0,670	IpeaData, FEE, 2014

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Por último, a lógica da organização em territórios é entendida como estratégia para colaborar na melhoria dos indicadores socioeconômicos. Contudo, assim como definido pela SDT (2004), a lógica de organização do território deve considerar diferentes elementos locais para sustentar seu processo de desenvolvimento sustentável. Seguindo essa linha, caracterizam-se como elemento peculiar do município de Morro Redondo campo de trabalho do Polo da Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades, Gestão Cultural Integrada do Território e o território, no qual está inserido o turismo. Assim como reverberando em diferentes territórios vizinhos.

3. Turismo como estratégia para o desenvolvimento territorial



atividade turística pode ser tanto enquadrada como uma estratégia do desenvolvimento territorial quanto entendida como vetor para encerrar o ciclo recorrente da pobreza e da desigualdade socioeconômica. Somado às potencialidades intrínsecas ao turismo que podem colaborar ao desenvolvimento sustentável e duradouro. Diferente de outros setores e/ou produtos, o turismo valoriza e fortalece as micro e pequenas empresas locais. Ademais, a efetivação de ações turísticas em territórios menos desenvolvidas é factível e de baixo investimento.

Tomporoski (2016) cita que a articulação entre turismo e desenvolvimento territorial produz resultados positivos, tais como aporte de recursos para investimentos, mudança dos padrões de comportamento, estímulo ao processo de cosmopolitização etc. Contudo, o sucesso dessa empreitada e a obtenção de seus resultados benéficos, dependem, primordialmente, de planejamento e, em última instância, da política que será aplicada ao setor.

O projeto piloto do Polo da Cátedra UNESCO – IPT acontece no município de Morro Redondo, a qual analisa as possibilidades de incrementar o seu desenvolvimento de forma sustentável a partir do Turismo.

3.1. A estratégia de desenvolvimento do Turismo em Morro Redondo



Morro Redondo ergueu-se a partir do loteamento de sesmarias (13.063 hectares cada) pertencentes a portugueses — os primeiros imigrantes a chegarem a essa área, principalmente à região hoje denominada Passo do Valdez, onde também se estabeleceram os primeiros comércios da localidade. O nome Morro Redondo origina-se de uma elevação de formato arredondado situada na zona urbana do atual município. A imigração italiana teve início em 1875, com o loteamento de terras pertencentes ao português Afonso Pena, que originariam, mais tarde, a atual colônia Afonso Pena. O primeiro núcleo de colonizadores alemães e pomeranos estabeleceu-se na atual colônia São Domingos, no ano de 1886, com o loteamento das terras pertencentes ao político José Domingos de Almeida. O fluxo de colonização alemã progrediu até 1892. Aspectos das colonizações alemã e portuguesa predominam na arquitetura do município, própria da região rural do sul do estado (IBGE, 2018).

Século mais tarde, Morro Redondo, originado de um distrito de Pelotas foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 8.633, de 12/05/1988, alterada em seus limites pela Lei Estadual nº 9.025, de 08/02/1990. O município foi instalado em 1º/01/1989, constituído do distrito-sede (IBGE, 2018).

O seu território está inserido no bioma Pampa, possuindo uma extensão de 244,645 Km², e segundo o último censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010, a população de Morro Redondo era de 6.227 pessoas, sendo que destas, 2.648 (42,52%) viviam na zona urbana e, 3.579 (57,48 %), na área rural. Sua densidade habitacional é de 25,45. hab/Km².

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, que é uma medida geral e sintética usada para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos municípios, variando de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1 indica um maior desenvolvimento humano (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

No Gráfico 1, pode-se observar o desempenho deste índice entre os períodos de 1991-2010 e sua comparação com a média do Estado do RS .

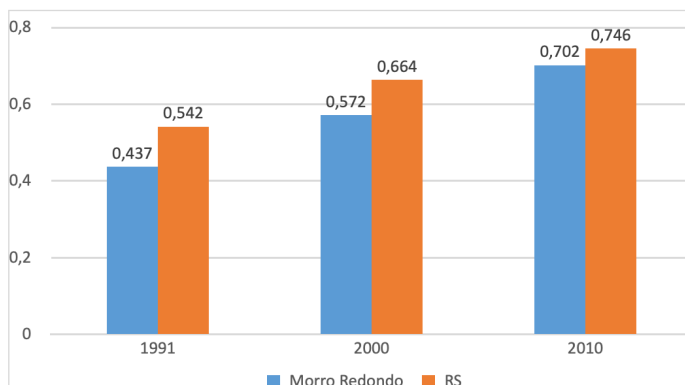


Gráfico 1: Comparação entre IDH do Morro Redondo e do RS

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A economia do município está alicerçada no agronegócio e serviços, tendo como média salarial dos trabalhadores formais dois salários-mínimos (IBGE 2018) e um PIB per capita de R\$ 13.590,80 (IBGE 2017).

Segundo informações do site Meu Município, no ano de 2018, o índice de geração de receita própria, que mede a capacidade da prefeitura de gerar receitas de origem tributária e de contribuição econômica para cada Real de transferências governamentais, foi de 0,09 o que significa uma baixa capacidade de produzir recursos de uma forma própria, dependendo fortemente de transferências intergovernamentais para realização do seu custeio e investimentos (MEU MUNICIPIO, 2018).

A partir das informações supracitadas, nota-se que Morro Redondo é um município de porte pequeno, com baixa densidade demográfica e com a maioria da sua população vivendo na zona rural; que o seu IDH está abaixo da média do RS, mas ao longo dos anos, vem crescendo percentualmente mais do que a medianidade do estado, e possui uma baixa capacidade de gerar recursos de forma própria.

Diante dessa situação, entendendo e respeitando as suas características naturais, históricas, culturais, econômicas e sociais, como o município pode estimular seu crescimento sustentável? Um dos caminhos é o turismo, que constitui uma das principais atividades econômicas do mundo estando incluída

nas políticas desenvolvimentistas de todos os países, pela sua enorme força transformadora, através dos significativos impactos que produz sobre a economia, geração de emprego e renda, cultura e ambiente (social e natural).

A atividade turística, se bem planejada e acompanhada pelas partes interessadas, traz benefícios para o território, tais como: conservação e melhorias do meio ambiente, preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial, incremento da autoestima da população, novas oportunidades de empreender, diversificação da matriz econômica, geração de empregos e renda, aumento na arrecadação de impostos, evitar a migração de pessoas que por falta de oportunidades, redução da pobreza e desigualdades sociais.

A cadeia do turismo envolve uma gama bastante diversificada de consumo e prestadores de serviços, possuindo, como característica, um grande efeito multiplicador de recursos, ou seja, os valores deixados pelos turistas para pagar as suas despesas, monetiza os estabelecimentos que diretamente tiveram contato com eles que, por sua vez, repassam aos seus fornecedores de produtos e serviços. Dessa maneira, cria um círculo virtuoso para o desenvolvimento local, já que gera emprego e renda não só nos empreendimentos que lidam diretamente com os visitantes, mas impacta em quase todos os setores econômicos do território.

Salienta-se, sobretudo, que para uma cidade ser turística não basta apenas ter atrativos, necessita de uma mobilização coletiva na implementação de ações capazes de disponibilizar infraestrutura, serviços e promoção do destino a fim de captar visitantes.

No Morro Redondo, temos um exemplo de sinergia entre diversos atores para fomentar o turismo no município, trata-se da AETMORE (Associação dos Empreendedores de Turismo de Morro Redondo), que teve como a sua origem um projeto de apoio ao desenvolvimento do turismo rural, idealizado em 2013 e conduzido pelo SEBRAE-RS, contando com a parceria da Prefeitura Municipal e Câmara dos Vereadores, EMATER-RS, ASCAR, EMBRAPA, UCPel, empresários locais e produtores rurais.

As ações da Associação estão voltadas para a sustentação e crescimento do roteiro turístico chamado **Morro de Amores**, o qual visa atrair visitantes que desejam ter momentos que não teriam em centros urbanos, através da contemplação da

natureza, de uma gastronomia típica e de um patrimônio cultural formado pela influência de diversas etnias, destacando-se a alemã, pomerana e italiana (ROTEIRO MORRO DE AMORES, 2020).

O roteiro está restrito à área do município de Morro Redondo e conta com aproximadamente 18 empreendimentos. Prioritariamente, visa atrair visitantes dos municípios vizinhos, como de Pelotas, Rio Grande, São Lourenço e outros.

Outro exemplo de integração entre os diversos setores para a promoção do desenvolvimento do território foi o programa LIDER – Liderança para o Desenvolvimento Regional, proposto pelo SEBRAE e cujo piloto foi implementado na Território da Zona Sul do RS. Consiste na interação de diversos atores e na construção de um planejamento de curto, médio e longo prazo, baseado em um conjunto de ações pautadas nas vocações e caminhos desenvolvimentistas visionados pelos participantes e que serão acompanhadas por eles, através de ferramentas e metodologias previamente definidas (LIDER, 2018).

O Programa envolveu centenas de pessoas de 42 municípios que compõem os territórios do Rio Grande do Sul, denominadas Zona Sul, Campanha e Fronteira Oeste. Nas três regiões, o desenvolvimento do turismo aparece como um dos eixos principais que deveriam ser trabalhados para o desenvolvimento sustentável do território (LIDER, 2018).

Fruto do entendimento de que o turismo é um elemento estratégico, foi encomendado para o Instituto de Pesquisa de Mercado da UNISINOS um trabalho de Posicionamento e Estratégias para o Turismo na Costa Doce Gaúcha, cujo objetivo era definir uma identidade por meio de propostas de valores dos destinos turísticos e propor estratégias/ações capazes de dar concretude ao propósito determinado. Na construção das propostas de valores, foram considerados 3 eixos, que são: paisagem, história e cultura.

O estudo foi realizado no período de um ano, cruzando informações da pesquisa “Oportunidades para o Desenvolvimento do Turismo na Região Sul do RS” (também originada por meio do Programa LIDER e realizada pelo IPM – UNISINOS), com levantamentos e entrevistas com agente locais e potenciais turistas.

Devido ao tamanho da região, a diversidade de características e a linha tênue que separa um atrativo turístico e um

local de interesse da comunidade local, a região foi dividida em quatro microrregiões (territórios) considerando a proximidade geográfica e o potencial similar de atrativos, permitindo, assim, a exploração das características marcantes de cada uma das partes sem perder o de vista o posicionamento do todo — Extremo Sul do Brasil.

O Morro Redondo faz parte do Território 3, denominada **Meu Pago**, juntamente com os municípios Arroio Grande, Piratini, Pinheiro Machado e Canguçu. Esta micro região está alicerçada em três pilares, a saber:

1. A memória da Revolução Farroupilha e todos os resquícios que seguem presentes e marcados no território;
2. O culto às tradições, costumes e folclores do gaúcho, com suas indumentárias, danças, músicas, valores etc.;
3. Por fim, a vida no campo com suas paisagens, estâncias, fazendas, plantações e gado, que permitem tanto um turismo de contemplação da natureza como também um turismo de convívio com as lidas rurais.

Esse estudo também elaborou um ecossistema do território “Meu Pago”, o qual pode ser visualizado na Figura 2:



Figura 2: Indicações de um ecossistema do território “Meu Pago”.

Fonte: Posicionamento e Estratégia para o Turismo na Costa Doce Gaúcha.

Entre as ações estratégicas sugeridas destacam-se: (i) Estâncias e Fazendas Show; (ii) Ampliar o conceito de Museus; (iii). Festival da Cultura; (iv) Produzir Audiovisualidades; (v) Profissionalizar o artesanato local, ao estilo Nordeste; (vi) Driblar a sazonalidade e potencializar atrativos; (vii) Patrimônio Histórico Multiuso; (viii) Propriedades rurais temáticas; (ix) Belos caminhos do Sul; (x) Novos usos para os CTGs; (xi) Uso do frio como atrativo. Além disso, o trabalho também apontou estratégias transversais a todos os territórios; plano de infraestrutura; plano de comunicação e uma marca para trabalhar o novo posicionamento.

Estamos em um momento, devido à pandemia do COVID-19, de reavaliar conceitos e formas de viagem a fim de buscar um maior equilíbrio entre a saúde, finanças, natureza e a sociedade. O que indica que haverá uma maior regionalização da atividade turística, pois os visitantes tenderão a procurar por viagens mais baratas que não necessitam de passagens aéreas e da compra de moedas estrangeiras valorizadas perante o Real. Atrativos ligados à natureza serão mais procurados em virtude de permitir um maior distanciamento social, principalmente aqueles onde podemos chegar com o auxílio do uso de veículos particulares, assim, evitando, o contato com outras pessoas que não são do seu círculo próximo de relações, além de ter uma maior flexibilidade no deslocamento, principalmente para quem busca explorar belezas naturais, que ficam mais isoladas (SEBRAE, 2020).

Anteriormente, vimos que em Morro Redondo há uma sinergia entre diversos atores capaz de conseguir atrair visitantes, principalmente oriundos das cidades de seu entorno, proporcionando-lhes oportunidades únicas de um contato mais estreito com a natureza e a cultura gaúcha, além de lhes oferecer uma rica e variada experiência gastronômica. Somamos o fato de que as características dos atrativos que já estão sendo trabalhadas ao longo dos anos em Morro Redondo vão ao encontro dos novos comportamentos e tendências que habitam o nosso planeta após a pandemia da COVID-19.

Pelo exposto, podemos concluir que o Morro Redondo possui elementos robustos para trabalhar a atividade turística, que já é uma realidade no município, funcionando como um vetor de desenvolvimento para o seu território, onde observamos ações concretas e articuladas por parte do poder público, entidades diversas, empresários e comunidade.

Referências

ATLASBR. **Morro Redondo**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/431245>>. Acesso em: 2 de nov. de 2020.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. **Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, set.-dez. 2004.

BRASIL. Banco Central do. **FAQ – PRONAF**, 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#2>. Acesso em: 02 de nov. de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2005a. 32 p. (Série documentos SDT, 1). Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_212-28-11-2012-11-25-585155.pdf>. Acesso em: 05 nov. de 2020.

DA VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Autores associados, 2002.

DECRETO 25 DE FEVEREIRO DE 2008. **Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm> Acesso em: 2 de nov. de 2020.

DECRETO 24 DE NOVEMBRO DE 2011. **Altera o Decreto de 25 de fevereiro de 2008, que institui o Programa Territórios da Cidadania**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13157.htm> Acesso em: 2 de nov. de 2020.

FEE, F. E. D. E.-. FEE Dados. **Porto Alegre: Fundação Estadual de Estatística** 2014.

FAVARETO, A. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Bra-

sil: avanços e desafios / Arilson Favareto... [et.al] -- Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12) 220p.

IBGE. **Censo Demográfico**. Caracterização da População dos Domílios. Resultados do Universo. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Panorama – População**. Caracterização da População do Município de Morro Redondo. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/morro-redondo/panorama>>. Acesso em: 2 de nov. de 2020.

LIDER: **Uma metodologia de liderança para o desenvolvimento regional** / André Luis Vieira Campos (Org.), Emilio Beltrami (Org.), Victor Ribas de Almeida (Org.), Fábio Antoldi (Org.). Porto Alegre: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul - Sebrae RS, 2018.

MEU MUNICIPIO. **Dados de Morro Redondo**. Caracterização da População do Município de Morro Redondo. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < <https://meumunicipio.org.br/indicadores-municipio/4312450-Morro-Redondo-RS?exercicio=2018>>. Acesso em: 2 de nov. de 2020.

MIELITZ NETTO, C. G. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. **Análise Comparada de Políticas Agrícolas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

ORTEGA, A. C. (2007). **Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 45(2), 275-300.

ORTEGA, A. C.; MENDONÇA, N. C. **Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas**. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e

Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul** – 4 Ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento e Orçamento, 2019.

ROTEIRO MORRO DE AMORES. **Produtos e Serviços do Roteiro Morro de Amores de Morro Redondo, RS**. Disponível em: < <https://morrodeamores.com.br/>>. Acesso em: 2 de nov. de 2020.

SEBRAE. **Perfil das Cidades Gaúchas. Morro Redondo**. Morro Redondo. Disponível em: < https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Morro_Redondo.pdf>. Acesso em: 2 de nov. de 2020.

SEBRAE. **Sebrae Inteligência Setorial**. Tendências no turismo pós pandemia - Reflexões. Disponível em: < <https://sebraeinteligencia-setorial.com.br/produtos/noticias-de-impacto/tendencias-no-turismo-pos-pandemia-reflexoes/5efb3bfica02c51900916723>>. Acesso em: 2 de nov. de 2020.

SILVA, F. P.M. Desenvolvimento territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia. 2012. 251 f. 2012. **Dissertação (Mestrado em Economia)** –Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais.

TOMPOROSKI, A. A. **Turismo Como Estratégia Para Desenvolvimento Territorial Do Contestado: O Caso Exemplar Do Território Castilha-La Mancha**. Informe GEPEC, Toledo, v.20, n.2, p. 28-37, Jul/Dez. 2016.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. Portal Eletrônico. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosruais/one-community>>. Acesso em: 2 de nov. de 2020.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Open data: United Nations Development Programme** 2014.



XIII



“  todavía una palabra clave: Cultura y sus atributos locales, para significar un segmento absolutamente especial, dentro de la gran Historia, ¡una expresión de esas raíces, de esa identidad, exactamente!“



Memoria histórica del territorio, cultura local y desarrollo sostenible

| *Alfonso Andria*



El tema confiado al nuestro Centro de Ravello por los Profesores Luiz Oosterbeek y Inguelore Scheunemann, ambos miembros prominentes de nuestro Comité Científico, es realmente desafiante, porque está arraigado en el mismo fundamento y espíritu de nuestra institución cultural. El Centro nació en 1983 bajo los auspicios del Consejo de Europa y tiene como misión la formación en el campo de la protección, defensa, puesta en valor y promoción del Patrimonio Cultural, en general.

Me gustaría centrarme en la palabra “territorio”, que es un elemento fundamental del Desarrollo, pero también un lugar físico en el que el Ciudadano ejerce sus derechos y cumple con sus deberes, contribuyendo así al Desarrollo y convirtiéndose en su protagonista: de ahí la idea de Ciudadanía Activa. No es casualidad sino que corresponde a un objetivo concreto, que el Centro de Ravello ha dado a su revista trimestral online el título de “Territori della Cultura” (Territorios de la Cultura), que se publica desde hace más de diez años. Se ha elegido un campo en el que transferir la especulación intelectual que está desarrollando con el tiempo, representada por las contribuciones individuales de los especialistas y estudiosos de diferentes temas siempre consistentes con esos principios básicos. Por lo tanto hemos tenido la intención de ofrecer un instrumento útil para el debate, un foro mediante el cual fomentar la circulación de ideas, el conocimiento de las buenas prácticas en Italia y en el extranjero, el intercambio de experiencias. Es un pequeño aporte que Ravello, gracias a sus relaciones con Instituciones que operan en el contexto europeo, así como con representantes políticos y tomadores de decisiones, quiere ofrecer para la construcción de una “red” con el objetivo de consolidar relaciones en torno a acciones

conjuntas y iniciativas comunes. Básicamente es una respuesta más desarrollada -porque interpreta el mundo de hoy- que la idea original de los Socios Promotores y los Cuerpos Fundadores de esta hermosa y ahora consolidada institución.



Figura 1: Villa Rufolo, Jardines.

Fuente: colección de la institución

Todavía hay una palabra clave a la que no siempre en el tiempo que estamos viviendo le damos la misma importancia, sin embargo tiene un significado profundo porque contiene en sí misma, la historia viva, las raíces culturales de un pueblo, las señas de identidad de territorios: memoria que es ante todo y no solo un valor intangible

Todavía una palabra clave: Cultura y sus atributos locales, para significar un segmento absolutamente especial, dentro de la gran Historia, ¡una expresión de esas raíces, de esa identidad, exactamente! Y aquí está el tema del apego a las vocaciones originarias, es decir a aquellos elementos que identifican fuertemente a una Comunidad, pero que al mismo tiempo pueden ser

la palanca del Desarrollo. Es el desafío que enfrentan las comunidades y territorios, el máximo esfuerzo que se puede realizar, el límite razonable de sostenibilidad y compatibilidad.

En la vida del Centro de Ravello, que ya tiene cuarenta años, estos temas, como me he referido en parte, siempre se han tratado en profundidad y son objeto de especulación intelectual, de actividades científicas e investigaciones, y de módulos de formación bien organizados.

Precisamente hay una línea de nuestro trabajo, cuyas indicaciones de contenidos decidimos encomendar a un gran arqueólogo y intelectual George Vallet, en los años en los que fue Vicepresidente del Centro. Su lectio (1994) muestra el rumbo que tomará la segunda década de actividad del Centro y su título puede ser considerado una especie de “manifiesto”: “Los valores del medio ambiente difuso”. Cada palabra de ese texto es iluminadora, una visión real de lo que sería más tarde ser por nosotros, un pedazo de “futuro”!



Figura 2: Manifiesto Ravello Lab. 2020
Fuente: colección de la institución.

Desde su autoridad, en su discurso de apertura, pero con gran sencillez, el profesor Vallet comenzó diciendo: «Vamos a hablar de nuevos programas para la segunda década del Centro y esto es absolutamente normal. Pero me gustaría subrayar ante ustedes, cómo y por qué nuestros programas, los de ayer y de mañana, los de la primera y de la segunda década, se encuentran dentro de la misma directriz, el que hace nueve años, la que fue llamada “L’Esprit de Ravello”. Por suerte hay nuevos programas, pero por suerte estos también siguen la línea de una continuidad más estrecha de una política cultural. En el folleto elaborado por nuestro Presidente, para la reunión de hoy, se citan algunas líneas de la declaración denominada “L’Esprit de Ravello”; debemos leerlos una vez más: el principio básico afirmado es el de la “Unidad de la Cultura”, afirmación que tiene como clara consecuencia, una colaboración estricta y permanente entre las ciencias llamadas exactas y las ciencias humanas[...]. El interés del Centro por la educación de los jóvenes, el mundo de la escuela, de la universidad, genera muchas oportunidades para demostrar que las ciencias humanas y en particular una educación clásica sólida, para llamarla con su nombre, no son una pérdida de tiempo para quien ha elegido un campo estrictamente científico, sino más bien la garantía de una auténtica sensibilidad cultural, y sólo para contarlos con las palabras del querido Montaigne: “la certitude d’une tete bien faite”.

Pero el punto más interesante de su intervención, que se ha convertido para nosotros en una auténtica pauta a seguir, es la definición que da de Patrimonio: Ya he dicho que una de las características del Centro es la fórmula Investigación-Intervención, es decir, investigación orientada a la intervención y, obviamente, como prioridad, la intervención para “la defensa y la ilustración” del patrimonio. Por razones de claridad, en la presentación y la definición de los contenidos de los programas, el equipo del Centro ha acordado afirmar que, si bien continúa con la misma política de Investigación-Intervención, sobre algunos de los aspectos del Patrimonio considerado de “mayor” importancia, se prestará una atención cada vez mayor, durante la próxima década, al patrimonio considerado de “menor” importancia. Este

punto merece atención: en primer lugar, como ya he especificado, esta distinción, yo diría, esta pseudo-distinción, debe usarse sólo de una manera muy pragmática, a la hora de definir los contenidos de los programas. Detrás, por el amor de Dios, ¡no hay filosofía, ni categorización de niveles entre mayor y menor! Por otro lado, en mi opinión, esta definición probablemente será revisada, también porque, para un lector no cauteloso, puede recordar erróneamente la vieja distinción, ahora obsoleta, entre artes mayores y menores. Claramente no es así: la mejor prueba de ello es que en la presentación del futuro programa, los responsables de las actividades del Centro, han considerado implícitamente en la Investigación-Intervención sobre el patrimonio denominado de mayor importancia, temas de estudio referentes a categorías de objetos (monedas, morteros, cerámica, etc.) que se consideran artes menores en el pasado”.

Como es evidente, la lectio magistralis de George Vallet encarna y expresa principios universales, no solo referidos a la circunstancia en la que fueron explicados. Estoy seguro de hablar en nombre del equipo de Ravello, si afirmo que para nosotros todo el patrimonio heredado por el hombre a través de la historia refleja esa combinación perfecta de diferentes factores, los unos físicos, tangibles, los otros que no lo son, que dependen de lo que debemos llamar cultura, de inventos, costumbres y, por qué no, de los sueños, combinación que sólo puede explicar, al menos en parte, la larga marcha de la sociedad de ayer, así como explica el funcionamiento de la sociedad de hoy. Se acabó el tiempo en que el historiador, consciente o inconscientemente, privilegiaba sistemáticamente unos hechos, unos datos en detrimento de otros. Como bien subrayó Georges Duby, la historia moderna se ha beneficiado enormemente, en los años de la posguerra, de las profundas relaciones que ha tenido con la geografía, con esta hermosa ciencia de los paisajes, del medio ambiente, es decir, de conjuntos, que trabaja con una perspectiva que obliga a los estudiosos a considerar todos los componentes, incluso los que a primera vista pueden parecer menos importantes. Así como el historiador está interesado en lo que no cambia, más bien en el evento, en lo que persiste, más que en

las rupturas, tratando de encontrar los factores profundos (económicos, geográficos, culturales, etc) subyacentes a los hechos y fenómenos políticos y sociales superficiales, el investigador y el operador que trabaja con el patrimonio, deben interesarse por todas las huellas que la humilde rutina diaria de la vida de los hombres a la larga, deja, bajo la grandeza lírica de las creaciones, lógicamente mucho más espectaculares.

Y aquí está el punto central de su discurso del que se inspira el título “Los valores del medio ambiente difuso”): “Junto a monumentos, espacios públicos como el agorà o más tarde el foro, junto a la colección de obras de arte, casas, o más bien lo que queda de ellos, debe ser estudiado, preservado. Restos que muchas veces son realmente pocos, que no son tan espectaculares y son difíciles de interpretar y proteger, como muchos restos del nuestro patrimonio moderno, aquellos en los que nuestros investigadores están trabajando y quieren cada vez más trabajar. Espero que no hayas encontrado ninguna ambigüedad en mis palabras: si soy un poco reacio a utilizar la expresión “patrimonio menor”: es porque creo que está en su continuidad y solidez, el tejido conectivo real, la trama viva de la historia. Y dicho de paso, la expresión “valores ambientales difusos” me parece realmente buena “.

Desde hace quince años, el Centro, sin descuidar su actividad principal, se ha centrado, como se ha dicho, en la formación, ha encontrado nuevas formas de elaboración cultural. El ejemplo que mejor se ajusta al tema en discusión es “Ravello Lab-Colloqui internazionali” (Ravello Lab, debates internacionales), una especie de think tank sobre la relación entre Cultura y Desarrollo, que el Centro organiza en colaboración con Federculture (una federación que une las instituciones culturales italianas con actores públicos y privados). En octubre de 2020 se ha llevado la 15a edición, que se ha dedicado a un tema de especial actualidad: ITALIA Y EUROPA A LA PRUEBA DE EMERGENCIA. Un nuevo paradigma por la cultura. En todas las observaciones y ideas producidas por Ravello Lab desde su nacimiento, y particularmente en los últimos años, tanto en las sesiones plenarias como en los paneles temáticos, siempre se ha

investigado la relación Cultura-Desarrollo sin dejar de mirar a la industria creativa y la empresa cultural, como instrumentos para reactivar la economía local. El resultado es entonces la necesidad tantas veces enfatizada de una nueva ‘formación’, apoyándose en los recursos humanos, luego invirtiendo en el patrimonio de las inteligencias y de los talentos, el verdadero capital de los territorios.

Unas semanas antes del inicio de dicha última edición de Ravello Lab, en la Sala Spadolini del Colegio Romano, sede del Ministerio de Patrimonio y Actividades Culturales y de Turismo, habíamos presentado, como es nuestra costumbre, las Recomendaciones de la anterior edición (2019: La cultura como recurso para el desarrollo local. Una nueva alianza entre sector público y privado).

La especulación intelectual de Ravello Lab, la comparación entre las buenas prácticas, el conjunto de observaciones que produce cada edición, profundizan el tratamiento de temas más amplios, también como consecuencia de las reflexiones suscitadas por documentos de las instituciones europeas, así como por temas específicos sugeridos anualmente por ellos a los Estados miembros. Por ejemplo, en 2018, Año Europeo del Patrimonio Cultural, se abordaron en profundidad temas relacionados y también se ilustró la programación general de Matera 2019, como Capital Europea de la Cultura.

Solo la experiencia del Programa COC que la Comisión Europea puso en marcha hace algunos años, demuestra que las Capitales Europeas de la Cultura han ayudado con éxito a los Ciudadanos a volver a ser protagonistas de la historia. Europa, cada uno de sus Estados miembros, nunca debe perder de vista el papel del Ciudadano-actor. No olvidemos que en el territorio de la Unión todo el mundo tiene una doble ciudadanía”, y luego una doble responsabilidad, la del Estado al que pertenece y la europea, tal y como establece el Tratado de Maastricht (1992).

Sólo en Portugal, en Faro, el 27 de octubre de 2005, la Convención Marco del Consejo de Europa sobre el valor del patrimonio cultural para la sociedad, un documento importante centrado en el papel protagonista de los ciudadanos, fue “hecho” (como se dice coloquialmente).

Escuchar, dialogar, discutir la capacidad de imaginar respuestas a las necesidades de los individuos y de las comunidades, dan un nuevo significado a la expresión “Ciudadanía Activa” y plantean a la conciencia de una sociedad consciente y madura, nuevas preguntas, y plantean nuevos desafíos y dan lugar a un nuevo protagonismo. Es entonces el momento de la remodelación de un tejido social que se ha dejado demasiado tiempo, sin modelos, que ha perdido sus puntos de referencia y que hoy utiliza la inteligencia colectiva para el propósito más noble: revivir Comunidades, ayudarlas. para comenzar una nueva vida, para reconstruir!





XIV



“

reconhecimento de
um bem cultural como
patrimônio cultural
imaterial implica em
admitir-se que tal
bem se constitui de
memória viva [...]“

A tradição doceira pelotense: entre a memória, o patrimônio e o museu

| Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

“Se minha mãe estivesse viva, ela certamente iria achar muito estranho, e até mesmo engraçado, que o doce que ela fazia se tornasse patrimônio”.



com essa constatação que a filha de Dona Berola, uma das doceiras mais conhecidas na cidade de Pelotas/ RS, encerra a entrevista realizada pela equipe de pesquisadores do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) sobre o doce pelotense. Dona Berolina, ou Berola, como ficou conhecida na cidade, dedicou grande parte de sua vida ao ofício de doceira, preparando os chamados doces finos, arrumando-os em bandejas, adornando mesas de festas de bodas com buquês de flores, feitas com pasta de amêndoas, e recebendo em sua casa os clientes e suas encomendas.

O fazer doceiro transformou-se, pelo registro do patrimônio, na tradição doceira que caracteriza a região de Pelotas e antiga Pelotas, espaço geograficamente composto pela cidade de Pelotas e pelas localidades que a compunham no passado: Morro Redondo, Turuçu, Arroio do Padre e Capão do Leão. Tal região compõe o território de uma tradição que tem seus primeiros registros como atividade comercial nos finais do século XIX, como resultado do declínio da indústria charqueadora, atividade que levou ares de modernidade a uma cidade que se notabilizou por seu conjunto arquitetônico monumental e por uma vida cul-

tural que conferiu a ela o título de “Atenas do Sul”. Foi justamente a crise desse sistema econômico que fez com que as esposas dos chamados “Barões do charque” assumissem um papel proeminente na manutenção da economia doméstica, abalada pelo declínio das charqueadas. Voltando-se ao espaço da cozinha dos antigos casarões, essas mulheres passaram a fazer o que, por um aprendizado fundado na transmissão oral, já executavam no ambiente familiar – os doces em suas diversas formas, agora destinados a ser objeto de comercialização dentro do mesmo grupo social dessas antigas doceiras. Aqui vemos o início da tradição dos doces finos ou de bandeja, nomenclatura utilizada no meio doceiro.

No mesmo período, mas em outro espaço, o da região denominada Serra dos Tapes, o ingresso de levas de imigrantes de origem europeia foi responsável pela introdução da cultura do pêssego e de formas de processamento de frutas que, no decorrer do tempo, tornaram-se elementos de uma segunda tradição doceira, a dos doces de frutas ou coloniais. Frutas, como o pêssego, o marmelo, o figo e outras, foram sendo produzidas nas formas de cristalizados, em compota, em tabletes e em pasta. A essa produção, essencialmente artesanal e doméstica, somou-se outra de caráter industrial com as fábricas de compota que surgiram na região colonial e também no espaço urbano de Pelotas, um dos suportes econômicos mais importantes que, junto com os doces de bandeja ou doces finos, caracterizou a tradição doceira local.

Os doces – finos ou coloniais – apresentam-se como um dos traços culturais mais importantes da região de Pelotas e antiga Pelotas e foram objeto de aplicação da metodologia do INRC, no ano de 2005, por iniciativa da Câmara de Dirigentes Lojistas/CDL e da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas/

SECULT que, em associação com a Universidade Federal de Pelotas, propuseram a candidatura dos doces tradicionais pelotenses ao Edital do Ministério da Cultura em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a UNESCO. Através da metodologia do INRC, abordaram-se as duas tradições – dos doces finos e doces coloniais – em dois espaços distintos: o meio urbano e o meio rural, documentando-se os saberes associados ao fazer doceiro, os elementos da cultura material a ele associados, a narrativa de origem associada à herança da doçaria conventual portuguesa e as redes de transmissão que permitiram a replicabilidade de receitas e formas de fazer que caracterizam essa região até os dias atuais.

A realização do inventário possibilitou a incursão em espaços de produção, e em outros que se vinculam à circulação desses doces, aos sentidos que assumem como elementos de identidade e coesão social, presentes em redes de sociabilidade, nos comércios, como as confeitarias, nas comemorações diversas e em rituais religiosos. O fazer doceiro circunscreve-se em universos memoriais de longa duração, a exemplo da evocação de origem e formas de transmissão, mas também de uma memória afetiva e daquela que designa o ofício das doceiras como um aprendizado corporal, uma protomemória, tal como afirma Joël Candau (2011), ou a memória hábito, descrita por Henri Bergson (1989).

Os dados coletados no processo de Inventário permitiram formatar a candidatura do doce pelotense para registro como patrimônio cultural nacional, o que foi referendado, sob o título de “As tradições doceiras da região de Pelotas e Antiga Pelotas”, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, em maio de 2018, e inscrito no Livro de Registro dos

Saberes. É importante destacar que o registro das tradições doceiras ocorreu no espaço dos saberes e das expressões culturais, associado aos elementos da paisagem cultural e arquitetônica da cidade de Pelotas. O caráter imaterial ou intangível do fazer doceiro foi reconhecido como associado ao conjunto material, edificado, tangível, portanto, apontado como de “significativo valor histórico, artístico e paisagístico, testemunho do ciclo econômico e cultural do charque, que ocorreu no Rio Grande do Sul, entre 1800 a 1900”¹, inscrito nos livros do Tombo Histórico, Belas Artes, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Dessa forma, dois instrumentos foram acionados quando do registro desses bens culturais, a salvaguarda e o tombamento, formas de acautelamento designadas e agenciadas pelo poder público e cuja implementação depende de atores sociais diversos, fundamentos jurídicos aplicados e diferentes dispositivos colocados a esse objetivo.

A Convenção da UNESCO de 2003, denominada para Salvaguarda do Patrimônio cultural imaterial, definiu patrimônio cultural imaterial como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e saberes, assim como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe são associados”², reconhecidos como patrimônio pelas comunidades e pelos grupos aos quais estão associados na origem. Tal como afirma Arantes (2019), ainda que as heranças culturais e as práticas associadas à sua transmissão e proteção sejam próprias dos grupos humanos no interior das dinâmicas sociais, a Convenção da UNESCO interceptou tais práticas através da introdução de uma nova ordem – as listas representativas – e uma nova

1 <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1764/>

2 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>

terminologia, tal como a noção de salvaguarda.

As listas de PCI se apresentam, no plano da UNESCO e do IPHAN, como indexadores de bens culturais, que, no caso da UNESCO, representam o primeiro instrumento de universalização da categoria de patrimônio mundial, referenciando os bens de valor universal, e, no segundo caso, seguindo o mesmo princípio, como bens que representam um patrimônio de caráter nacional. Já a noção de salvaguarda fundamenta-se na ideia de que o PCI apresenta-se sempre com a conotação de algo em risco de desaparecimento, o “sentido de perigo que envolve a noção de patrimônio imaterial no discurso da UNESCO”(HAFSTEIN, 2014). Conforme a Convenção de 2003:

Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.³

O reconhecimento do patrimônio imaterial como uma “perda durável”, conforme aponta Gaetano Ciarcia (2006), torna as medidas de proteção do PCI como formas de preservação de um “ser” dinâmico, envolto em operações que paradoxalmente reconhecem essa possibilidade do desaparecimento, mas buscam impedi-lo através da valorização e transmissão dentro de uma cadeia temporal.

3 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>

No processo de proteção do PCI, são dispostos vários mecanismos destinados a ampliar ao máximo a “perda durável”, inerente aos bens culturais de natureza imaterial. Se a Convenção da UNESCO de 2003 confere grande destaque a dois processos de salvaguarda, que são a participação das comunidades atinentes ao bem cultural e o inventário de tais bens, o IPHAN antecipou em três anos tais processos, através do Decreto 3.551, de agosto de 2000, que instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e o registro de bens culturais de natureza imaterial (IPHAN, 2000).

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) destina-se a atuar na implementação do inventário, do registro e da salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial. O pós-registro, ou seja, a etapa final do processo de patrimonialização, nos termos do IPHAN, demanda um esforço no sentido de preservação e valorização do bem cultural, o que implica não apenas em disponibilizar e estimular a captação de recursos como em agir no sentido da participação ativa e contínua da comunidade de atores sociais envolvidos com tal patrimônio.

O reconhecimento de um bem cultural como patrimônio cultural imaterial implica em admitir-se que tal bem se constitui de memória viva, articula-se no interior de um grupo que lhe confere sentido e, como a cultura, é dinâmico, sensível às mutações internas ao grupo e externas a ele, a exemplo de transformações nas condições ambientais necessárias para a existência de determinadas expressões e certos saberes. Nesse sentido, os termos que melhor definem a salvaguarda associam-se com a ideia de boas práticas em torno da transmissão, conceito chave que remete para a ideia de continuidade no tempo, o passar de uma geração à outra e a permanência de sentidos na trajetória

dos grupos sociais. É importante pensar que os riscos de fixar o patrimônio cultural imaterial sob a ideia de formas “autênticas” ou “originais”⁴ são constantes, o que torna mais sensível e importante o processo de transferência de conhecimentos que ocorre em determinadas condições, tanto simbólicas quanto materiais.

A Convenção da UNESCO de 2003 apresenta indicações de medidas no sentido da salvaguarda, promoção e valorização do Patrimônio cultural imaterial, a serem adotadas pelos Estados Parte, a saber:

- a) adotar uma política geral visando promover a função do patrimônio cultural imaterial na sociedade e integrar sua salvaguarda em programas de planejamento; b) designar ou criar um ou vários organismos competentes para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território; c) fomentar estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como metodologias de pesquisa, para a salvaguarda eficaz do patrimônio cultural imaterial, e em particular do patrimônio cultural imaterial que se encontre em perigo; d) adotar as medidas de ordem jurídica, técnica, administrativa e financeira adequadas para: i) favorecer a criação ou o fortalecimento de instituições de formação em gestão do patrimônio cultural imaterial, bem como a transmissão desse patrimônio nos foros e lugares destinados à sua manifestação e expressão; ii) garantir o acesso ao patrimônio cultural imaterial, respeitando ao mes-

4 <https://ich.unesco.org/fr/sauvegarder-00012>

mo tempo os costumes que regem o acesso a determinados aspectos do referido patrimônio; iii) criar instituições de documentação sobre o patrimônio cultural imaterial e facilitar o acesso a elas. UNESCO, 2003)

Buscando melhor definir tais medidas, atualizando-as nos contextos gerais de produção do patrimônio cultural imaterial, a UNESCO faz uso das Diretrizes Operacionais para a implementação da Convenção de Salvaguarda do PCI, destacando-se o documento adotado pela Assembleia Geral dos Estados Parte, na segunda sessão da Convenção, em junho de 2008, com emendas adicionadas durante as sessões de 2010, 2012, 2014 e 2018. Tal documento aponta para um protagonismo das comunidades, no que se refere ao fomento e à transmissão do patrimônio cultural imaterial, bem como, em seu artigo 109, destina um papel fundamental aos centros de informação e difusão do patrimônio cultural imaterial, com ênfase em museus, arquivos, bibliotecas e outras entidades que se ocupam de “coleta, documentação, arquivamento e conservação dos dados do patrimônio cultural imaterial”⁵.

Observa-se que, ainda que as comunidades sejam chamadas a propor práticas de salvaguarda de seus patrimônios culturais imateriais, cabe ao poder público a disponibilização de recursos e o provimento de condições necessárias para garantir o processo de transmissão, sendo os museus importantes vetores de informação e guarda dos registros de bens culturais de natureza imaterial.

5 https://ich.unesco.org/doc/src/ICH-Operational_Directives-7.GA-PDF-FR.pdf

Museus e PCI: tensões e dilemas da representação



papel dos museus como agentes de fomento da salvaguarda dos bens de natureza imaterial foi tema da 7ª Assembleia Regional do ICOM secção Ásia, em outubro de 2002, na cidade de Shanghai. No documento gerado pela Assembleia, termos como interdisciplinaridade, documentação, participação, apresentação e interpretação do patrimônio cultural são apresentados como conceitos operacionais chaves que devem nortear as instituições museológicas enquanto espaços de disseminação e transmissão do patrimônio cultural imaterial.⁶

Da mesma forma, Giovanni Pinna, Presidente do ICOM-Itália, em 2003, enfatiza que compete às instituições museológicas o registro e a transcrição dos dados do patrimônio cultural imaterial, “transformando o patrimônio imaterial em patrimônio material, o qual deve ser preservado como testemunho histórico e cultural” (PINNA, 2003). Entretanto, adverte Pinna, “uma vez dispostos artificialmente ao abrigo do mundo exterior, essas expressões culturais vivas sofrem uma espécie de fossilização no espaço e no tempo” (*op. cit.*), processo frente ao qual o museu tem uma grande responsabilidade, refletindo sobre as ambiguidades que envolvem a operação de musealização e as formas narrativas que a envolvem.

No quadro dessa ambivalência de origem – preservar/disseminar –, que envolve o ato de musealização do patrimônio cultural imaterial, voltamo-nos ao processo de patrimonialização das tradições doceras da região de Pelotas e Antiga Pelotas,

6 <https://ich.unesco.org/doc/src/01367>

apresentando o museu que foi destinado a ser um dos vetores de salvaguarda desse patrimônio, destacando algumas atividades que vêm sendo desenvolvidas pela instituição.

O Museu do Doce da UFPel (Figura 1) foi criado em 2011, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas, e está sediado no chamado Casarão 8, um dos prédios que compõem o corredor eclético ao redor da praça central da cidade de Pelotas. O prédio, também denominado de Casa do Conselheiro, em alusão a ter sido residência do então Conselheiro de Dom Pedro II, Francisco Antunes Maciel, data de 1878 e reflete o apogeu econômico da cidade, resultado da atividade charqueadora (SANTOS, 2014). O estilo arquitetônico que melhor traduz esse período é o Ecletismo, abordado por Schlee (1993) em duas fases: a que vai de 1850 à 1900 e o eclético tardio, de 1900 à 1930, sendo a primeira com a predominância da mão de obra escrava como força construtiva e a introdução de elementos decorativos europeus, que aportavam na cidade através de empresas importadoras. O Casarão 8 é, portanto, um dos mais emblemáticos representantes desse período com a presença de estruturas em ferro e vidros coloridos, estuques decorativos, estatuária externa em cerâmica alouçada, e azulejos, que revestem a antiga cozinha, originalmente produzidos na França. Motivos do classicismo greco-romano aparecem em pinturas murais, como as escaiolas, e nos forros de estuque das principais peças da casa (SANTOS, 2014). A casa, para além de abrigar o Museu do Doce, é ela própria um exemplar do chamado Ciclo do Charque em sua ascensão e declínio, testemunho de uma sociedade que se forjou entre a violência e a brutalidade, que envolvia humanos e não humanos na indústria charqueadora, e o requinte das residências nas quais o doce circulava como parte integrante das dinâmicas de sociabilidade, como nos saraus, nas festas de bodas e nas comemorações natalinas.



Figura 1- Prédio do Museu do Doce
Fonte: Fotografia de Roberto Heiden, 2020.

Ao associar a tradição doceira ao conjunto arquitetônico de Pelotas, formado por construções dispostas em um traçado urbano que ainda guarda elementos visuais do século XIX, o registro do patrimônio imaterial nacional e sua inscrição numa lista representativa conferiram ao Museu do Doce um papel fundamental como agente de salvaguarda dessas expressões culturais associadas ao fazer doceiro ao mesmo tempo em que cancelaram o lugar no qual está implantado como um dos pilares dessa tradição.

O Museu assumiu a responsabilidade de ser um espaço de visibilidade da cultura material associada ao doce, de guarda e arquivamento de documentos, objetos (Figura 2) e narrativas vinculadas aos diferentes processos da tradição doceira e de local de práticas educativas sobre o doce como elemento cultural. Dispor, numa lógica expográfica, os diferentes tempos e sentidos que atravessam a tradição doceira aponta para uma dificuldade de origem que é a própria incursão do PCI no campo museológico, tal como já exposto neste texto.



Fig. 2- Tacho de cobre. Acervo do Museu do Doce

Fonte: Fotografia de Roberto Heiden, 2020.

Em seu papel de mediador entre a tradição doceira viva, a memória e os sentidos e significados atribuídos ao doce, o museu se define como um lugar de documentação e guarda de registros documentais, incluindo os depoimentos orais de detentores dos saberes relativos ao fazer doceiro, um espaço de recepção e conservação de objetos da cultura material associada a estes saberes e fazeres, e um constante esforço, traduzido nas exposições temporárias, por traduzir o patrimônio cultural imaterial em uma multiplicidade de expressões e registros.

No conjunto das atividades desenvolvidas pelo museu, abre-se destaque para a exposição temporária sobre “A tradição dos doces coloniais em Pelotas” e as narrativas femininas das executoras (do passado e do presente) da tradição doceira.

No primeiro caso, a exposição, inaugurada em março de 2019, teve como pressuposto a ideia de que os doces coloniais, ou de frutas, apresentam menos visibilidade do que os doces finos, sobretudo no que se refere ao uso da tradição doceira como elemento de divulgação cultural e turística da cidade. A escolha expográfica voltou-se aos elementos da cultura material associada ao fazer doceiro doméstico, tais como os tachos e diversos utensílios, utilizados tanto no processamento das frutas como no preparo e acondicionamento dos doces, assim como o maquinário utilizado nas atividades de produção industrial do doce. Ambas as dimensões, doméstica e industrial, foram dispostas num plano geográfico que se configura espacialmente, como as localidades da encosta da Serra dos Tapes, e num plano territorializante, que se traduz pela ruralidade que envolve práticas, formas de fazer e viver, que se inscrevem em uma longa duração e relações interétnicas e com o meio ambiente.

Utilizando-se de objetos utilitários, como caixas de ar-

mazenamento e transporte de frutas, equipamentos industriais e outros, referentes às atividades da cultura das frutas e ao processamento e produção do doce em pasta, cristalizado, em tabletes e em compota, exploraram-se as diferentes dinâmicas que se apresentam nestes processos, desde a produção no espaço das cozinhas domésticas, para consumo do grupo familiar, às formas manufaturadas e industriais dos doces de frutas, nas quais o fazer doceiro envolve relações de trabalho, adaptações às normas de vigilância sanitária, disposição dos produtos para distribuição no comércio varejista e criação de identidades visuais associadas aos mesmos.

Em relação à ruralidade, a exposição voltou-se para a dimensão de uma comensalidade na qual são fundamentais os produtos, como os doces em compota, as *schimmiers* (doces pastosos similares às geleias), as cucas (massa que combina técnicas de produção de pão com introdução de frutas em calda e cobertura com o que se denomina farofa), além dos bolos e dos biscoitos feitos para festividades, como Natal e Páscoa. O cenário de uma mesa de café típica de uma casa rural e os utensílios de preparo dos produtos culinários remeteram a tradições híbridas de uma região que combinou diversas etnias no processo de imigração e assentamento local.

Os objetos evocam casas, quintais, lavouras, cotidianos rurais, mas, também, evocam memórias gustativas e olfativas, como o odor dos biscoitos e das cucas assando nos fornos à lenha, o cheiro do doce sendo mexido no tacho de cobre, o sabor das pessegadas produzidas pelas avós. Observou-se, através dessa exposição, o que Joël Candau (2015) traduz com a noção de *affordance*, aplicada ao campo patrimonial, que remete aos critérios de elegibilidade do objeto patrimonial que operam de forma

implícita. Assim, *affordance* pode ser traduzida como as características que se encontram em alguns objetos que os tornam potencialmente indutores da atribuição de valor patrimonial, pois se constituem em narrativas sobre si e, no caso em questão, em narrativas nostálgicas centradas em saberes e fazeres, na infância, na família, na sociabilidade, dentre outros elementos que se convertem em uma memória coletiva supostamente compartilhada.

Os doces coloniais, como categoria expográfica, convertem-se assim em discurso metamemorial traduzido pela associação com modos de viver que se tornam, cada vez mais, formas residuais de memória na contemporaneidade de um mundo rural em profunda transformação. No que se refere às narrativas femininas de doceiras, antigas e atuais, estas se constituem em arquivos orais de uma profissão fundada na transmissão oral. Os depoimentos que constituem esse acervo foram obtidos durante a aplicação do INRC doce pelotense, bem como através de entrevistas realizadas pela equipe do museu junto às doceiras locais. São narrativas nas quais o fazer doceiro se apresenta como o eixo sobre o qual se articula a história de vida de mulheres que, provenientes de distintos meios étnicos e sociais, e com diferentes formas de inserção no meio produtivo, construíram e constroem suas identidades como “doceiras”. Essas narrativas em primeira pessoa apontam para elementos do universo das doceiras nos quais o público e o privado se mesclam no domínio da casa. É na casa, espaço íntimo da vida, que as doceiras, sobretudo as mais antigas, produzem os doces de encomendas nas cozinhas geralmente dispostas aos fundos do prédio. São nos aposentos domésticos, como salas, quartos, copas, que as bandejas ou caixas com os doces já prontos esperam pelos clientes.

Também, nas narrativas, são evidenciadas as diversas qualidades que, em conjunto, determinam o que vem a ser uma boa doceira. Expressões, como “ter mão”, “ter olfato” e outras, são utilizadas como descritoras de habilidades vistas como essenciais para o sucesso na profissão, adquiridas ao longo da trajetória como uma memória corporal, porém dificilmente ensinadas, dado que de caráter essencialmente pessoal.

Essas narrativas de mulheres doceiras constituem-se, no espaço museológico, como um importante dispositivo para transmissão e salvaguarda de conhecimentos tradicionais que, tal como evidenciou o Inventário, já se tornam vulneráveis às transformações impostas pelas mudanças nas relações de trabalho, na formação do paladar e nas dificuldades de manter uma economia baseada no doce.

Ao dispormos essas vozes femininas como acervo, registros memoriais de saberes já em vias de transformação, nos inspiramos na ideia apresentada por Daniel Fabre (2010) sobre o *paradigme du dernier*, último testemunho de um mundo que não existe mais e que a etnografia, ao descrever e documentar, eterniza como representação e memória.

Entre a memória e o patrimônio, o museu se dispõe ora como mediador, ora como dispositivo de transmissão, ora como um espaço de criação e, por que não dizer, de invenção e disposição cenográfica de uma tradição que é memória e, ao mesmo tempo, um bem cultural. É na complexa operação de representação de sentidos e significados da tradição doceira, que o museu vai, ele próprio, construindo assim sua trajetória como narrador.

Referências

ARANTES, A. A.. Safeguarding. A key dispositif of UNESCO's Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília , v. 16, 2019.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CANDAU, Joël; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Mémoire et patrimoine: des récits et des affordances du patrimoine. **Educar em Revista**. Curitiba , n. 58, p. 21-36, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104->. Acesso em: 20 nov. 2020.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CIARCIA, Gaetano. La perte durable. Étude sur la notion de patrimoine immatériel. **LAHIC/Mission Ethnologie**. Paris: Ministère de la Culture, 2006.

FABRE, D.. Le paradigme du dernier. **Séminaire du LAHIC/ EHESS**, Paris, 2010.

HAFSTEIN, V.. Protection as Dispossession: (Intangible Heritage as) Government in the Vernacular. Cultural Heritage IN: KAPCHAN, Deborah. In **Transit: Intangible Rights as Human Rights**, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180943412019000100300&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PINNA, G.. Le patrimoine immatériel et les musées. **Les nouvelles de l'ICOM**, n.4, 2003, p.3.

SANTOS, C. A.. **O ecletismo historicista em Pelotas: 1870-1931**. Pelotas: EDUFPEl, 2014.

SCHLEE, A. R.. **O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40**. 1993. (Mestrado em Arquitetura Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.





XV



“ m
circunstâncias
específicas, os
agenciamentos
do patrimônio
cultural interfaceado
reconfigura-se nessa
sintaxe sígnica,
atualizando-se
em fluxo por uma
comunicação fluida
e descentralizada:
hipertextual, interativa
e colaborativa [...]”

Interfaces comunicacionais na Gestão Integrada do Patrimônio Cultural

| João Fernando Igansi Nunes

Dos códigos nascem coisas



inha memória é híbrida, velha e cara; e minha nuvem é de chumbo. Além disso, os sistemas de escritas computacionais, softwares, *logiciels*, os programas com os quais trabalho, são todos privados. Às suas atualizações são recorrentes. As vezes, nem é notável o novo *device* que, a curto prazo, torna-se obsoleto.

A leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência; ela é engajamento do corpo, inscrição em um espaço, relação consigo e com os outros. Eis o porquê deve-se voltar a atenção particularmente para as maneiras de ler que desapareceram em nosso mundo contemporâneo. Por exemplo, a leitura em voz alta, em sua dupla função: comunicar o texto aos que não o sabem decifrar, mas também cimentar as formas de sociabilidade imbricadas igualmente em símbolos de privacidade – a intimidade familiar, a convivência mundana, a convivência letrada. Uma história da leitura não deve, pois, limitar-se à genealogia única de nossa maneira contemporânea de

ler em silêncio e com os olhos. Ela tem, também e sobretudo, a tarefa de encontrar os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos. Essa iniciativa é muito importante, pois revela, além da distante estranheza de práticas antigamente comuns, estruturas específicas de textos compostos para usos que não são mais os mesmos dos leitores de hoje. (CHARTIER, 1998, p. 100-101)

A motivação por refletir acerca da escrita e, conseqüentemente de seu par, da leitura, atualizada pela linguagem computacional, data do período do meu doutoramento em Comunicação e Semiótica, PUC/SP, 2007-2008, com a tese *Design Computacional: comunicação do in-visível* (2008), e se atualiza no campo da Memória e Patrimônio com a Dissertação de Mestrado de Priscila Chagas Oliveira, *Interfaces da Memória Social: análise do compartilhamento do conjunto de imagens digitais do Acervo Digital Bar Ocidente no Facebook* (2017).

A origem da codificação visual sistemática foi pictográfica. O sistema de linguagem visual transformou-se ao longo de gerações. A transição da escrita picto-ideográfica (2300 AC) para o alfabeto (900 AC), e deste último para a máquina de Turing (1950), para o hipertexto de Ted Nelson (MMM), para WWW (código binário/numérico) foi, respectivamente, de um para o outro, uma quebra de paradigmas. As escritas são, sem dúvida, uma revolução da linguagem humana, revolução cultural. Cada qual com um sistema próprio de linguagem lógica, com potências de comunicação específicas, a exemplo de um Finnegans Wake (2000) de James Joyce ou de uma Máquina kafka, de Félix Guattari (2011).

A escrita, enquanto linguagem computacional, é uma máquina, uma máquina heterogênea no sentido guattariano, e a comunicação operada por ela é outra, assim como também máquina é todo modelo técnico/tecnológico de representação (para

além da *techne* aristotélica) dos discursos.

O sujeito fabril, o *homo faber* de Vilem Flusser (2007), migrou do prelo para o ciberespaço e tornou-se um *homo cyber*, um sujeito que desterritorializa seus vestígios em não-lugares, como areia ao vento durante o deslocar das dunas. Uma premissa de Borges em seu “O livro de areia” (2001) ou conforme Felix Guattari explica:

O objeto técnico não pode ser limitado a sua materialidade. Há na *technè*, elementos ontogenéticos, elementos de plano, de construção, relações sociais que sustentam estas tecnologias, um capital de conhecimento, de relações econômicas e, de proche, toute une série d’interfaces ausein desquelles s’insère l’objet technique. (GUATTARI, 1993, p.86)¹

A configuração das Interfaces Culturais, Monovich (2001), como máquinas destes discursos, advém da comunicação dos códigos fixos (paradigma da fabricação) e se atualiza no atual estado das máquinas diagramáticas informacionais dos códigos executáveis (paradigma da programação) o qual resulta do contexto das novas tecnologias da comunicação, particularizado pelas especificidades dos sistemas operados, que permitem em estado de potência as interações e, com elas, a prática colaborativa da ação de criação, reconfiguração e distribuição em qualidades, velocidades e destinos variáveis.

A comunicação acerca do Patrimônio Cultural, tratada e operada na lógica da linguagem dos códigos executáveis (algorítmicos) transcende os limites estáticos do projeto fixado em um suporte rígido e, por conseguinte, se distancia dos processos de

¹ L’objet technique ne peut pas être limité à sa matérialité. Il y a dans la *technè*, des éléments ontogénétiques, des éléments de plan, de construction, des rapports sociaux qui soutiennent ces technologies, un capital de connaissance, des rapports économiques et, de proche, toute une série d’interfaces au sein desquelles s’insère l’objet technique.

transmissão de dados, da organização biblioteconômica e/ou da projeção perspectivista das representações: de tela ou película. Para além da Galáxia de Gutenberg, a nova escrita altera as relações do par escrever/ler, conforme Chartier explicita:

A revolução do texto eletrônico será ela também uma revolução da leitura. Ler sobre uma tela não é ler um códex. Se abre as possibilidades novas e imensas, a representação eletrônica dos textos modifica totalmente a sua condição: ela substitui a materialidade do livro pela imaterialidade de textos sem lugar específico; a às relações de contiguidade estabelecidas no objeto impresso ela opõe a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à captura imediata da totalidade da obra, tornada visível pelo objeto que a contém, ela faz suceder a navegação de longo curso entre arquipélagos textuais sem margens nem limites. (CHARTIER, 1999, p.100-101)

Pode-se compreender o próprio “evento”, rotina de processamento de dados, como um “objeto” computacional, aquilo que se produz, se desenvolve e se atualiza na linguagem dos softwares, não raras vezes softwares privados.

Resultado da escrita do código, essa escrita acontece na sua ação de funcionamento e nela permanece enquanto há execução. Opera, assim, na condição de uma linguagem executável, construída por uma biblioteca de classes pré-existentes e compartilháveis, desde que, escritas em alguma linguagem de programação, formando-se por um mapa informacional constituído de códigos de códigos, como dados de dados, metadados. Na perspectiva de Galloway “O código é uma linguagem, mas uma espécie muito especial de linguagem. O código é a única lingua-

gem que é executável.” (Galloway, 2004, p.164-165)²

Originada na estrutura lógica do cálculo, no escalonamento do tempo e do espaço que diagrama a compreensão dos universos físicos e virtuais, uma comunicação integrada encontra fertilidade na expansão tecnológica da era computacional: das redes de informação da tele(bio)informática, *still or moving*. Constitui-se nas relações entre o funcionamento técnico e o seu respectivo conteúdo tecnológico de comunicação processada. Situa-se nas estruturas de linguagens algorítmicas. Como um “pensamento computacional”, evolui de um estado diagramático do imaginário técnico de MacLuhan (1966) para um imaginário tecnológico emergente das máquinas abstratas de Chomsky (2004), conforme predição de Guattari em *L'Anti-Edipe*, descrevendo suas máquinas desejantes e autopoieticas. (Guattari, 1972)

Dentro desta esfera dos sentidos, a ação dessas linguagens “inteligentes” (as que tornam possíveis as máquinas cognitivas) são de interesse deste trabalho, visto que, suas matrizes recombina-se em cada dimensão lógica de compartilhamento dos seus eventos e atualizações: produzindo, mapeando e atualizando o modelo (pela regra escrita) que é percebido (pela regra lida) através de um código processado. Neste caso, segundo Eugene Thacker citado por Alex Galloway em sua obra *Protocol*, evidencia-se o fato de que o “O código é um grupo de procedimentos, ações e práticas, projetado em determinados caminhos para realizar determinados fins em determinados contextos. Código = práxis” (Galloway, 2004, p.XII)³.

A ideia de se construir um estudo sistemático sobre o estado da comunicação para uma gestão integrada do patrimônio cultural, suporta-se nas potências do mais novo estatuto das interfaces da memória e encontra suas principais referências metodológicas na proposta de John B. Thompson (1995) para

2 Code is a language, but a very special kind of language. Code is the only language that is executable.

3 Code is a set of procedures, actions and practices, designed in particular ways to achieve particular ends in particular contexts. Code = praxis.

análise das formas simbólicas.

Em circunstâncias específicas, os agenciamentos [gestão] do patrimônio cultural interfaceado reconfigura-se nessa sintaxe signica, atualizando-se em fluxo por uma comunicação fluida e descentralizada: hipertextual, coautoral, interativa e colaborativa.

Pela condição de operação complementar entre sistemas humanos e maquínicos e, como tal, faz-se perceptível aos sentidos e percepções de ambos.

Dentro desta esfera de produção de sentidos, a ação dessas linguagens/escrituras inteligentes, matrizes que se re-combinam em cada dimensão lógica de compartilhamento de eventos e atualizações, produzem a identificação e o mapeamento do modelo (pela regra escrita) que é percebido (pela regra lida) indicando uma outra maneira de se pensar a partir da comunicação computacional, a qual há de ser aprendida.

Um “pensamento computacional”, poderia-se dizer, gerado nesse estatuto de linguagem é lógica de processamento e produção de meta-signos, constitui-se nas relações entre o conteúdo técnico (hardwares) e o seu respectivo conteúdo tecnológico (softwares) da comunicação que opera e carece de alfabetização, como bem explicitado na obra *Software studies / a lexicon*, editada por Mathew Fulher (2008). Seus conceitos têm como base as teorias pós-estruturalistas de autores, tais como, Roland Barthes, Jacques Derrida, Felix Guattari, Lev Manovich, Katherine Hayles, Florian Cramer, Jean-Pierre Balpe, Margot Lovejoy, Paul Fishwick, Mattheu Fuller e Giselle Beiguelman, entre outros.

Situado nas estruturas de linguagens algorítmicas, esse “pensamento computacional” evoluiu do estado diagramático moderno, residente no imaginário técnico, para um imaginário tecnológico emergente daquilo que Lev Manovich conceituou como Cultura Analítica (2001), um sistema informacional que reinventou nossos modos de vida e, assim, os processos de produção, acesso e distribuição dos bens culturais.

Interfaces [patrimoniais] Culturais



troca simbólica da cultura da página impressa à cultura da interface gráfica, praticamente não aconteceu. A cultura dos padrões analógicos da página impressa com suas unidades de medida específicas [altura, largura, profundidade] possui especificidade técnicas e tecnológicas diferentes das unidades de medida das interfaces computacionais [peso de arquivo, banda/velocidade de internet (empacotamento e desempacotamentos de dados), extensão de arquivo...].

Implode-se a horizontalidade da linha e a própria noção de volume. A descostura intrínseca a esse processo impõe pensar que, na Internet, a tela de computador não é apenas o suporte da leitura, é uma interface. E isso faz toda a diferença. (BEIGUELMAN, 2003, p. 35)

Considerando o estado de *on/off*, sentenciamos “a interface é a mensagem”, como considera Giselle Beiguelman (2003) em “O livro depois do livro”.

Se é verdade que a maquinização da escrita trouxe consigo a realidade, muitas vezes sórdida, da indústria editorial, descortinou também, nesse mesmo processo de industrialização, novas possibilidades artísticas. Convém lembrar, então, do célebre exemplo de Mallarmé que, com genialidade incontestável, fundiu a interface à mensagem ao incorporar as técnicas de edição gráfica à composição do poema. (BEIGUELMAN, 2003, p.17)

O design de interface gráfica (interface de leitura) é a terceira informação simbólica, resultado da orientação do traço semiótico que segue a escrita numérica em ação. Antes dela há a escrita do código pelo sujeito humano (interface escrita) e a operação da máquina (interface operacional). As interfaces computacionais [gráfica, de navegação, interativa e operacional] não estão voltadas somente à percepção humana, mas à “inteligência” do sistema em detectar a ação do Homem e interpretar com sensibilidade máquina os *in puts* de informação pré-programadas, gerando outras informações pelo processo e contexto “vivido”/operado.

Assim, escrita do patrimônio cultural tem como referência prática o seu processamento e produção de cadeias de signos em estado de interação, no sentido de ação conjunta exigida para sua gênese de existência e retórica, no encontro das articulações de uma produção de sentidos advindas de um sujeito liberto do paradoxal *in/out - on/off*, um estatuto que não se opera no imaginário tecnológico de McLuahn (1969), aquele da oposição emissor-receptor, porque, nele, o meio não é considerado a mensagem e a autoria é colaborativa.

A abordagem referente a esse tema sustenta-se nas concepções do pós-estruturalismo das comunicações, aquelas que deram amparo à crítica do estabelecido processo tradicional de “emissor, canal, receptor”; que romperam com a estandardizada relação de início, meio e fim; as que desproveram de ‘verdade absoluta’, a máxima que McLuhan sentenciou como o “meio é a mensagem” (McLUHAN, 1969). Como outra “nova” escrita, as das interfaces computacionais, compreende-se:

Um texto que agora se dá a ler em um meio que é também o meio em que se escreve e, muitas vezes, no qual também se publica, agenciando um processo de reciclagem do conhecimento em uma escala sem precedentes, confundindo as práticas da escritura e da leitura. (BEIGUELMAN, 2003:18)

Esta escrita de “mistura” e de “multidão” é criativa por se apresentar como linguagem experimental, emergente e crítica por se estabelecer como instrumento de linguagem legítimo de seu discurso como atividade atual de Design e Comunicação no meio em que existe.

Especialmente por serem instáveis e dependentes de uma série de variáveis distintas, “o conteúdo e a interface mesclam-se de tal forma que não podem ser mais pensados como entidades separadas”, diz Manovich, fazendo com que projetos de browsers, que dispensam recursos de paginação, despontem como uma das tendências mais interessantes da webarte e da pesquisa tecnológica. (BEIGUELMAN, 2005, p.69)

O que “é” e para o que “serve” essas escritas, para além da fenomenologia da percepção humana, está aqui compreendida a partir das perspectivas filosóficas e epistemológicas do que se acordou, contrário ao estrutural argumento da lei de ação e reação e todas as suas consequências de previsões e continuidade, tratada sob o âmbito dos agenciamentos maquínicos elaborados por Felix Guattari (1989). Especificamente nos aspectos que clarificam a compreensão das rupturas conceituais da comunicação clássica em suas respectivas e irrefutáveis linguagens contemporâneas, aquelas que lançam os horizontes da subjetividade humana ao nível das emergências do sensível maquínico.

Nesse sentido, em sua abordagem sobre a quebra dos vínculos pré- estruturalistas, Guattari retoma o campo das virtualidades “futuristas” e “construtivistas” e sentencia enfaticamente que:

O inconsciente permanece agarrado em fixações arcaicas apenas enquanto nenhum engajamento o faz projetar-se para o futuro. Essa ten-

são existencial operar-se-à por intermédio de temporalidades humanas e não-humanas. Entendo por estas últimas o delineamento ou, se quisermos, o desdobramento de devires animais, vegetais, cósmicos, assim como de devires maquínicos, correlativos da aceleração das revoluções tecnológicas e informáticas (é assim que vemos desenvolver-se a olhos vistos a expansão prodigiosa de uma subjetividade assistida por computador). (GUATTARI, 2005, p.20)

A representação pelos instrumentos ópticos, das chamadas “imagens técnicas” de uma “ilusão especular”, como referencia Arlindo Machado, enfatiza o caráter do continuísmo histórico que a cultura dos meios impressos vem formatando na produção de sentidos que se criam e são potenciais:

O que nós chamamos aqui de “ilusão especular” não é senão um conjunto de arquétipos e convenções historicamente formados que permitiram florescer e suportar essa vontade de colecionar simulacros ou espelhos do mundo (...) A fotografia em particular, desde os primórdios de sua prática, tem sido conhecida como “o espelho do mundo”, só que um espelho dotado de memória. (MACHADO, 1984:10-11)

O mapa informacional constituído pelo código algorítmico não re(a)presenta o mundo a partir do seu espelhamento, é virtualidade circunscrita no campo da análise sintética do modelo instanciado para executar. A interface gráfica, enraizada no mundo da representação visual da cultura da página impressa, oculta essas ações.

Todo esforço de elaboração de uma ilusão de verossimilhança é um trabalho de censura ideológica que visa, em última instância, reprimir o código que opera no sistema simbólico, ocultar o seu papel de produção de sentidos. O que esse efeito de “realidade” almeja, no mesmo momento em que sofisticava o seu aparato técnico de representação, é esconder o trabalho de inversão e de mutação operado pelo código (...). (MACHADO, 1984, p. 28)

Algumas questões imprecisas de respostas tais como onde, quando e o como serão essas escritas no futuro e, principalmente, o que impacta nos agenciamentos e gestão do patrimônio ainda são pauta nas discussões pertinentes à delimitação conceptual no que diz respeito à uma respectiva prática interdisciplinar. O certo é que suas transformações são condições dos usos e funções tecnológicas intercambiáveis com os sujeitos que as operam e, assim, necessitam ser exploradas como estratégia de resiliência para que os bens culturais resistam ao implacável desmonte que os acomete.

O código executável existia séculos antes da invenção do computador, na magia, na Cabala, na composição musical e na poesia experimental. Essas práticas são frequentemente negligenciadas como um pretexto histórico da cultura de softwares artes eletrônicas e arquivamentos contemporâneos. Acima de tudo, eles ligam os cálculos a uma vasta imaginação especulativa que abrange arte, linguagem, tecnologia, filosofia e religião. Essas especulações, por sua vez, inscrevem-se na tecnologia. Visto que mesmo o formalismo mais simples requer símbolos com os quais pode ser expresso, e os símbolos têm conotações culturais, qualquer código é carregado de significado.

Beiguelman (2019), sobre o estado informacional e estético dos meios computacionais e suas implicações na memó-

ria e no patrimônio, nos alerta a respeito das políticas públicas e os cenários de um “memoricídio” generalizado que deve ser combatidas pela verdadeira ocupação dos territórios pelos seus sujeitos.

Neste horizonte, as potências de uma escrita liberta-nos das restrições impostas pelas políticas do capital e dos padrões estilísticos. À luz do “Futuro do Livro”⁴, de Bob Stein, adentramos no devir de uma escrita totalmente social, integrada, aberta, interativa e colaborativa.

4 In: <https://labodeledition.wordpress.com/2014/04/10/introduction-to-bob-steins-vision-of-the-future-of-the-book/> Acesso em 08 de dezembro de 2020.

Referências

BEIGUELMAN, Giselle. O Livro depois do Livro. SP, 2003. São Paulo: Editora Peirópolis, 2003.

BEIGUELMAN, Giselle. Link-se. Editora Peirópolis, 2005.

BEIGUELMAN, Giselle. Memória da Amnésia, Políticas do Esquecimento. Ed. Senac, São Paulo, 2019.

BORGES, Jorge Luis, O livro de areia. Editora Globo, São Paulo, 2001.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador São Paulo: Unesp, 1999.

CHARTIER, Roger. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

CHOMSKY, Noam. Language and Thought. New York: Moyer Bell, 2004.

CHARTIER, Roger. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

CRAMER, Florian. Language. In: Software Studies / a lexicon. The MIT Press, Massachusetts, 2008.

FULLER, Matthew. Introduction. In: Software Studies / a lexicon. The MIT Press, Massachusetts, 2008.

FLUSSER, Vilém. O Mundo Codificado: uma filosofia do design e da-...2007

GUATTARI, Felix. Chaosmose. Éditions Galilée, 1989.

GUATTARI, Felix. Máquina Kafka. n-1 Edições. São Paulo, 2011.

GUATTARI, Gilles Deleuze e Felix. Capitalisme et Schizophrénie 1: L'Anti-Édipe. Paris: Les Editions de Minuit, 1972.

GALLOWAY, Alexander P. Protocol: How Control Exists after Decentralization, MIT Press, 2004.

JOYCE, James. Finnegans Wake. Penguin Books, Reprinted in-London, 2000.

NUNES, João Fernando Igansi. Design Computacional: comunicação do in-visível. PUC, 2008.

OLIVEIRA, Priscila Chagas. INTERFACES DA MEMÓRIA SOCIAL: análise do compartilhamento do conjunto de imagens digitais do Acervo Digital Bar Ocidente no Facebook (2017).

MANOVICH, Lev. The language of new media. The MIT Press Massachusetts, 2001.

McLUHAN, Marshall. A Galáxia de Gutenberg. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1966.

Os meios de comunicação como extensão do homem. Ed. Cultrix, São Paulo, 1969.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.



XVI



“ e
forma indireta, a
crítica ao acúmulo de
bens e a prioridade
do capital sobre
os seres humanos
nos faz refletir
sobre que mundo
queremos, a forma
como o queremos,
e para quantos são
destinados [...]“

Cátedras UNESCO e CIPSH em rede no Brasil

| André Luiz Ramos Soares



Programa “Cátedras da UNESCO” foi lançado em 1992 tendo por finalidade apoiar a formação especializada por meio do intercâmbio de conhecimento entre instituições e pesquisadores estabelecidos em países em fase de desenvolvimento. Tais programas visam em síntese: o fortalecimento dos processos educacionais, a promoção e facilitação da cooperação internacional (norte-sul e sul-sul) no campo da educação superior através da promoção do tripé educacional: ensino, pesquisa e extensão. A maior parte dos projetos tem caráter interdisciplinar, incluindo a participação de instituições e setores da UNESCO, desde a sede em Paris até os escritórios nacionais, centros e institutos espalhados pelo mundo. Atualmente existem 638 Cátedras e 60 redes UNITWIN, envolvendo 770 instituições em 126 países diferentes.¹

O ano de 2008 marcou a criação da Unitwin, que é uma rede de cátedras universitárias, que se conectam nesta rede, para melhorar as capacidades institucionais por meio do compartilhamento de conhecimento e do trabalho colaborativo. Iniciado em 1992, o Programa apoia a criação de Cátedras Unesco e redes UNITWIN nos principais âmbitos prioritários correspondentes as esferas de competência da Unesco, a saber, a educação, as ciências exatas e naturais, a cultura e a comunicação. A rede conta atualmente com mais de 830 cátedras UNESCO e programas

de cooperação UNITWIN nos mais de 110 Estados Membros da UNESCO².

Através desta rede, instituições de ensino superior e pesquisa em todo o mundo reúnem seus recursos, tanto humanos quanto materiais, para enfrentar desafios prementes e contribuir para o desenvolvimento de suas sociedades. Em muitos casos, as redes e as Cátedras servem como pensadores e construtores de pontes entre a academia, a sociedade civil, as comunidades locais, a pesquisa e a formulação de políticas. As Cátedras provaram ser úteis para documentar decisões políticas, estabelecer novas iniciativas de ensino, gerar inovação por meio de pesquisa e contribuir para o enriquecimento de programas universitários existentes, promovendo a diversidade cultural. Em domínios sem conhecimento especializado, as Cátedras e as redes evoluíram para polos de excelência e inovação em níveis regionais ou sub-regionais. Eles também contribuem para fortalecer a cooperação Norte-Sul- e Sul -Sul.³

As cátedras existentes no Brasil



Brasil possui vinte e sete cátedras, espalhadas por todo o território nacional, como na lista abaixo, onde consta o nome, o ano de criação, a sede da cátedra e o número de registro na lista de Cátedras espalhadas ao redor do mundo:

² Disponível em : <https://es.unesco.org/themes/educacion-superior/unitwin>, , último acesso em 04 de novembro de 2020.

³ Disponível em : <https://www.cvunesco.org/cidadania/catedras-unesco>, último acesso em 04 de novembro de 2020.

- 1 - Chaire UNESCO d'éducation à distance (1994), Universidade de Brasília, Brasília-DF (32);
- 2- UNESCO Chair in Sciences and Technologies of Education (1994), Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá-MT (35);
- 3- Chaire UNESCO de communication (1996), Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, SP (41);
- 4 Chaire UNESCO en sciences de l'éducation (1997), Universidade Católica de Goiás, Goiânia-Goiás (43);
- 5 UNESCO Chair in Labour and Social Solidarity (2002), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo RS (584);
- 6- UNESCO Chair in Education and Human Development (2004), Instituto Ayrton Senna, São Paulo (640);
- 7- UNESCO Chair in bioethics (2005), the University of Brasília, Brasília (697);
- 8- UNESCO Chair in Reading (2006), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (736);
- 9- UNESCO Chair in South-South Cooperation for Sustainable Development (2006), The Federal University of Pará (737);
- 10- Chaire UNESCO «Eau, femmes et développement» (2006), Université fédérale d'Ouro Preto-UFOP, Ouro Preto, Minas Gerais (753);
- 11- UNESCO Chair on Youth, Education and Society (2008), Universidade Católica de Brasília - UCB (812);
- 12- UNESCO Chair in Right to Education (2008), Universidade de São Paulo (813);
- 13- UNESCO Chair on Emerging Social Challenges

- (2008), the Higher Education Institute of Brasília (824);
- 14- UNESCO Chair in territorial development and education for the countryside (2009), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) (853);
 - 15- UNESCO Chair on the Professional Development of Teachers (2010)-The Fundação Carlos Chagas (921);
 - 16 -UNESCO Chair in Information and Communication Technology in Education (2012), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (975);
 - 17 UNESCO Chair in Archai: The Plural Origins of Western Thought (2012), Universidade de Brasília (980);
 - 18- UNESCO Chair in Cultural Diversity, Gender and Border Territories (2012), Universidade Federal da Grande Dourados (1003);
 - 19 -UNESCO Chair in Open Education (2014), University of Campinas (UNICAMP), Campinas SP (1071);
 - 20 -UNESCO Chair on Cultural Policies and Management (2017), Casa de Rui Barbosa Foundation, Rio de Janeiro (1237);
 - 21 -UNESCO Chair on Language Policies for Multilingualism (2018), Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (1302);
 - 22 - UNESCO on Ocean Sustainability (2019), Universidade de São Paulo (1350);
 - 23 -UNESCO Chair on Borders and Migrations (2019), Federal University of Santa Maria (1361);

- 24 -Chaire UNESCO « Territorialités et Humanités: La globalisation des Lumières » (2019), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (1366);
- 25 -UNESCO Chair on Human Rights “Dom Helder Camara” (2019), The Catholic University of Pernambuco, Recife (1373);
- 26 -UNESCO Chair for Urban Drainage in Regions of Coastal Lowlands (2020), Federal University of Rio de Janeiro (1406);
- 27 -UNESCO Chair on Urban Water Quality Management, Recovery and Reuse (2020), the University of São Paulo (1408). ⁴

No caso deste capítulo, queremos apresentar a relação entre as Cátedras Unitwin que possuem relação com o Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH, na sigla original em inglês). Porém, é necessário estabelecer um breve histórico aqui. O CIPSH foi criado em 18 de janeiro de 1949, sob auspícios da UNESCO, e é uma organização não governamental que congrega Federações Acadêmicas Internacionais, que incluem centenas de diferentes sociedades científicas no campo da filosofia, ciências humanas e assuntos relacionados. O CIPSH coordena os trabalhos e pesquisas internacionais realizados por uma grande constelação de centros e redes de acadêmicos. Favorece a troca de conhecimentos entre acadêmicos distantes e promove a circulação internacional destes, a fim de melhorar a comunicação entre especialistas de diferentes disciplinas, fazer valer um melhor conhecimento das culturas e dos diferentes comporta-

4 Disponível em: <https://en.unesco.org/sites/default/files/list-unesco-chairs.pdf>, último acesso em 04 de novembro de 2020.

mentos sociais, individuais e coletivos e trazer à tona a riqueza de cada cultura e sua diversidade⁵.

A importância das Cátedras Unesco em Humanidades, vinculadas ao CIPSH pode ser bem explicada através do ex-presidente do CIPSH, Adama Samassékou. Na condição de presidente da Conferência Mundial de Humanidades (WHC), que teve lugar em Liège, Bélgica, de 06 a 12 de agosto de 2017, ele produziu um discurso⁶, ao qual trazemos algumas partes:

O “modelo de desenvolvimento” que prevalece hoje em dia tem como base o que eu chamo de uma cultura do “ter”, do lucro. Ele já revelou suas limitações, e a crise atual confirma que já está falido. Esse “modelo ocidental” é responsável pelo eurocentrismo e pelo centralismo ocidental visto nas relações internacionais, tanto em termos de bens quanto de produção intelectual. Consequentemente, uma mudança de paradigma em direção à promoção de valores mais alinhados com uma cultura do “ser” se tornou um imperativo.

De forma indireta, a crítica ao acúmulo de bens e a prioridade do capital sobre os seres humanos nos faz refletir sobre que mundo queremos, a forma como o queremos, e para quantos são destinados. As formas e fórmulas ocidentais, além de excludentes, geraram mais famintos no último século do milênio anterior,

5 Disponível em: <http://www.cipsh.net/web/channel-7.htm>, último acesso em 05 de novembro de 2020.

6 Humanitude, ou como saciar a sede por Humanidade, disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/julho-setembro-2017/humanitude-ou-como-saciar-sede-humanidade>, último acesso em 05 de novembro de 2020.

que tem obrigado a todos o repensar de modelos e paradigmas. O pensamento tecnicista instaurado nos anos 1960 e que retoma com força na atualidade, apregoando que as ciências duras e exatas trariam o bem estar e a igualdade social, se mostraram falhas e limitadas, mais ainda por que todos os avanços científicos ficaram restritos e a disposição de uma parcela ínfima da população no planeta.

Neste sentido, ainda neste discurso, Samassékou aponta que três observações o levaram a organizar a Conferência Mundial de Humanidades: a instabilidade relacionada a globalização financeira, confirmando a falência do modelo de desenvolvimento neoliberal e ocidental; a marginalização das ciências humanas no mundo e; a falta de envolvimento ou até mesmo ausência dos estudiosos das ciências humanas na cooperação mundial (op. cit.). Assim, se tornava mister pensar o papel das ciências humanas no século XXI, caracterizado pela diversidade cultural, pelo fracasso do pensamento único e pela necessidade de reintroduzir considerações de médio e longo prazo nos pensamentos do dia a dia. Desta forma:

o objetivo principal da Conferência consiste em estudar formas pelas quais as humanidades estão auxiliando ou podem auxiliar, nacional, regional e internacionalmente, a mensurar e entender as transformações culturais vinculadas à globalização gradual de intercâmbios, de forma a administrá-los melhor – em todas as suas dimensões econômicas, sociais e ambientais.⁷

⁷ Op.cit.

Então, qual o papel das Humanidades neste processo? embora o que sejam “Humanidades” seja bastante difícil de definir, é justamente esta pluralidade de áreas e temas que enriquecem os debates: não há consenso sobre quais áreas pertencem ou não às Humanidades. Isso por que a primeira característica, de fronteiras diluídas ou mesmo matizadas, pressupõe que as discussões comecem por observar a diversidade como ponto chave para a aproximação de qualquer tema ou problema.

Destarte, quando se trata de pensamento único (no caso brasileiro, a dicotomia política e monolitismo pseudo-pragmático tem guiado muito a desvalorização do ensino superior, mais fortemente ainda nas áreas de Humanidades) parece que, no tocante ao nosso país, há uma polarização proposital de esvaziamento da importância do pensar, mais fortemente encabeçada pelos partidários do pensamento único, de não reconhecer a importância e necessidade de questionar e refletir.

As Cátedras recentemente aprovadas



nos dias 16 a 18 de novembro de 2016 a Universidade Federal de Santa Maria realizou o primeiro congresso internacional de História da UFSM, reunindo pesquisadores de diversos estados do Brasil, além de representantes do Uruguai, Argentina, Bolívia e Portugal. Neste congresso, entre diversos temas relevantes, foi anunciado a possibilidade de criação de novas cátedras Unesco em Humanidades, na modalidade Unitwin, de cooperação em rede. O professor Luiz Oosterbeek, Secretário do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas, considerando a

relevância dos temas tratados pelo Programa de Pós-Graduação em História, bem como a área de Humanidades na Associação de Universidades do Grupo Montevideo - AUGM, através do Comitê Científico em História, Regiões e Fronteiras, convidou a universidade a submeter uma proposta, dentro das temáticas emergentes da UNESCO, ao mesmo tempo em que reunisse diversos professores em rede de colaboração e cooperação.

Assim, nasceu a proposta de criação do projeto, tendo a frente do processo a coordenação do pós-graduação em História naquele momento, composto pela professora Maria Medianeira Padoin e o autor deste capítulo. Haja vista os compromissos com o Comitê Científico da AUGM e mais a coordenação do PPGH, coube ao vice-coordenador a submissão da proposta, focando o tema em Fronteiras e Migrações, considerando sua relevância na atualidade, bem como uma questão presente na sociedade humana desde as primeiras civilizações.

Em última análise, a criação da Cátedra traz à tona algumas discussões postas como cruciais nesta década, e no que concerne aos desafios propostos, o Brasil com todas suas fronteiras de norte a sul, tem presenciado uma movimentação de contingentes populacionais igualável ao final do século XIX. Mais ainda que a Universidade Federal de Santa Maria, no centro do estado mais meridional do país, tem assistido a fluxos não somente do cone sul, mas também de Haitianos, Congolese, Venezuelanos entre outros grupos.

Em 29 de maio de 2019 foi assinado o Acordo entre a UNESCO e a UFSM para o estabelecimento da Cátedra em Humanidades, Fronteiras e Migrações. Seus objetivos são: - consolidar a rede existente de universidades em fronteiras e migrações e seu trabalho, e fortalecer o diálogo em andamento nesse cam-

po entre as Ciências Humanas e outras áreas do conhecimento, como contribuição ao design de projetos inovadores e transformadores de recursos humanos e tecnológicos em desenvolvimento; realizar conjuntamente com a rede multidisciplinar e internacionalmente, projetos de pesquisa sobre questões de fronteiras e migração, criar novas ferramentas, métodos e modelos para conceituar a área de enfoque e disseminá-los amplamente; fornecer educação e treinamento nos níveis de graduação e pós-graduação bem como programas de extensão para professores, membros da comunidade e partes interessadas relevantes; servir como plataforma de trabalho em rede, e compartilhamento de conhecimentos, produção e divulgação de publicações e material multimídia, a organização de seminários e outros eventos; e cooperar juntamente com a UNESCO em programas e atividades relevantes.

Em segundo lugar, cabe destacar que a cátedra UNESCO em Fronteiras e Migrações é um trabalho de muitas instituições, ao qual a UFSM é a sede da coordenação, mas que envolvem, igualmente, as Universidades de la República – UDELAR - Uruguai, através de seu Programa de Pós-Graduação em Humanidades; As universidades Nacional del Litoral - UNL- Argentina, através de seu Departamento de História; a Universidad Nacional de Mar del Plata – UNMDP, Argentina, através de seu Programa de Pós-Graduação em História; a Universidad de Salamanca- Espanha, através da Direção do curso de História, a Universidad de San Andrés – Bolívia, além de outros Programas de Pós-Graduação na própria UFSM.

Também contamos com as parcerias existentes entre as Cátedras de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território (proposta pelo Instituto Politécnico de Tomar – IPT,

com sede em Tomar, Portugal, em 2018), a Cátedra Políticas Linguísticas para o Multilinguismo (proposta pela Universidade Federal de Santa Catarina, igualmente em 2018) e a Cátedra de Territorialidades e Humanidades: A globalização das Luzes (proposta pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 2019).

A criação da Cátedra UNESCO Fronteiras e Migrações foi o reconhecimento da determinação da UFSM na união de esforços para promover o entendimento e soluções para estas e outras questões, alavancado pelo momento atual do país do mundo, carente de discussões e propostas vindo das ciências da Humanidade, mais próximas das pessoas e não menos longe do mundo acadêmico. Neste sentido, é importante destacar o papel das outras cátedras parceiras aqui citadas, criadas em processos mais ou menos síncronos, e que desde sua criação tem contribuído para o desenvolvimento de ações e parcerias, como segue adiante.

A Cátedra UNESCO-UFGM “Territorialidades e Humanidades: a Globalização das Luzes” tem um caráter transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e letras e, também, outros campos do conhecimento, com interfaces com as ciências exatas e naturais ou, de fato, estando nelas inseridos, a saber: a química, a educação física e a história ambiental. Ao mesmo tempo, a Cátedra procura estabelecer uma colaboração ativa com outras Cátedras UNESCO na área das Humanidades, principalmente com aquelas propostas no quadro da cooperação entre o Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH) e a UNESCO.

O objeto da Cátedra são as Luzes, ou Iluminismo, um movimento de pensamento e de ideias heterogêneas, no espaço, no tempo e quanto aos temas. As Luzes definem-se por uma

atitude de pensamento, que preza a autonomia intelectual e que refuta todo e qualquer princípio que não se justifique racional e/ou empiricamente. Sua unidade também se define pelo enfoque de um conjunto frequente de problemas, muito mais do que pela defesa de alguns princípios comuns. Com efeito, as Luzes, detendo-se sobre os mesmos problemas, chegaram a princípios e soluções divergentes, não levando à constituição de um sistema coerente de ideias.

Surgidas como um prolongamento da efervescência intelectual dos últimos decênios do século XVII, em particular nos Países Baixos, na Inglaterra e na França, as Luzes ganharam forma no curso do século XVIII na Europa e, depois, propagaram-se às Américas. Enfrentando múltiplas resistências, difundiram-se no mundo inteiro. As ideias e os debates das Luzes, com isso, tiveram largo alcance, repercutindo em escala global, afetando as sociedades e governos, a religião e a cultura. As Luzes desempenharam um papel decisivo na história da Humanidade, pois elas lhe forneceram palavras, valores e, sobretudo, uma maneira autônoma de pensar sobre si mesma e sobre o devir. Esse papel histórico desempenhado pelas Luzes é perceptível, de suas origens à atualidade, até mesmo no sentido de fornecer elementos que servem para que sejam criticadas em seus limites.

Malgrado todas as transformações vividas pela humanidade, com a consagração dos Direitos Humanos, dos valores democráticos e do respeito às diferenças, vive-se hoje sob inúmeras opressões e perigos, que representam a negação da autonomia e dos princípios mais frequentemente preconizados pelas Luzes. De fato, o mundo vive sob diferentes formas de intolerância, de desigualdades e de preconceitos (nacionais,

políticos, culturais, religiosos, linguísticos, sexuais e de gênero). Nesse contexto, as Luzes dão inestimáveis contribuições, graças à sua audácia de colocar tudo em questão, valendo-se da razão, da observação, da experimentação e, ainda, sem recusar as paixões humanas e sempre confiando no Homem como construtor de seu próprio futuro.

O alvo da Cátedra, nesse contexto, é a Humanidade, ou melhor, as Humanidades, esclarecidas pelas Luzes, como princípios universais, mas capazes de respeitar as diferenças. Visa-se, com isso, reforçar a importância das Humanidades, como campo de conhecimento, para o desenvolvimento global sustentável, para o respeito à diversidade cultural e para a sustentação da paz no planeta. Para tanto, a Cátedra promove o desenvolvimento de pesquisas e de atividades de ensino (da graduação à pós-graduação) e de extensão, envolvendo intercâmbios entre 19 instituições universitárias ou de pesquisa, do Brasil (12, de Pernambuco ao Rio Grande do Sul), da Argentina (duas), de Portugal (duas), da França (uma), da Espanha (uma) e da Rússia (uma)⁸.

A Cátedra UNESCO de Políticas Linguísticas para Multilinguismo (LPM) é uma rede de pesquisa de universidades, institutos, comitês nacionais, redes especializadas e academias de diferentes países para gerar conhecimento sobre os diferentes contextos do multilinguismo, sobre as políticas linguísticas desenvolvidas nesses contextos e suas implicações para o desenvolvimento sustentável dos cidadãos, comunidades linguísticas, regiões e países. Os produtos da Cátedra - publicações, eventos,

⁸ Disponível em: <https://www.ufmg.br/dri/catedra-unesco-ufmg/>, último acesso em 06 de novembro de 2020.

mobilidade acadêmica, formação de alunos de mestrado e doutorado, assessoria a comunidades lingüísticas e governos - dialogam de forma centralizada com o conceito e as diretrizes para o desenvolvimento sustentável, previstos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Nações Unidas (2015-30). Além disso, a Cátedra realiza pesquisas relevantes, estabelecendo relações em diversos eixos, para auxiliar no desenvolvimento de políticas da UNESCO, como a Promoção do Multilinguismo no Ciberespaço e o desenvolvimento do Atlas das Línguas Mundiais da UNESCO, em andamento.

A área de investigação hoje denominada Multilinguismo decorre de esforços realizados em diferentes momentos e geografias, envolvendo principalmente: 1) as preocupações taxonômicas e cartográficas com as línguas do mundo; 2) a observação do fenômeno do bilinguismo individual e as suas consequências; 3) a análise das línguas em conflito e a proposta de administrar esses conflitos por meio do planejamento linguístico; 4) a relação entre as línguas e as identidades e, por fim; 5) as preocupações com as línguas e a educação. Mais contemporaneamente, duas novas preocupações ampliaram ainda mais a área. Por um lado, a questão dos direitos linguísticos e, por outro, a digitalização das línguas e a revolução da Internet trouxeram para o campo novas preocupações sobre o acesso / acessibilidade e, ao mesmo tempo, sobre o equipamento digital das línguas.

A área de Política e Planejamento de Línguas (LPP) conecta as demandas históricas das comunidades linguísticas pelo uso de suas línguas com as necessidades de governança dos Estados e, ao mesmo tempo, com as necessidades econômicas do Mercado. Neste eixo que liga Sociedade, Estado e Mercado, o LPP analisa as principais decisões que se tomam sobre as línguas

e como se desenvolvem as medidas para concretizar essas decisões⁹.

Estas cátedras, agindo em uníssono, mesmo com suas particularidades, criam uma rede, para além de suas instituições parceiras, como uma rede de cátedras, somadas ao esforço da Cátedra de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do território (IPT, Portugal), que reforça o papel neste contexto de internacionalização dos esforços.

O começo de uma Rede: a relação entre as Cátedras em Humanidades e o CIPSH



As cátedras citadas têm por bases distintas redes de instituições de ensino superior, como a Associação de Universidades do Grupo Montevidéo – AUGM. Esta é uma Associação formada por universidades públicas, autônomas e autogovernadas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, criada em 09 de agosto de 1991, com objetivo de reagir aos desafios que a vida acadêmica mundial enfrenta, e fortalecer e consolidar os recursos humanos, a pesquisa científica e tecnológica, a formação contínua e a interação de seus membros com a sociedade¹⁰.

Em março de 2019, durante a realização do IV Seminário Internacional Apheleia, em Mação, Portugal, foi assinado o acordo de cooperação entre a AUGM e o CIPSH

⁹ Disponível em: <https://www.unescochairlpm.org/>, último acesso em 06 de novembro de 2020.

¹⁰ Disponível em: <http://grupomontevideo.org/sitio/institucional/>, último acesso em 08 de novembro de 2020.

para cooperação. No artigo 4º do convênio de Cooperação, se preveem atividades de cooperação entre ambas as instituições:

Condicionado a la disponibilidad de recursos, CIPSH y AUGM podrán desarrollar de común acuerdo actividades conjuntas en el marco de sus agendas, en beneficio de ambas partes, previa aprobación de las autoridades competentes y sin perjuicio de las atribuciones que para desarrollar acciones específicas corresponden a las Secretarías de ambas organizaciones. Los distintos campos de cooperación, así como los términos, condiciones y procedimientos de ejecución de cada uno de los proyectos o actividades que se implementen, serán fijados de mutuo acuerdo en convenios específicos que las partes suscribirán separadamente. Estos convenios específicos formarán parte integral de este convenio de colaboración y se regirán en todo por el mismo.

Da mesma forma, o que nos concerne é destacar que, entre os objetivos do acordo firmado entre AUGM e CIPSH, consta “Colaborar en el establecimiento de cátedras que puedan consolidar redes académicas especializadas en diferentes y complementarios campos de intervención e investigación de las Humanidades.”¹¹ Sendo assim, as instituições partícipes da AUGM, destarte comporem a rede que atualmente incide sobre mais de trinta

¹¹ Disponível em: http://grupomontevideo.org/sitio/wp-content/uploads/2019/12/AUGM-CIPSH_espa%C3%B9l.pdf, último acesso em 07 de novembro de 2020.

instituições, agora soma-se aos esforços do CIPSH na concretização de projetos, ações e fortalecimento de redes acadêmicas para o fortalecimento das Humanidades. Uma destas realizações é o Relatório Mundial das Humanidades, sob a coordenação da AUGM, para o levantamento das Humanidades em suas universidades partícipes na América do Sul. Este levantamento, que subsidiará a UNESCO sobre a situação dos grupos de pesquisa, centros de investigação, pesquisadores e temas a serem apoiados, será submetido em março de 2021 à Unesco, para a geração de uma política de incentivo às Humanidades.

Conclusão



Este texto foi escrito na primeira quinzena de novembro de 2020, quando a pandemia no Brasil está em declínio (na perspectiva da mídia) mas com número de mais de 400 óbitos diários. Considerando que o país ultrapassou a casa de mil óbitos por dia em maio, este dado é visto com otimismo. No entanto, não há perspectiva de vacina ou término da pandemia antes de março de 2021. Qual a relação destas coisas com as Humanidades? Em primeiro lugar, a pandemia obrigou as instituições e pessoas a se reinventarem. Mediados pela tecnologia, as distâncias diminuíram, em parte, oportunizando discussões em tempo quase real com pessoas de todas as partes do mundo. Os ensinamentos da pandemia ainda estão por serem analisados com profundidade, mas em momento algum as artes, a cultura, o aprendizado com o passado, as experiências de outros grupos em outras pandemias, foi tão valorizado e necessário.

Poderia se dizer que a sanidade mental das pessoas foi

de alguma forma buscada ou alcançada através da aproximação com as Humanidades. A literatura, a música, a dança, a empatia, a solidariedade, o compromisso social, entre tantas outras coisas, se evidenciaram mostrando uma certa faceta de esperança frente a um inimigo silencioso e invisível. Certamente que o planeta não será o mesmo após a pandemiado SARS-Covid 19, mas em que medida aprenderemos a SER, mais que TER, nas palavras de Samassékou.

É natural que a perseguição às Humanidades continuem, seja no corte dos recursos à educação¹², no contínuo desmoralizar da profissão dos professores¹³, no pragmatismo imediato que não percebe soluções à medio e longo prazo. Porém, é justamente neste cenário de obscurantismo e perseguição que as Humanidades tendem a florescer, desconstruindo as respostas simples, dicotômicas, rasas ou banais.

As cátedras Unesco em Humanidades, em sua aproximação com o CIPSH, tem uma mirada de longo alcance, e em uma sociedade sedenta de soluções fáceis, aponta a direção de que é necessário sempre se repensar, se questionar, dialogar. E, plagiando Eduardo Galeano em “As palavras Andantes”: “Ela está no horizonte -diz Fernando Birri. - Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar”.

12 Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/10/03/corte-no-mec-pode-tirar-r-1-bilhao-da-educacao-basica-e-atingir-tambem-livros-didaticos.ghtml>, último acesso em 09 de novembro de 2020.

13 Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2020/08/bolso-naro-corte-educacao/>, último acesso em 09 de novembro de 2020.



XVII



Postface

| John Crowley

Chief of Section for Research, Policy and Foresight in the UNESCO Sector for Social and Human Sciences. Since joining UNESCO in 2003 he has also been a programme specialist in social science (2003-05) and head of the communication, information and publications unit (2005-07), chief of section for ethics of science and technology (2008-11) and team leader for global environmental change (2011-14).

 It is a great pleasure to contribute to this volume, which showcases the numerous and valuable initiatives undertaken in Brazil in recent years to contribute to the global humanities dynamic that UNESCO and the International Council for Philosophy and Human Sciences (CIPSH) have been working together to promote. My thanks and congratulations go to the UNESCO chairholders, to the institutions that have supported them and to all the specialists who have been collaborating to create new knowledge and action potentials. And special thanks to Luiz Oosterbeek, Secretary-General of CIPSH, without whom much of this would probably not have happened.

Institutional cooperation, in the academic sphere and beyond, is valuable for its own sake. It creates a new ecosystem, in which new potentials can emerge, including ones that were not specifically planned. If intelligence, as the neurobiologists tell us, is an emergent property of a complex nervous system, then it is reasonable to assume that collective, institutional intelligence also emerges from the complexity and density of links and connections between individuals and institutions. This is how ideas circulate, mutate and cross-fertilize. This is how surprises happen.

But institutional engineering is obviously also a means to an end. The reasons for which CIPSH and UNESCO have set

institutional objectives, such as the establishment of a new generation of humanities-oriented UNESCO Chairs, are intimately connected to an assessment of what the world needs intellectually.

The perception is widely shared that our time is one of the narrative breakdown of a system, which endures through its own inertia but has lost the imaginative and perhaps even the material capacity to reproduce itself. To put it crudely, it functions, but no longer makes sense. The diagnosis isn't new, obviously. One could argue that its basic structure was laid down by the Frankfurt School and its offshoots between the late 1940s and mid-1960s. But it appears to resonate more powerfully in the early 21st century – perhaps because, in the minds of many, there no longer appears to be an alternative.

A purely systemic approach to these issues risks going around in circles, and ultimately leading to familiar forms of cynical nihilism. The power of the humanities is to open up a space of imaginative alternatives, which may not in themselves produce systemic change, but can at least dispel the illusion that the system is some kind of monolithic, inescapable reality, so coherent and self-referential that it doesn't even need a narrative. This power comes, perhaps, from the characteristically intimate connection, within the various disciplines of the humanities, between the critical and the creative. Literature, music, the visual arts, even philosophy, are both considered as objects of scholarship and, within the same institutions and professional communities, if not literally at the same time, practiced. The power of the humanities is not to offer an alternative system – it is rather to offer an alternative to the idea of a system. Of course systems exist – but as analytical conveniences to capture certain features of the world for certain purposes, not as ontological realities underpinning the world.

Hence the importance of the topics that run through this volume: heritage, landscape and territory – and the multidimensional connections between them. The claim that the system lacks the imaginative and material capacity to reproduce itself stems from the perception that systemic outputs depend on

an extractive approach to certain preconditions, of which the natural capital embodied in landscape and the social capital embodied in memory and identity are exemplary. “Extractive” in this context means premised on substitutability. A non-renewable resource can be mined – literally or metaphorically – and, in being transformed, create something that will replace what has been irreversibly lost. But what if there is no substitute for what was lost? We receive something else in exchange – call it generically “development” – but we have no credible metric to weigh, in the same scales, the terms of the exchange. This is the source of the persistent unease that often greets – among informed audiences, but also ordinary people – the transformations of landscape and memory that are undertaken e.g. by cultural institutions. Because something deliberately preserved is not the same as the same thing developing in response to its own internal dynamic.

All of these points are very familiar, particularly to anyone dealing with museums, heritage sites, landscapes of outstanding natural beauty and so on. They are obviously central to UNESCO’s concerns in many of its programmes. But “familiar” does not mean sufficiently acted on, and in this respect the integrated cultural approach to landscape discussed in this volume is of great importance. Once one asks what an artefact, a landscape, a cultural practice mean, one is pushed – on condition the question is taken seriously – to ask a series of correlative questions that provide safeguards against flippancy. What does X mean for whom? Different, and perhaps violently clashing, interpretations are often at the heart of the issue, and cannot simply be wished away. How does the meaning connect to aspects of X that may not be immediately apparent? For example, how does a landscape, as a primarily visual, aesthetic experience, relate to its biodiversity or to the lives of those who inhabit it? Again, the point is not that there is some metric that can capture everything in a single index. Rather that the plurality of dimensions needs to be managed, including imaginatively, but cannot be reconciled, still less reduced.

The value of this volume is that it does not just state these questions or explore them theoretically. It offers real-world ex-

periences of dealing with them, which add up, not to some standardized best practice, but to a nuanced, complex understanding of what it is to operate in a culturally integrated manner. It is gratifying to see this investment of Brazilian institutions in issues of great importance to UNESCO, and I look forward, over time, to learning more about the outcomes of the diverse and valuable activities that this volume gives an over view of.



XVIII



Sobre os autores



Luiz Oosterbeeck (Org.)

Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Tomar. Coordenador da Cátedra UNESCO de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território. Secretário-Geral do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas, Vice-Presidente de HERITY International. Membro do Conselho Científico do Museu Nacional de História Natural de França. Diretor de projetos de arqueologia, gestão do património e gestão do território na Europa, África e América Latina. Director do Museu de Mação. Presidente do Instituto Terra e Memória. Vice-Diretor do Centro de Geociências da Univ.de Coimbra.



Ingelore Scheunemann (Org.)

Coordenadora do Polo Morro Redondo da Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território, Presidente do HERITY International, membro do Comité Científico do Centro Universitário Europeu para os Bens Culturais, foi Gestor da área de Ciência e Sociedade do Programa Iberoamericano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento - CYTED; Reitora da Universidade Federal de Pelotas, Brasil, de 1997 a 2004 e Reitora da Universidade Vale do Rio Doce, Brasil, de 2004 a 2006



Francisca Ferreira Michelin (Org.)

Coordenadora do Projeto para implantação do Polo Morro Redondo da Cátedra UNESCO-IPT. Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em História, Pontifícia Universidade Católica do RS (2001). Participou da implantação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (2006), do qual foi a primeira coordenadora. Estágio no Arquivo Fotográfico da Câmara de Lisboa (2008-09). Como Pró-Reitora de Extensão e Cultura implantou a Coordenação de Patrimônio Cultural (2017- 2020). Membro da RED APPLAB-Laboratorio Americano de los Paisajes Históricos de la Producción de Universidad de Sevilla.



Santiago Amaya-Corchuelo

Professor de Antropología, Área de Sociología, Dpto. Economía General, Universidad de Cádiz / Es, Doctor en Antropología Social. Investigador e membro do grupo de investigação TECUDE (Território, cultura e desenvolvimento) da Universidade de Sevilha com projectos de I&D centrados no património cultural e desenvolvimento sustentável, património nas políticas de desenvolvimento rural, desenho da nova ruralidade europeia, produção alimentar de qualidade, novo desafios para produtores e consumidores com resultados científicos, alguns dos quais enfocando políticas de desenvolvimento local baseadas nos recursos patrimoniais como ativos econômicos para o desenvolvimento, em particular os chamados Tesouros Humanos Vivos.



Maurizio Quagliuolo

Professor de Comunicação do Museu, Tecnologia e Gestão do Patrimônio Cultural na Universidade SAPIENZA Università di Roma e Secretário Geral da HERITY. Arqueólogo, museólogo e gestor com 39 anos de experiência. Licenciado em literatura com enfoque arqueológico com nota máxima pela Universidade Sapienza, em 1998 obteve o mestrado de dois anos em Gestão do Patrimônio Cultural pela Universidad Complutense de Madrid e recentemente (abril de 2019) o Certificado CE em 'Artificial Intelligence: Implications for Business Strategy', no MIT - Massachusetts Institute of Technology. Coordenou 208 projetos na Itália e no exterior. Participou da elaboração de documentos, diretrizes e declarações internacionais a convite de: UNESCO, WorldBank, UNEP, UN-WTO, ICCROM, UNDP, OECD. Professor nas Universidades: Ca 'Foscari de Veneza, Tor Vergata de Roma, Federico II de Nápoles, de Amsterdã, de Gênova, de Vilnius, IULM, Complutense de Madrid, e colaborou como docente na Universidade Federal de Pelotas e Universidade Vale do Rio Doce. Editou 21 volumes e escreveu mais de 60 artigos relacionados com a sua formação acadêmica. Diretor da Fundação ENOTRIA ONLUS. Residente na Itália, entre Umbria e Lazio, onde trabalha.



Daniele Behling Luckow

Professora assistente no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas/RS, desde 2011. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (2010). Atuou em Inventários do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural regionais nas cidades de Pelotas/RS (2006) e São Lourenço do Sul/RS (2015)

e em coordenados pelo IPHAN, para a produção dos dossiês de tombamento em Jaguarão/RS e Bagé/RS (2009). Coordenadora do Programa de Extensão de Apoio as Práticas Patrimoniais (PAPP), que desenvolve ações de documentação arquitetônica, educação para o patrimônio e qualificação do patrimônio cultural. Membro do ICOMOS, integrando os comitês de Documentação e de Teoria.



Felipe Fehlberg Herrmann

Professor Adjunto na Universidade Federal de Pelotas. Coordenador de Extensão e Desenvolvimento Social na Pró-reitoria de Extensão e Cultura. Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Administração/UCPel. Mestrado e Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas/UNISINOS.



Fábio Guimarães de Castro Neves

Membro do Comitê de Gestão do Polo Morro Redondo da Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território. É membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Trabalho (COMDEST), Membro da Diretoria do COREDE SUL, Membro do Conselho de Administração do Pelotas Parque Tecnológico. Atua na área de Desenvolvimento Regional.



Alfonso Andria

Nasceu em Salerno, Itália, onde ainda reside. Graduado em Direito. Gerente do EPT Salerno (até dezembro de 2015). Vereador Municipal de Salerno (1985-1993). Presidente da Província de Salerno (1995-2004). Deputado ao Parlamento Europeu (2004-2008). Senador da República Italiana (2008-2013). Presidente do Centro Universitário Europeu para os Bens Culturais - Ravello (desde 2001). Vogal do Parque Arqueológico de Paestum (desde 2015).



Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do RS (2002). Pós-Doutora pela Universidade de Paris-Sorbonne IV, UP IV, França e LAHIC-EHESS, LAHIC-EHESS, França. Docente do programa de pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e coordenadora de 2010-14 e 2016-18. Pesquisadora do Inventário Nacional de Referências Culturais: Doce Pelotense (IPHAN, Monumenta e UNESCO). Coordenou o projeto CAFP-CAPES com a Universidade de Buenos Aires sobre o patrimônio material e imaterial no Brasil e Argentina (2009-12) e o projeto de cooperação com o Laboratoire d'Anthropologie et de Psychologie Cognitives et Sociales, da Universidade de Nice, França. Foi Coordenadora de Relações Internacionais da UFPel (2014-16).



João Fernando Igansi Nunes (Org.)

Coordenador Adjunto do Projeto para implantação do Polo Morro Redondo da Cátedra UNESCO-IPT. Professor do Centro de Artes e membro do corpo docente efetivo do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUCSP. Coordenador de Arte e Inclusão PREC/UFPEL (2017-2020)



André Luiz Ramos Soares

Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2005). Professor Visitante Erasmus Mundus (Comissão Europeia - 2011), do programa de Mestrado em Quaternário e Pré-História (2011 - atual), IPT e membro do Instituto de Geociências de Coimbra (2011 - atual). Professor convidado do Mestrado em Técnicas de Arqueologia (Mestrado Erasmus Mundus de Gestão de Paisagens Culturais, Tomar). Professor do Programa de Pós-Graduação em História (mestrado e doutorado) e do Pós-Graduação em Patrimônio Cultural - mestrado profissional. Professor Visitante Erasmus Mundus, Master JMD DYCLAM -, Université Jean Monnet, Saint Etienne, Firminy, France (2018). Titular da cátedra UNESCO-UFSM de Humanidades: Fronteiras e Migrações (desde 2018).



A photograph of three ripe peaches hanging from a tree branch. The peaches are yellow with red blush. They are surrounded by green leaves, and a clear blue sky is visible in the background. The word "XIX" is overlaid in white serif font in the upper right area.

XIX

















AJUDE A NATUREZA
A SOBREVIVER

Tipografias: ATHELAS e FUTÉTICA

Fotografias: Francisca Ferreira Michelin e Ubirajara Buddin Cruz

Os textos apresentam-se na origem da língua escrita (Português do Brasil e de Portugal, Espanhol e Inglês), seguindo respectivas Normas Técnicas.

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional.

www.in.gov.br

Formato 150x210mm.

Distribuição gratuita.



“ ...odavia,

a maior expectativa reside na possibilidade de ver o futuro como ação do presente. A maior esperança não é apenas as portas que se abrem, as oportunidades que surgem, as confluências que se estabelecem. É a crença de que o trajeto não é uma estrada de extensão finita, balizada pelas margens que a definem e, sim, uma expectativa que anima a vontade de andar e de ampliar o percurso, porque nele reside o motivo da caminhada.”

